



Universidade Federal de Campina Grande  
Centro de Humanidades  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Andréa Monteiro da Costa

***Habitus* em transformação: retrato sociológico de uma  
lavadeira da periferia de Natal**

Campina Grande - PB  
2012

Andréa Monteiro da Costa

***Habitus* em transformação: retrato sociológico de uma lavadeira da periferia de Natal**

Dissertação apresentada, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Professor Dr. Roberto Vêras de Oliveira

Campina Grande – PB  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

C837h Costa, Andréa Monteiro da.

*Habitus* em transformação : retrato sociológico de uma lavadeira da periferia de Natal / Andréa Monteiro da Costa. – Campina Grande, 2012.  
116 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira.

Referências.

1. Sociologia do Trabalho. 2. Trabalho Feminino. 3. Retrato Sociológico. 4. Quilombolas. 5. Serviços Domésticos. 6. Mercado.  
I. Título.

CDU 316.334.22-055.2(043)

|                              |          |
|------------------------------|----------|
| UFCC - BIBLIOTECA - CAMPUS I |          |
| 1683-2013                    | 02-04-13 |
| Doação                       |          |

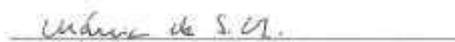
Andréa Monteiro da Costa

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

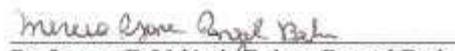
Dissertação defendida e aprovada em 21/05/12 pela banca constituída pelos professores:



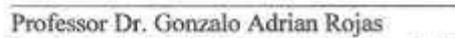
Professor Dr. Roberto Véras de Oliveira  
Orientador - PPGCS/Universidade Federal de Campina Grande



Professora Drª Marcia da Silva Costa  
Universidade Federal da Paraíba



Professora Drª Mércia Rejane Rangel Batista  
Membro Interno - PPGCS/Universidade Federal de Campina Grande



Professor Dr. Gonzalo Adrian Rojas  
Suplente - PPGCS/Universidade Federal de Campina Grande

## **AGRADECIMENTOS**

A responsabilidade deste trabalho é individual, mas a sua realização somente foi possível pelo apoio de pessoas e instituições. Por isso, os agradecimentos expressam um sincero reconhecimento a quem contribuiu para tornar viável esta etapa de minha formação profissional.

Agradeço a CAPES a bolsa que tornou possível o desenvolvimento do presente trabalho no segundo ano do curso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, agradeço a possibilidade de ter realizado um bom curso de mestrado, com formação acadêmica qualificada.

Ao Professor Roberto Vêras de Oliveira, meu orientador, agradeço o apoio e o acompanhamento atento e rigoroso no encaminhamento da feitura deste retrato sociológico. Foi gratificante e enriquecedor encontrar alguém que alia, no trabalho de orientação, cobrança e acompanhamento atento com aposta no crescimento acadêmico e na autonomia do orientando.

Aos professores Aldenor Gomes e Mércia Batista, membros da banca de qualificação, agradeço as contribuições e aportes para a finalização do presente trabalho.

À Dona Miúda e família, agradeço a disponibilidade para o difícil exercício de objetivação exigido por este trabalho.

## RESUMO

COSTA, Andréa Monteiro da. *Habitus* em transformação: retrato sociológico de uma lavadeira da periferia da Grande Natal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB), 2012.

O presente trabalho busca apreender as relações sociais implicadas na criação e condução de uma lavanderia de roupas por um grupo de mulheres antes envolvido quase exclusivamente na prestação de serviços domésticos. Como estratégia de análise, optamos por traçar, a partir da história de vida da articuladora da criação da lavanderia, D. Miúda, um *retrato sociológico*, nos termos de Bernard Lahire. A apreensão dos significados, tanto no que diz respeito às posições sociais dos agentes envolvidos quanto no que se refere à tradução de transformações sociais mais amplas sobre o universo local, expressa na criação de uma lavanderia, enquanto um empreendimento, é o nosso objeto de investigação sociológica. A problemática de pesquisa orientadora do trabalho pode ser sintetizada na seguinte questão: quais as disposições instituidoras do lugar e agir social dessas mulheres, que se reproduzem e se reafirmam, mas também que se redefinem e se transformam, no processo de constituição da Lavanderia Mãe & Filhas? A ferramenta metodológica identificada como “retrato sociológico”, proposta por Bernard Lahire, foi utilizada para responder à questão anterior. Teoricamente, contamos ainda com as contribuições, dentre outros, de Pierre Bourdieu e James Scott.

Palavras-chave: Retrato sociológico; Sociologia do Trabalho; Trabalho feminino; Quilombolas; Serviços Domésticos; Mercado.

## ABSTRACT

The present study attempts understand the social relations involved in creating and conduction of a laundry room by a group of women before involved almost exclusively in domestic service. As a analysis strategy, we choose to trace, from the life story of the articulator of the criation of the laundry, D. Miúda, a sociologic portrait, in terms of Bernard Lahire. The seizure of significances, both in respect to social positions of those involved in translating and broader universe of creating a local laundry is our object of sociological research. The problematic of the research guiding is summed in this quetion: which provisions instituting the place and social action of these women, who reproduce and reassert themselves, but also to redefine and transform themselves in the process of formation of Lavanderia Mãe&Filhas? The methodologic tool identified as "sociologic portrait", builded by Bernard Lahire, was used to answer the previous question. In theory, we count on contribution, among others, of Pierre Bourdieu and James Scott.

**Keywords:** Sociologic portrait; Sociology of work; Female work; Quilombolas; Domestic service; Market.

## LISTA DE FIGURAS

|                   |  |     |
|-------------------|--|-----|
| <b>Figura 01:</b> | Categorias referentes ao mundo do trabalho                                 | 71  |
| <b>Figura 02:</b> | A rede de categorias analíticas intuitivas da economia moral               | 76  |
| <b>Figura 03:</b> | Significados da discussão sociológica brasileira sobre precarização        | 78  |
| <b>Figura 04:</b> | A transação econômica e suas conexões                                      | 84  |
| <b>Figura 05:</b> | As categorias inter-relacionadas ao gênero na narrativa de Dona Miúda      | 100 |
| <b>Figura 06:</b> | Dispositivos de confiança mobilizados nos contratos de serviços domésticos | 107 |
| <b>Figura 07:</b> | As redes das categorias sociológicas utilizadas                            | 112 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                    |  |     |
|--------------------|--|-----|
| <b>Gráfico 01:</b> | A contribuição de trabalhadoras domésticas para a Previdência Social por Regiões Metropolitanas e Distrito Federal | 79  |
| <b>Gráfico 02:</b> | Mensalistas e diaristas nas regiões metropolitanas brasileiras: a evolução do quadro em uma década                 | 81  |
| <b>Gráfico 03:</b> | Distribuição das trabalhadoras negras por setor de atividade em 2010   | 104 |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                       |   |    |
|-----------------------|---|----|
| <b>Ilustração 01:</b> | O portão de entrada para o Sítio São Pedro.                                 | 32 |
| <b>Ilustração 02:</b> | Dona Miúda  | 33 |
| <b>Ilustração 03:</b> | Localização do Sítio São Pedro na malha urbana de Parnamirim                | 33 |
| <b>Ilustração 04:</b> | Representação gráfica, inserida em projeto oficial, da área de Moita verde. | 42 |
| <b>Ilustração 05:</b> | Dona Nazaré, a matriarca.   | 47 |

## LISTA DE QUADROS

|                   |                                   |    |
|-------------------|-----------------------------------|----|
| <b>Quadro 01:</b> | Categorias intuitivas de análise. | 66 |
|-------------------|-----------------------------------|----|

## LISTA DE SIGLAS

CAQDAS - Computer-Aided Qualitative Data Analysis Software  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sindicais  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ZEIS- Zona de Especial de Interesse Social  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>14</b> |
| <b>CAPÍTULO 1 - DONA MIÚDA E O SEU LUGAR: A TRAJETÓRIA, O TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES.....</b>          | <b>28</b> |
| 1.2. Adentrando no território de Dona Miúda .....  | 28        |
| 1.2. O lugar: teatro da memória do ator .....  | 34        |
| 1.3. O lugar como “comunidade quilombola” e a questão da posse da terra .....                        | 37        |
| 1.5. Dona Nazaré, a força do Sítio São Pedro.....  | 44        |
| <b>CAPÍTULO II - A LAVADEIRA, A LAVANDERIA E O SEU <i>HABITUS</i> .....</b>                          | <b>49</b> |
| 2.1. A <i>in-corporação</i> das disposições da condição social de lavadeira .....                    | 50        |
| 2.2. Lavagem de roupa: técnica e processo de trabalho .....  | 52        |
| 2.3. Gênero e valor do trabalho .....  | 54        |
| 2.4. Trabalho e reconhecimento: quando a lavadeira era uma pessoa .....                              | 56        |
| 2.5. Deslocamentos, sociabilidades e habilidades .....   | 58        |
| 2.6. A criação da lavanderia: a imersão na lógica da moderna economia de serviços.....               | 60        |
| 2.7. O (não) lugar dos homens .....  | 63        |
| <b>CAPÍTULO III - REALÇANDO O RETRATO: AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NA FRANJA DA ECONOMIA .....</b> | <b>65</b> |
| 3.1. Trabalho, identidade e “luta” .....   | 67        |
| 3.2. O trabalho doméstico, a economia moral e a confiança .....                                      | 71        |
| 3.3. Trabalho doméstico e precarização: a emergência da diarista .....                               | 76        |
| 3.4. Do trabalho doméstico ao serviço para pessoas: relações afetivas e de mercado .....             | 82        |
| 3.5. Sujeira e limpeza na economia de serviços .....   | 86        |
| 3.6. Do rio à pia e da pia ao rio imaginário: a lavagem de roupa como trabalho flexível .....        | 88        |
| 3.7. O segundo sexo da agricultura .....   | 90        |
| <b>QUARTO CAPÍTULO - O PLURAL NO SINGULAR.....</b>   | <b>96</b> |

|   |            |
|---|------------|
| 4.1. As dores do casamento e as disposições de gênero.....  | 97         |
| 4.2. A resistência no cotidiano e a violência simbólica .....   | 101        |
| 4.4. A resistência no lugar: o Sítio São Pedro como local do “discurso oculto” de Dona Miúda.....                                     | 106        |
| 4.5. As experiências diferenciais e as disposições plurais: como os mundos de Dona Miúda se traduziram na criação da Lavanderia ..... | 108        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>110</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>   | <b>114</b> |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe como uma abordagem sociológica de uma pequena parte do mosaico social que é o complexo e heterogêneo mundo do trabalho na sociedade brasileira atual. Buscamos apreender as relações sociais implicadas na constituição de uma lavanderia de roupas, na forma do empreendimento denominado Lavanderia Mãe & Filhas (formal ou informal?), por mulheres antes envolvidas quase exclusivamente na prestação de serviços domésticos. Essa parte do mosaico, como cada uma das outras passíveis de serem reveladas por uma ciência do social que não se submeta aos objetos científicos pré-fabricados, expressa uma história que necessita ser escavada se quisermos ir além da constatação impressionista com as formas do presente. Para resgatar esse passado que molda e potencializa os desdobramentos atuais do universo social que procuramos compreender, optamos por traçar, a partir da história de vida da articuladora da Lavanderia Mãe & Filhas, D. Miúda, um *retrato sociológico*. Mais adiante, ainda nesta introdução, explicitaremos mais o que tal “retrato” significou no que diz respeito ao percurso metodológico seguido.

D. Miúda é mãe de nove filhas e viúva. Durante quase 50 anos foi lavadeira de roupas a domicílio. Nasceu e ainda vive no Sítio São Pedro, pequena propriedade rodeada por conjuntos e loteamentos habitacionais, situado no município de Parnamirim, na Região Metropolitana de Natal (RN). É a líder de um grupo familiar que se estruturou em torno de sua mãe, D. Nazaré, uma senhora ainda ativa e muito lúcida nos seus 100 anos de idade. A área na qual se situa o sítio, atualmente, passa por um processo de formalização de sua identificação como “comunidade quilombola”.

A criação da Lavanderia Mãe & Filhas deveu-se ao engajamento de D. Miúda. Foi ela quem mobilizou as filhas para dedicarem tempo e os poucos recursos financeiros de que dispunham para a estruturação de uma lavanderia que operasse como uma pequena empresa prestadora de serviços. Essa forma de organização do empreendimento, que tem implicações no modo de organização do trabalho e da

prestação do serviço, no contexto no qual foi constituído, realça o seu carácter singular e torna sociologicamente atrativa a análise da Lavanderia Mãe & Filhas.

Qual o objeto de pesquisa que dá sustentação e consistência sociológica à análise que apresentamos neste trabalho? A apreensão dos significados, tanto no que diz respeito às posições sociais dos agentes envolvidos quanto na tradução de transformações sociais mais amplas no universo local, da criação da Lavanderia Mãe & Filhas. O que há de singular e merecedor de atenção no processo de constituição do referido empreendimento, aparentemente tão semelhante a inúmeros outros que se estabelecem há tempos em muitos espaços urbanos brasileiros? São as seguintes as razões que justificam a presente incursão investigativa:

1º) Por resultar do agenciamento de um pequeno negócio por mulheres antes envolvidas em atividades de trabalho marcadas pela subordinação e informalidade;

2º) Pelo fato de essas mulheres serem integrantes de uma família negra e proprietária de uma terra situada nas franjas de uma região urbana em expansão, cuja dinâmica realçaremos ao abordar o nosso objeto de pesquisa;

3º) O fato de essas mulheres procurarem imprimir ao seu empreendimento elementos de organização do trabalho e de gestão do negócio que tem implicado, ao mesmo tempo, em continuidades e mudanças nas disposições orientadoras das suas percepções e ações.

Como problematizar sociologicamente a realidade que apontamos mais acima? Partimos do pressuposto de que os meandros da criação, gestão cotidiana e planejamento das atividades da Lavanderia não podem ser satisfatoriamente apreendidos sem que se leve em conta as trajetórias de vida dessas mulheres e as forças e tensões sociais que marcam (e demarcam) as suas posições tanto no interior da comunidade na qual vivem quanto nas relações de trabalho como empregadas domésticas ou prestadoras avulsas de serviços domésticos. Dessa forma, o estudo dessas relações pode ser revelador não apenas do lugar social das mulheres de classe popular no mercado de trabalho, mas também dos mecanismos que as mesmas mobilizam para se instituir como sujeitos em um mundo no qual o próprio trabalho doméstico é simbolicamente impregnado de elementos negativos.

Nesse sentido, vale a pena destacar a seguinte questão: *quais as disposições socialmente instituidoras do lugar social dessas mulheres* que se reproduzem e se reafirmam, mas também que se redefinem e se transformam, no processo de constituição da Lavanderia? A interrogação, tanto a respeito dos elementos de afirmação positiva de novos lugares sociais quanto daqueles expressivos da reprodução de padrões sociais que inferiorizam e negam reconhecimento social a essas mulheres, está articulada a esta questão.

A problemática acima delineada ganha concretude quando traduzidas em duas questões que buscamos abordar ao longo de nossa investigação: Que sentidos essas mulheres atribuem ao seu trabalho e ao seu lugar no mundo, antes e depois da criação da Lavanderia? Em que medida tais sentidos, formulados por essas mulheres e pela sua comunidade, sugerem, de um lado, elementos e traços resultantes da incorporação das estruturas que se lhes impõem (mercado de trabalho, lugar social da mulher, condição social do negro) e, de outro, algo de resistência, de reinvenção, de reelaboração, traduzidos, sobretudo, na constituição desse novo modelo de atividade?

Sob tais questões, foi-nos possível abordar os seguintes tópicos: os elementos impulsionadores da constituição do empreendimento; os fios sociais que teceram o seu agenciamento; os elementos da dinâmica econômica mais geral que, de forma forte ou indireta, funcionaram como vetores de forças estruturais e constrangedoras das ações das agentes aqui tomadas como personagens da narrativa sociológica que tentamos construir nos capítulos seguintes.

Do ponto de vista metodológico, para empreender a análise aqui proposta, tomamos como referência principal os relatos que nos foram concedidos pela líder da constituição da Lavanderia, Dona Miúda. Acrescentamos ainda observações da vida cotidiana do lócus onde se situa a Lavanderia, o Sítio São Pedro, e entrevistas com a sua mãe, Dona Nazaré, suas oito filhas e outros parentes. Do ponto de vista operacional, no que diz respeito aos relatos fornecidos por Dona Miúda, fizemos o cruzamento entre as técnicas qualitativas de história de vida e a confecção de um “retrato sociológico”. Guiamo-nos pelo desafio de respondermos à problemática sem abandonarmos a pretensão de adicionarmos considerações sociológicas com alguma possibilidade de universalização.

Na prática concreta de aquisição da informação e de construção da relação dialógica com o informante, história de vida e retrato sociológico são técnicas assemelhadas. A diferença, embora já esteja presente no planejamento da pesquisa, é mais acentuada no nível epistemológico. Assim, colhemos os relatos de Dona Miúda, que, para ela, como é de se esperar que ocorra para todos nós, a reconstituição de eventos e fatos passados não tinham o sentido de reafirmar uma trajetória linear e coerente. Nesse quesito nos apoiamos em uma proposição formulada por Bourdieu, quando ele afirma que “tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um ‘sujeito’ cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz de relações objetivas entre as diversas estações”. (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Por isso mesmo, na nossa perspectiva de análise não era importante atestar (ou desconstruir) a linearidade que emergia dos relatos de Dona Miúda, mas, sim, tomar os relatos como fontes para a elaboração de unidades temáticas de análises. Foi assim que definimos como tais temáticas as seguintes: *Casamento, família, trabalho em casa, trabalho fora, festas, vida no sítio e cidade*. Algumas delas foram retomadas, aleatoriamente, em entrevistas realizadas em dias diferentes. Essa perspectiva metodológica foi delineada pelo sociólogo Bernard Lahire, em trabalho que inspirou o caminho de pesquisa que resolvemos seguir (LAHIRE, 2004).

Uma proposição desse autor pesou muito na nossa opção metodológica. Após referir-se a como Howard S. Becker resolve, em suas pesquisas, o problema da análise das condutas dos atores, Lahire afirma:

Em vez de considerar cada momento da trajetória individual como algo lógico em um percurso linear, postulando de antemão que não só cada indivíduo pode ser caracterizado por uma única fórmula (em vez de diversas fórmulas complementares ou concorrentes) que gera seus comportamentos, escolha, decisões, mas também que ele está sujeito a forças sociais não necessariamente coerentes... (LAHIRE, 2004, p. 35).

Seguindo essa trilha metodológica, realizamos um conjunto de entrevistas com Dona Miúda (sempre realizadas no sítio de sua família, ou em frente à sua residência, na sombra das árvores), nas quais os temas acima anunciados foram sistematicamente retomados a cada vez. Para ela, de forma aleatória; para mim, de forma anteriormente planejada. Essa foi uma forma de evitarmos cair na armadilha epistemológica de

considerar a nossa personagem principal como sendo detentora de uma trajetória aplainada e linear.

O ganho desse percurso metodológico, levando-se em conta a nossa proposta de pesquisa, foi significativo. No nosso caso, uma proposição central utilizada por Lahire (2004), para justificar a sua opção metodológica, aplicou-se fortemente:

Só um dispositivo metodológico desse tipo permitiria julgar em que medida algumas disposições são ou não transferíveis de uma situação para outra e avaliar o grau de heterogeneidade ou homogeneidade do patrimônio de disposições incorporadas pelos atores durante suas socializações anteriores. (p. 32).

Vale a pena chamar a atenção para o seguinte: como se pode observar na citação acima, Lahire procura fundamentar a sua proposta metodológica em uma base teórica própria. Assim, ao propor essa técnica, o autor procura fundamentá-la a partir de uma posição de continuidade, mas também de ruptura, com a noção de *habitus*, formulada por Pierre Bourdieu em muitas de suas obras. Neste ponto é importante esclarecermos o seguinte: seguimos Bernard Lahire, mas até certo ponto, dado que não pensamos ser necessário aderirmos por completo ao seu projeto para incorporarmos o que há de promissor na sua proposta metodológica. Assim, ao mesmo tempo em que nos sentimos seguramente inspirados e orientados por suas construções teórico-metodológicas, reservamo-nos um grau de liberdade capaz de nos permitir tensionar tais construções a partir das reflexões produzidas a partir de nossa pesquisa.

Esse é um cuidado sempre necessário quando instrumentalizamos conceitos e métodos. Por isso, a primeira posição a ser tomada por um pesquisador é a parcimônia, e certo questionamento, sobre até que ponto um determinado instrumental teórico pode ser utilizado nas nossas pesquisas. Pois, se o retrato sociológico nos permite chegar ao “social refratado no individual” (LAHIRE, 2005, p. 14), não acreditamos ser possível, especialmente na realidade social brasileira, e muito particularmente naquela expressa pelo mundo das mulheres das classes populares, subestimarmos os efeitos constrangedores das estruturas sociais nas disposições incorporadas pelos agentes. Neste sentido, o questionamento de Lahire, de que as disposições incorporadas e mobilizadas em cada situação concreta venham ser reduzidas, de forma determinista, a um *habitus* de classe, não é uma elaboração neutra; faz parte do seu acerto de contas com a leitura de Bourdieu, especialmente quanto à relação que o último estabelece entre *habitus* e classe. Não acreditamos que essa seja uma posição possível de ser

transplantada para a realidade brasileira, uma vez que, aqui, devido à sua história e ao próprio modelo de estratificação social dominante, as posições sociais são fortemente delineadas pelo pertencimento de classe. Por isso, em contrapartida à proposta de Lahire, é contraproducente o abandono analítico do conceito de classe em nome de uma maior abertura para o imprevisível.

O que apontamos acima implica em uma discussão mais aprofundada a respeito do lugar do individual e do coletivo na análise sociológica, polarização sempre criticada, mas nunca abandonada, que é tradução da oposição *ator* versus *estrutura*. Mais abaixo, retomaremos essa discussão, ao balizarmos os aportes teóricos que guiaram a nossa investigação. Mas antes, fechemos a apresentação de nosso percurso metodológico.

Como já apontamos, além da construção do retrato sociológico da líder da constituição da Lavanderia, também nos servimos da observação da vida cotidiana do seu lugar. Além disso, realizamos entrevistas, geralmente informais, com quatro das oito filhas de Dona Miúda e com a sua mãe, Dona Nazaré. O gravador foi utilizado somente para as entrevistas realizadas com Dona Miúda. O registro das outras informações foi feito em cadernos, escritos após o retorno das visitas. Nesses cadernos também registramos nossas impressões, no “calor da hora”, de eventos ou situações que presenciávamos. Todo esse material foi transcrito e transformado em um único *corpus*. Feito isso, procuramos analisá-lo a partir de categorias analíticas que, a nosso ver, englobavam e ampliavam as unidades temáticas abordadas nas entrevistas com Dona Miúda.

Antes de prosseguir, faz-se necessário registrar que a investigação sociológica, desde que implica em envolvimento mais profundo com o pesquisado, sempre produzirá momentos de tensões e dificuldades. No nosso caso, muitas vezes, enfrentamos o laconismo de Dona Miúda em relação a alguns temas. O mesmo ocorria com as suas filhas. Há ainda que se registrar a dificuldade que tivemos de estabelecer conversas mais duradouras com os homens da família. Ao final, percebemos que as mulheres do Sítio

São Pedro, talvez não conscientemente, construíram algo como uma barreira para impedir a nossa comunicação com eles<sup>1</sup>.

No que diz respeito aos nossos aportes teóricos, guiamo-nos, desde o começo, pela preocupação em levar em conta aportes que nos fornecessem orientações para enfrentarmos a questão da relação entre o agente e a estrutura. Não pelo gosto da discussão teórica em si mesma, mas por que tais elaborações poderiam aclarar a aproximação com o nosso objeto de pesquisa e dar mais coerência à nossa problemática de pesquisa.

Por isso, a nossa apropriação do dispositivo metodológico do retrato sociológico não foi acidental. Essa opção, realizada ainda no momento do primeiro esboço de nosso projeto de pesquisa, correspondeu ao objetivo de, através das noções de disposições e *habitus*, apreendermos como o social se manifesta nas trajetórias e escolhas dos agentes. Se bem que, aprofundando um pouco mais a imersão no universo teórico de um dos autores que discute profundamente a questão ator *versus* estrutura, que é Pierre Bourdieu, devemos sempre colocar em suspeita a palavra “escolha” para nos referirmos às decisões e caminhos tomados pelos agentes. Mas o importante a reter aqui é o fato de que Bourdieu toma o *habitus*, esse conceito já trabalhado por muitos antes dele (BOURDIEU, 2001, pp. 60-63), como a resposta ao problema da estrutura e do ator. Expressão das disposições *in-corporadas* por um agente, situado em uma determinada posição do espaço social, e que são mobilizadas nos diversos contextos sociais de que participa, o *habitus* não está desligado da posição que o ator (Bourdieu usualmente se refere a *agente*) ocupa no espaço social.

Lahire, movido pelo objetivo de legitimar a centralidade analítica do social no individual, entende a noção de *habitus* como “determinista” e incapaz de apreender um indivíduo que é “multisocializado” e “multideterminado” (LAHIRE, 2005, p. 49). O nosso entendimento é o de que a noção bourdieusiana pode ser interpretada como não frontalmente contraditória com a aposta metodológica de Lahire, talvez porque não percebamos o *habitus* como tão determinista quanto o propositor dos “retratos sociológicos”.

---

<sup>1</sup> Essa não é uma situação incomum no trabalho de pesquisa. Como observa a antropóloga Florence Weber, em muitas condições, “a análise, para ser clara deve ultrapassar múltiplos obstáculos, a começar pela reticência e a inegável má vontade nativas diante de qualquer tentativa de esclarecimento”. (WEBER, 2009, p. 78).

Lahire justifica a sua crítica à noção de *habitus* como gramática geradora das práticas sociais, chamando a atenção para o quanto é instável e relativa a mobilização das disposições incorporadas pelo agente:

(...) Para além disso, alguns hábitos podem ter sido duravelmente instalados no corpo de um indivíduo que, num novo contexto de vida (por exemplo, um qualquer acontecimento biográfico: casamento, nascimento, divórcio, morte de um próximo, novo trabalho...), deseja ver-se livre do que considera, agora, ‘maus hábitos’. Passa-se tudo como se a nova situação o levasse a sentir uma parte das suas disposições ou dos seus hábitos como lhe sendo estranha. (LAHIRE, 2005, p. 22).

Uma boa resposta às objeções de Lahire à perspectiva bourdieusiana de análise das práticas dos agentes a partir da noção de *habitus*, foi formulada por um especialista na sociologia de Bourdieu:

Um agente determinado não é nem monolítico nem plural, nem transparente nem inclassificável, ele não é nem um bloco uniforme que age de forma monótona nem uma pura rapsódia de fenômenos justapostos. Tendo interiorizado esquemas de ação diversificados que funcionam em espaços diversos, ele está fadado, tanto objetiva quanto subjetivamente, a uma relativa ambiguidade. O que não significa que o “determinismo” seria desmentido, já que a conduta seguida, mesmo se não fosse inelutável, se inscreve de fato num espaço de possíveis ligado a um indivíduo através do conjunto de predicados do qual ele é portador. O fato de não haver um cenário único não implica que aquele que foi adotado o foi em virtude de uma decisão irracional, imotivada etc. (PINTO, 2009, p. 212).

Essa não é uma discussão bizantina. Pelo contrário! É importante para aclarar as pistas que seguimos na nossa investigação, mas, temos a presunção de indicar, serve também para subsidiar a investigação sociológica sobre atores que são jogados, de uma hora para outra, em espaços sociais distintos, movidos por lógicas diferentes. Mas, sem dúvidas, essa é uma situação que pesa mais fortemente sobre pessoas que têm que lidar com as tensões advindas das lógicas sociais impostas pelos vieses de gênero e étnico, além daqueles ligados às regras e hierarquias do trabalho.

Os apontamentos anteriores, embora importantes, apenas estabelecem os limites da análise, o ângulo para onde deveríamos mirar. Necessitávamos de um mapa para nos guiarmos nas práticas de Dona Miúda e sua família. Afinal de contas, ter o entendimento de que as disposições são mobilizadas diferencialmente de acordo com os contextos nos ajuda pouco a apreender as sutilezas das práticas dessas mulheres, especialmente quando estas parecem “invisíveis” aos olhos do investigador. Nesses momentos, o pesquisador pode incorrer no etnocentrismo de classe média que subjaz, de forma velada, as explicações de mundo comumente mobilizadas no nosso mundo acadêmico.

Uma das mais insidiosas dessas explicações, expressivas do que Bourdieu denominaria de “senso comum douto” (BOURDIEU, 1989), é a ideia, fortemente disseminada em certos setores intelectualizados de nossas classes médias, de que as classes populares seriam prisioneiras de um forte conformismo social, que não têm a ambição e engajamento para negócios, que se negam a regras e normas da lógica produtivas por serem pessoas que se contentam com pouco. Não faltam situações que reproduzem esse tipo de etnocentrismo em relação às classes populares. Por isso é necessário aguçarmos a nossa capacidade crítica para não contrabandearmos para a análise social formas de negação da capacidade reflexiva dos dominados.

Ora, imerso no “senso comum douto”, viés ideológico mais difícil de ser explicitado, já que o mesmo conta com a cumplicidade epistemológica de quem transita no universo acadêmico, ocorre de o pesquisador perceber apenas as disposições supostamente conformistas dos dominados. Na verdade, apontamos Scott (1990), esse conformismo, especialmente quando aparece enquanto tal, conscientemente, deve ser visto pelo pesquisador como algo mais do que mero conformismo. Essa encenação não resulta de uma falsidade do agente (pesquisado), especialmente se pertencente às classes subalternas. Pois, como nos aponta James Scott (1990), ao *poder* interessa tanto a resignação quanto a encenação da resignação. E os dominados, que não deixam de ser atores reflexivos por sua condição, entendem muito bem o que deles se espera em termos de comportamentos. Também têm alguma consciência dos custos sociais da ruptura com as expectativas feitas sobre eles.

O que esboçamos antes, uma apreensão derivada da leitura de James Scott, possibilitou-nos o desenvolvimento da capacidade de escutar Dona Miúda e os membros de sua família. Não raramente, Dona Miúda era monossilábica em suas respostas, especialmente se percebia que havia algo em jogo na nossa conversa, como, por exemplo, a minha busca de entendimento de situações específicas expressivas da relação da sua família com o seu entorno social. Em Scott (1990) encontramos apoio para reforçarmos nossa ruptura com o “senso comum douto”, pois, o mundo acadêmico, marcado pela expressividade do discurso e autorização da fala, não raramente, produz a falsa expectativa de que a “verdade” das práticas dos agentes emerge de conversações. Corriqueiramente, quando nos rituais de chancela acadêmica, ouvimos questionamentos

tais como: “foi isso que seu informante disse mesmo?” “de onde você tirou isso?” “é isso mesmo o que ele quis dizer?”. Nada mais etnocêntrico!

Não foram poucas vezes em que Dona Miúda, ao comentar situações de sua vida ou das atividades desenvolvidas como lavadeira de roupas em domicílio, emitia comentários que a estereotipavam. Aos poucos, foi possível perceber como, por sob os seus discursos, era possível perceber a ironia, o ressentimento e a vergonha. Scott (1990) ajudou-nos a perceber, ao propor a necessidade de que, para o entendimento das práticas dos atores, devemos levar em conta a existência de um “discurso público” e de outro, subterrâneo, “oculto”. O “discurso público”, geralmente traduzido na linguagem dominante expressa toda uma “violência simbólica” (nos utilizamos aqui de uma noção desenvolvida por BOURDIEU, 2001, pp. 199-246) sobre os dominados. É o caso em que os dominados, para analisar a si mesmos, têm que recorrer às categorias analíticas que os diminuem socialmente. Pensemos, a esse respeito, no significado da palavra “adaptação”. No universo da nossa pesquisa era comum ouvirmos algumas dessas mulheres dizerem que “tinham que fazer do jeito que os outros estavam fazendo”, diziam isso em relação ao modelo de lavanderia que tem se proliferado nos bairros de Parnamirim. Nela, de forma “doce”, está contida toda uma forma de violência sobre essas trabalhadoras. Se para Bourdieu é mais expressivo a investigação atentando para o exercício de poder pela violência simbólica, sobre o discurso oculto é um tópico ao qual Bourdieu não dá destaque. Nesse sentido, é possível também perceber seja “lugares” ou “momentos” nos quais se abre a possibilidade de produção do que Scott denomina de “discurso oculto” (SCOTT, 1990, p. 37). No caso dos dominados, o “discurso oculto” é onde se extravasam as ironias e vinganças contra os dominantes. Em momentos políticos excepcionais, o discurso oculto se torna público.

É possível conjugar Scott e Bourdieu para dar sentido a uma prática concreta, levando em conta tanto a noção de *habitus*, do segundo, quanto a conceptualização do primeiro em relação aos discursos? À primeira vista, pareceria essa uma combinação inaceitável, dado que, por sob o esquema de Scott, apareceria certa aposta na reação espontânea dos dominados. Veremos que essa é uma articulação não apenas possível, mas que também produz ganhos na apreensão de realidades como aquela que é objeto de investigação no presente trabalho. Ora, tanto Bourdieu quanto Scott indicam-nos o

quanto é importante percebermos a resistência como estando situada além do “discurso consciente”.

Feitas as demarcações acima, vale a pena, como último esforço de legitimação do presente trabalho, juntarmos alguns argumentos que o justifiquem. Ora, ao tomar a criação de um empreendimento tão pequeno, situado em um lócus tão periférico na vida econômica não apenas do país, mas da própria região, não estaríamos construindo como objeto de pesquisa algo sem muita significância social? E, como consequência, algo pouco significativo do ponto de vista sociológico? Na obra de Pierre Bourdieu encontramos uma boa resposta para essas indagações:

O cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de por em jogo ‘coisas teóricas’ muito importantes a respeito de objetos ditos ‘empíricos’ muito precisos, frequentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrisórios. Tem-se demasiada tendência para crer, em ciências sociais, que a importância social ou política do objeto é por si mesmo suficiente para dar fundamento à importância do discurso que lhe é consagrado (...). (BOURDIEU, 1989, p. 20)

Se pintar bem objetos pequenos é uma tarefa importante, a tentativa de esboçar um conjunto de relações sociais a partir do retrato sociológico de uma lavadeira de roupas estará legitimada. Pois, com a sua realização, de algum modo, jogamos um facho de luz sobre algumas dimensões esquecidas do nosso mundo. Lembra-nos Bourdieu: “a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de acção só revelado no trabalho empírico” (BOURDIEU, 1989, p.59). Então, abordar “objetos irrisórios” (o que, acreditamos, está longe de ser o caso do presente trabalho) pode ser um bom caminho para colocar à prova teorias.

A nossa ideia é a de que as elaborações de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire fornecem importantes apoios para o desenvolvimento de nossa investigação. De Bourdieu, procuramos reter a noção de *habitus*. A obra de Bourdieu é bastante conhecida no âmbito das ciências sociais e esta noção tem, hoje, quase um sentido auto-evidente. Com frequência, Bourdieu se refere ao *habitus* como a expressão de “disposições in-corporadas” (Bourdieu, 1989), que fornece uma “gramática” generativa das práticas dos agentes. Esse o caminho por ele escolhido para romper com as elaborações tradicionais sobre a socialização, especialmente aquelas produzidas pelos funcionalistas, que geralmente produzem uma apreensão das “posições” dos agentes como uma certa “adaptação” a papéis e funções sociais. A elaboração de Bourdieu

também é uma resposta prática, como ele mesmo aponta, ao estruturalismo e a sua “*estranha filosofia da acção*” (Bourdieu, 1989, p. 61).

Entretanto, o que mais vale a pena destacar da contribuição de Bourdieu e o que, de algum modo, está mais diretamente relacionado à pesquisa que procuro desenvolver diz respeito ao fato de que a noção de *habitus* nos permite um distanciamento em relação às noções, muito fortes no senso comum, que lêem as trajetórias de vida como resultados de escolhas conscientes dos agentes. Bourdieu (2001) chama-nos a atenção para o fato de que o lugar social ou a “posição” do agente nunca é descolada de uma relação com outros agentes, portanto, com uma determinada colocação no campo social. Por outro lado, o que se *é* e a leitura que se faz de sua trajetória (das escolhas passadas e das presentes) sempre está relacionado com “disposições” que são *in-corporadas* pelo agente. Essas disposições dizem respeito, na maioria das vezes, à situação de classe desse agente.

Mas até que ponto uma leitura do social como a que propõe Bourdieu, tão assentada em um esquema racionalista e com um pressuposto tão forte a respeito dos “eixos” que marcam as posições e as trajetórias dos agentes, pode nos ajudar a dar sentido ao mundo de Dona Miúda? Tal como o personagem principal do livro *O último voo do flamingo*, de Mia Couto, poderia dizer que Bourdieu ilumina parte do caminho, mas há ainda muito chão a percorrer e o esquema bourdieusiano precisa ser complementado por outras luzes para dar sentido às práticas concretas. Até porque o imprevisível e precário tende a não se deixar ver através da gramática generativa a que o Bourdieu faz referência.

Encontramos em Bernard Lahire, como Bourdieu um sociólogo também preocupado em apreender o universo das práticas dos agentes, algumas indicações que poderão clarear um pouco a nossa pesquisa. Embora assuma e dê continuidade a muitas das noções de Bourdieu, Lahire questiona e vai mais adiante no tratamento da noção de *habitus*. Isso porque, ao contrário de Bourdieu, ele problematiza a noção de *disposições*. E isso tem como consequência prática levar o pesquisador a dar mais atenção ao circunstancial e aquilo que é imprevisível. No que diz respeito a reconstrução da história de vida de Dona Miúda, os ensinamentos de Lahire são fundamentais. Nesse sentido vale a pena, citá-lo um pouco para confirmar o que venho colocando até agora:

Em vez de pressupor a influência de um passado incorporado necessariamente coerente sobre os comportamentos individuais, mais do que imaginar que todo o nosso passado, como um bloco ou uma síntese homogênea (sob a forma de um sistema de disposições ou valores), pesa a todo momento sobre todas as nossas situações vividas, **o sociólogo pode indagar-se sobre o desencadeamento ou não desencadeamento, a implementação ou a estagnação, pelos diversos contexto de ação, de disposições de competências incorporadas.** A pluralidade de disposições e de competências, por um lado, a variedade de contextos de sua efetivação, por outro, e que podem explicar sociologicamente a variação de comportamento de um mesmo indivíduo ou de um mesmo grupo de indivíduos, em função de campos de práticas, de propriedades dos contextos ou de circunstâncias mais singulares da prática. (LAHIRE, 2006, p. 19). (o grifo é nosso).

Em Lanire (2004 e 2006) encontramos um porto seguro para legitimar o tipo de trabalho que pretendo desenvolver. Trata-se da construção de “retratos sociológicos” dos agentes. Nesta pesquisa essa perspectiva se traduzirá pelo delineamento de um retrato sociológico específico, aquele de Dona Miúda. De pronto vem uma pergunta: mas trabalhar somente com um “informante”? Não é muito reducionismo? O trabalho não fica empobrecido? A leitura de obras como “Retratos Sociológicos” ou “A cultura dos indivíduos”, trabalhos mais recentes de Lahire, derruba as objeções e torna sem sentido as perguntas mais acima. Por quê? Ora, porque, na perspectiva do sociólogo francês, um “retrato sociológico” é um exaustivo trabalho de imersão, baseado em baterias de questões aprofundadas em um conjunto de sessões temáticas distribuídas em um espaço de tempo razoável.

Há alguma semelhança com a proposta da chamada “sócio-análise”, caminho de investigação seguido por Bourdieu (1993) e alguns de seus auxiliares no projeto de investigação que resultou no livro “A miséria do mundo”. A grande diferença está no fato de que a *socio-análise*, como o próprio nome indica tem algo da análise terapêutica mais convencional: tem como objetivo levar o entrevistado a revelar dores e sofrimentos, os quais terão os seus sentidos “lidos” e “explicados” pelo cientista. No caso de Lahire, temo uma maior aproximação com a perspectiva weberiana: perceber o sentido que o agente dá ao que faz. O fazer, entretanto, assemelhasse: longas conversas orientadas pela preocupação de *compreender* o outro e o seu mundo.

No livro “Retratos Sociológicos”, Lahire trabalha com oito “informantes”. O resultado é uma obra que mostra como as trajetórias individuais são marcadas pelo cruzamento da “gramática gerativa” e o contingente e imprevisível. Por outro lado, essa técnica permite dar conta de algo que fica obscurecido na noção de *habitus*, tal qual trabalha Bourdieu: a “gramática” é aberta e o resultado do cruzamento, no processo de socialização dos agentes, com diversos modos legítimos de atuar no mundo. Esses

modos são “repassados” (na maioria das vezes) inconscientemente pelos diversos “agentes transmissores” com quais o ator lida ou entra em contato ao longo de sua vida.

Para dar um sentido a esta narrativa, estruturamos o trabalho em torno de quatro capítulos, independentes, mas estreitamente articulados. Logo após esta introdução, no primeiro capítulo, procuramos explicitar o “território” de D. Miúda. Trata-se de um exercício que é, ao mesmo tempo, de apresentação e aproximação. Sem excluir um exercício de *auto-objetivação* de nossa relação com o “objeto de pesquisa”, apontamos as singularidades que moldam a base territorial que serve de suporte e pano de fundo para a narrativa sociológica que segue. Não deixamos de expor, o que poderá parecer um excesso de atenção para a subjetividade do pesquisador, como se construiu a nossa relação com D. Miúda e suas filhas.

No segundo capítulo, empreendemos uma análise das forças que atravessam as trajetórias de nossa personagem e de suas filhas. Articulamos essa análise como uma exposição do processo de trabalho na Lavanderia. Também procuramos explicitar aí como a dinâmica socioeconômica se traduz nas suas disposições e impactam as suas vidas.

No terceiro capítulo, buscamos explicitar os nexos existentes entre a trajetória de Dona Miúda e as transformações mais gerais do mundo do trabalho na sociedade brasileira. Em especial, destacamos as implicações dessas transformações nos serviços domésticos. O nosso objetivo foi o de apontar como as estruturas sociais mais gerais são incorporadas por Dona Miúda e suas filhas.

No quarto e último capítulo, a análise foi direcionada à apreensão de como a pluralidade do social se revela no individual, isto é, na trajetória de Dona Miúda. Para realçar as pinceladas finais do retrato sociológico de nossa personagem, apresentamos os “bastidores” de sua emergência como ator social. Para tanto, com o aparato teórico de James Scott, apontamos como o Sítio São Pedro funciona como lugar do “discurso oculto” de Dona Miúda e suas filhas.

Por fim, nas considerações finais, retomamos algumas das questões que orientaram a feitura do nosso trabalho.

## CAPÍTULO 1 - DONA MIÚDA E O SEU LUGAR: A TRAJETÓRIA, O TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES

Podem me prender  
 Podem me bater  
 Podem até deixar-me sem comer  
 Que eu não mudo de opinião  
 Daqui do morro, eu não saio, não

Se não tem água, eu furo um poço  
 Se não tem carne, eu compro um osso e ponho na  
 sopa  
 e deixo andar, deixo andar

Falem de mim o que quiser falar  
 Aqui eu não pago aluguel  
 Se eu morrer amanhã seu doutor,  
 Estou pertinho do céu.  
 (Elza Soares, OPINIÃO)

Neste capítulo apresentamos Dona Miúda e seu mundo. Também buscamos apreender o seu lugar no mundo. Nos propomos abordar sobre como as “estruturas profundas” se apresentam na trajetória de vida de D. Miúda, ou seja, sobre como as mudanças sociais mais gerais rebateram na vida da nossa personagem. Para tanto, inicialmente, buscamos situá-la como sujeito e os seus lugares de fala (mulher, mãe, trabalhadora, negra...). Imediatamente após, traçaremos alguns elementos para um entendimento da cartografia do lugar. Por fim, esboçaremos uma apreensão das suas relações com o mundo além do lugar. Com essa configuração, o presente capítulo serve de suporte para as análises que virão no restante do trabalho.

### **1.2. Adentrando no território de Dona Miúda**

O nosso contato com Dona Miúda, sua mãe, Dona Nazaré, e as filhas se iniciou há dez anos. Na época, moradora recém-chegada ao Conjunto Jockey Clube, inaugurado havia pouco, travei contato com uma de suas filhas, Dalvací, ou simplesmente Dalva, em uma caminhada que fazia de uma parada de ônibus situada na Br-101, na altura do Parque Aristophanes Fernandes, para a minha casa. Enfrentava, então, como a maioria dos moradores da nova área urbana, a precariedade da oferta de serviços públicos, especialmente de transportes coletivos. Caminhávamos na mesma direção, na avenida lateral ao parque, que segue para além do conjunto acima referido, indo até quase às margens do Rio Pitimbu. Ao abordá-la, encontrei receptividade e logo travamos uma

longa conversa. Socializamos informações sobre as nossas situações. Na despedida, quando entrei em direção ao conjunto e ela seguiu adiante, fui convidada a visitá-las. Essa visita aconteceu algum tempo depois. E, depois da primeira, vieram muitas. O sítio pertencente a sua família, com sua atmosfera bucólica, a porteira, as fruteiras, os pequenos roçados, os latidos dos cachorros que denunciam a entrada de estranhos, e a liberdade oferecida às crianças pelos imensos espaços dos terreiros, tudo aquilo me trazia uma sensação de desprendimento da pressão sofrida pela vida urbana.

Parnamirim, ainda naquele momento, com as exceções do Aeroporto Internacional Augusto Severo e dos enclaves urbanos das suas praias litorâneas (Cotovelo, Pium e Pirangi), era uma cidade em processo de definição, dividida entre paisagens que indicavam um passado ainda presente e um presente ainda sem rosto, ou melhor, um presente indefinido. A justaposição entre elementos do *moderno* (o Aeroporto, os edifícios e setores comerciais nas praias, os conjuntos residenciais fechados nos quais residem os militares da Base Militar anexa ao aeroporto) e elementos do *tradicional* (a feira tradicional, as carroças na rua, pessoas sentadas nas calçadas das casas e animais soltos) parecia dominar o espaço urbano em afirmação, seguindo uma lógica devoradora e ambientalmente frágil, que caracteriza a expansão urbana na Região Metropolitana de Natal.

Dez anos depois, o antes novo Conjunto Jockey Clube, assentamento urbano de novecentas casas, tornou-se passado. Agora, os conjuntos de edifícios construídos para serem negociados no “*Programa Minha Casa, Minha Vida*” é que expressam o novo. No conjunto, hoje, cada casa, já reformada, não raro com a construção de um primeiro andar, conta com uma garagem na qual se encontra um carro popular (ou dois). Os moradores, em sua maioria, constituem o que se passou a denominar, nos últimos anos, de “nova classe média brasileira”. Pequenos comerciantes, prestadores de serviços e trabalhadores do setor de serviços da Zona Sul de Natal. A dinâmica econômica mais geral impactou esse espaço. Pet Shops, salões de cabeleireiras, *lanhouses* e mercadinhos foram, pouco a pouco, tomando conta da rua principal do conjunto. O asfaltamento chegou às vias de acesso ao conjunto, muito embora as águas servidas, oriundas das vilas e bairros que já existiam antes do mesmo ser construído, invadam constantemente seus espaços públicos e privados.

Bares e barracas tomam conta dos canteiros. Aos domingos, em alguns deles, telões transmitem jogos de futebol. Espetinhos e cerveja são consumidos pela clientela, majoritariamente masculina. Carros, motos e bicicletas dominam essa paisagem. Mas, ao lado das carroças dos catadores de lixo reciclável, ainda podem ser vistas carroças de antigos moradores da região carregando produtos agrícolas, destinados à venda na feira municipal, situada em uma área urbana mais antiga, não muito distante.

Foi esse mundo, tal como um iceberg se movimentando pelo oceano, que veio aportar na “ilha” onde Dona Miúda e os seus desenvolviam, em ritmo diferenciado, as suas vidas. Eis um recurso metafórico que, não poucas vezes, recorri para pensar nas transformações que estavam ocorrendo na região. Com a perspectiva analítica que o “olhar distanciado” nos proporciona, dei-me conta do quanto de idealização havia nessa construção. E de etnocentrismo também. Isso porque, como pressuposto não explicitado da nossa avaliação pessimista, havia a assunção de que “sabíamos” o curso que os rumos do desenvolvimento urbano sobre um mundo de Dona Miúda iria seguir. Quanta pretensão! Estávamos, então, sob o domínio de um tipo de apreensão do mundo denominado por Marshall Sahlins de “pessimismo etnográfico” (SAHLINS, 1997). Não havia incorporado ainda a proposição de que os encontros sempre têm um quê de imprevisibilidade, e mesmo quando estruturas poderosas parecem pré-determinar o rumo das coisas, estas se revoltam e inventam novos mundos. Até porque, muitas vezes, o que pensamos como coisas, em realidade, são pessoas.

Quando Dona Miúda decidiu criar a Lavanderia, que é a base da investida analítica do presente trabalho, já estávamos produzindo um trabalho monográfico de conclusão de curso de graduação a respeito de seu mundo. Mais exatamente, a respeito da vida de sua mãe, Dona Nazaré, que no momento de escrita deste trabalho caminha saudável para os 100 anos de idade.

Mas, que mundo mesmo é esse, o de Dona Miúda? Adiantamos que o uso da palavra “mundo” tem um sentido aqui apenas alegórico. A cristalização do “outro/a” em um “mundo” à parte é menos expressão de minha pouca familiaridade com os termos da antropologia, e mais incapacidade analítica de perceber como os mundos se misturam. Mistura essa que ocorre há muito tempo. Quem vê imobilidade no “outro”, cristalizando-o na condição de “nativo”, não apenas comete erro político como incorre em um empobrecimento analítico. Em realidade, quando fazemos um zoom e

ampliamos o escopo histórico de nossa análise, damo-nos conta de que as pessoas, bens e ideias estão em constante fluxo, movimentando-se, migrando. Por tudo isso, voltando à pergunta que abre o parágrafo: diríamos que o Sítio São Pedro é a base territorial desse mundo.

E o que é o Sítio São Pedro? A resposta nunca será objetiva. Antes, era uma pequena propriedade rural situada em Rio dos Negros, uma localidade na qual se localizava um pequeno povoado e que era cercada de muito mato por todos os lados. Outra possível resposta é a de que o Sítio São Pedro não existe mais. Pelo menos para algumas agências estatais (para outras, como o INCRA, ele existe, sim) e empresas prestadoras de serviços, como aquelas de telefonia e eletricidade e de cartões de crédito. Para estas, o que existe é um muro grande e pintado com uma cor próxima do salmão, situado em uma rua (*Mar da Galiléia*), e que tem como número identificado 52. Atravessando-se o portão, hoje de ferro, e que durante o dia quase sempre está aberto, as casas que encontramos são identificadas pelo número acrescido de uma letra do alfabeto. A propriedade, que foi sendo amputada pelos proprietários vizinhos, mede 80 metros de largura por 1.000 metros de comprimento.

Já dentro da área murada, após ultrapassarmos a última casa, na qual reside um irmão de Dona Miúda, damo-nos conta de que o que pensávamos ser um povoado é uma propriedade que se estende adiante, rumo ao poente. O visitante será então informado de que a propriedade atravessa o rio e vai um quilômetro adiante.

**Ilustração 01:** O portão de entrada para o Sítio São Pedro.



Se a visita ocorrer em um final de tarde, é certo que o visitante encontrará pessoas sentadas em cadeiras improvisadas ou tamboretas de madeira em frente à casa onde reside Dona Miúda, situada ao lado do pequeno galpão onde funciona a *Lavanderia Mãe & Filhas*. Mulheres e crianças em sua maioria, a não ser que a tarde seja de um domingo. Nesse caso, alguns homens, quase todos eles maridos de filhas de Dona Miúda, também estarão nesse espaço.

O visitante poderá ser informado de que até bem recentemente (meados dos anos 1990), o rio, aos domingos, tornava-se a praia dos moradores locais. Também será informado de que, na área de vazante desse mesmo rio, produziam-se legumes, hortaliças, feijão, milho, batatas e frutas. Ao questionar sobre o porquê da suspensão gradativa das atividades agrícolas, o visitante será informado de que, com a poluição do rio que corta a propriedade, essas culturas de cereais e legumes tornaram-se inviáveis. Também ouvirá que os roubos de produtos agrícolas e a presença de pessoas estranhas também contribuíram para desestimular a agricultura e diminuir significativamente a criação de animais. Esta atividade, como se verá mais adiante, foi reativada fortemente neste ano, com um investimento coletivo das mulheres do Sítio na criação de porcos.

### Ilustração 02: Dona Miúda



Após pouco tempo no sítio, a impressão de que se adentrou em um mundo à parte é reforçada. Especialmente quando se tem em mente que, do outro lado da rua, começam as casas do Conjunto Jockey Clube e a sua dinâmica urbana já referida.

### Ilustração 03: Localização do Sítio São Pedro na malha urbana de Parnamirim.



Os elementos apontados acima devem ser tomados como uma primeira aproximação do espaço social no qual se desenrolou a maior parte da vida de Dona

Miúda. É forçoso reconhecer o seu caráter um tanto quanto impressionista. Para superar tal abordagem, no tópico que segue, buscaremos apreender o lugar a partir do ângulo de nossa *parceira cognitiva*<sup>2</sup>.

## 1.2. O lugar: teatro da memória do ator

A atual localização das casas no Sítio São Pedro é fruto de um deslocamento dos moradores no interior da propriedade. Em uma de nossas conversas, Dona Miúda esclareceu esse detalhe:

Bem, aqui... A gente não morava por aqui. A gente morava lá, do lado de lá, né. Aqui era tudo mato. Lá também era, mas lá... Esse pessoal morava lá. Nós, tudinho, lá do outro lado. Meus tios, minhas tias...

O “outro lado” a que se refere Dona Miúda é a parte da propriedade situada na margem esquerda (ao poente) do Rio Pitimbu. Essa demarcação de lugar é importante, pois se refere tanto ao espaço quanto ao tempo. A passagem para a margem de “cá”, isto é, mais próxima da área que vai sendo envolvida pela urbanização, teve razões funcionais (“as coisas ficavam pra cá”) e simbólicas (“lá era mais para dentro do mato”). Mas Dona Miúda se apressa em chamar a atenção para o que havia de semelhante: “As casas ficavam perto uma da outra como é aqui hoje. Uma aqui, outra ali.”

A mudança para o “lado de cá” ocorreu gradativamente, impulsionada pelo irmão mais velho. Este, após o casamento, construiu a sua casa na margem direita. Depois, a mãe, Dona Nazaré, já viúva, decidiu também se mudar. Dona Miúda, algum tempo após o casamento, também mudou o lugar de sua casa, que era de taipa na época.

O rio, com suas águas, poderia ser tomado como uma espécie de veia aorta, por meio do qual escorre o sangue vital de todo um grupo social. O rio, esse divisor de tempo e espaço, no qual as mulheres de *Moita Verde* (área que engloba o sítio e que é hoje oficialmente reconhecida como comunidade quilombola, para o Governo Federal, e como “Zona Especial de Intervenção Social”, para a Prefeitura Municipal) desenvolviam o seu trabalho de lavagem de roupas, é lembrado como não apenas o lócus do trabalho, mas também das festas e da sociabilidade. É o que sobressai na

---

<sup>2</sup> Dona Miúda é não apenas o principal sujeito desta empreitada analítica, mas também nossa parceira cognitiva, na medida em que o seu partilhar de percepções e categorias de classificação do universo social foi decisivo para dar sentido a esta narrativa.

rejeição que Dona Miúda faz das elaborações apressadas ao comentar a degradação ambiental do mesmo:

O povo pensa... Tem gente que diz: 'Não!... Esse rio nunca foi limpo'. Mas, vixe Maria!, todo mundo vinha tomar banho aí... Parecia uma praia. No sábado, feriado e quando o rio tava cheio, Ave Maria!, se juntava essa negrada todinha. Era branco, era preto, tudo misturado...

O viés étnico presente na consideração feita por Dona Miúda é óbvio. Entretanto, levando em conta o contexto da conversa, incorreríamos em uma análise superficial se nos arriscássemos a tentar apreender algo mais além das categorias hegemônicas na sociedade brasileira de classificação das diferenças étnicas.

Voltando aos deslocamentos das residências de um lado para o outro do rio, importa ressaltar que muitos antigos moradores, vizinhos da família de Dona Miúda, ao contrário dos seus familiares, mudaram-se porque venderam as suas propriedades. A valorização das terras, com o avanço do processo de urbanização no que é hoje uma área incorporada à Região Metropolitana de Natal, foi um dos elementos impulsionadores da redefinição das relações sociais e da vida social local na área de Moita Verde. Esse processo, tantas vezes analisado (ou denunciado) em outros contextos, geralmente é apreendido a partir dos seus aspectos macrossociológicos. Por outro lado, com um registro centrado na apreensão do ator e voltando-se a uma análise de tipo mais microssocial, é possível abordar como esse processo (que poderíamos denominar, correndo o risco de incorrerem em um lugar-comum, de “expulsão dos camponeses de suas terras pela expansão das forças de mercado”) foi apreendido ou sentido pelos atores que o vivenciaram. No nosso caso, mesmo que não abordando diretamente essa questão, em uma de nossas conversas com Dona Miúda, ao responder a uma pergunta sobre o que ela e suas amigas conversavam, comentou:

Não, aí já nos afastamos, porque aí venderam e foram embora para a rua e eu fiquei só aqui. Sozinha, não é? Somente quando tinha festa é que elas vinham e a gente se via, lá na igreja, em Passagem de Areia.

Em outra conversa, comentando sobre a família de seu marido, Dona Miúda chamou a atenção para o fato de que eles tinham tido posses, mas haviam sido levados a vender as terras. Passaram a viver “trabalhando para os outros” e morando “na rua”. “Rua” não tem, para ela, uma conotação muito positiva. Tanto que faz questão de afirmar sempre que reside no Sítio São Pedro.

As mudanças no entorno não deixaram de impactar fortemente a vida no Sítio, na leitura de Dona Miúda. Ao lado da degradação ambiental do Rio Pitimbu, a insegurança é outra expressão negativa das redefinições ocorridas na região, segundo a sua leitura. Não por acaso, no seu discurso, as duas dimensões aparecem articuladas:

Menina! Porque está tudo diferente. Porque quando a gente descia aí, era tudo mato do lado, mato de outro. Cada moitona! A gente passava o caminho... O rio só era limpo, só era limpo no rio. A gente chegava, jogava a roupa, não tinha quem bulisse, era tudo verdinho. Tinha mato....

Acabou-se... Porque aqui onde tem umas amostrinhas só é nessa granja aí. É por isso que ela não faz nada lá na frente da granja, que é só aquele mato. A gente tinha alecrim, era rebenta boi, coboim, agave... Tudo isso tinha e hoje em dia não tem mais nada. Só tem, aí, umas amostrinhas... Daqui pra BR era mato. Era mangabeira, era tudo matão, carrapateira. Cada carrapateira que era imenso! Quem carregava, aí, achava lenha daí. Aqui era mangaba que só não sei o que. Mamãe mandou Pedro derrubar, mas se não fosse era mato, por isso que esse vizinho da gente tem muita mangaba. Porque do jeito que tem aí os pés de mangaba, aqui também tinha.

A degradação ambiental do rio foi um tema recorrente em nossas conversas. A referência funciona, para Dona Miúda, como uma espécie de metáfora para ler o mundo. Ler as metáforas de Dona Miúda é um exercício que exige atenção e sensibilidade. Isso porque, na maioria das vezes, pode haver um choque de esquemas de linguagens entre o pesquisador e o pesquisado. Essa condição, somada ao ilusório sentimento de importância acadêmica, pode resultar no empobrecimento do trabalho de pesquisa. Com essa atenção é que transcrevo abaixo outra dessas referências:

Ah! O rio era uma benção. Todo mundo vinha tomar banho. De lá de Passagem de Areia até aqui. Menina! Esse rio era uma benção. Uma coisa maravilhosa para muita gente. Gente de toda essa Parnamirim. Hoje em dia... Ah, Virgem Maria!

Vale a pena registrar que a degradação ambiental da área do Rio Pitimbu é atualmente um dos assuntos de pauta dos debates a respeito da sustentabilidade da oferta de água para a região urbana de Natal. Trata-se de um processo socioambiental ocorrido nas três últimas décadas e cujos desdobramentos negativos ainda estão para ser estimados.

Já em relação à insegurança, um registro que fizemos no nosso diário de campo dá uma amostra do impacto que a emergência desse problema tem tido sobre a família de Dona Miúda:

Hoje, cheguei por volta das 10h30. Dona Miúda, Dona Nazaré e algumas filhas estavam reunidas nas cadeiras e sofá que ficam embaixo das árvores. Dessa vez eu não tinha nenhum ponto objetivo para explorar. Em verdade, fui para manter o elo, jogar conversa fora...

Elas estavam um pouco caladas. Eu fiquei inicialmente pensando que seria por causa da minha presença. Depois fiquei sabendo que havia acontecido orubo de todas as galinhas

de Dona Miúda, que estavam dentro do sítio, pela madrugada. Ninguém havia escutado nenhum barulho. Elas, apesar de tristes, tentavam especular o que teria acontecido. Será que foi alguém conhecido? Pelo que me foi possível depreender, pelas conversas paralelas, elas suspeitam de alguém conhecido. (Diário de Campo, 27/06/2010).

A insegurança no entorno da rua em frente ao sítio (e às propriedades vizinhas de membros da comunidade) se tornou ponto de pauta das nossas conversas no Sítio. E essa realidade, que expressa o aumento da vulnerabilidade do lugar, passou a fazer parte também das nossas preocupações. Uma situação, registrada no nosso diário de campo, é expressiva nesse sentido:

Hoje, tentei fazer mais uma visita e não foi possível. Desta vez fui dirigindo o carro. Quando eu estava a caminho, com o carro em baixa velocidade, percebi dois rapazes vindos em minha direção, um caminhado e o outro em uma bicicleta. Eles fizeram uma movimentação que eu li como a intenção de me assaltar. Voltei assustada para casa. Telefonei para Dona Miúda. Ela perguntou detalhes e disse que a área realmente estava muita insegura. Disse-me que em uma reunião dos quilombolas o assunto dos assaltos teria sido colocado em pauta. Lembrou que sua parenta americana havia sido assaltada em uma rua próxima ao sítio. Ao final da conversa telefônica, Dona Miúda disse-me que eu não deixasse de ir lá. (Diário de campo, 15/02/2011).

### **1.3. O lugar como “comunidade quilombola” e a questão da posse da terra**

Os diversos fatores que levaram ao declínio das atividades agrícolas, alguns estruturais, outros ligados a processos endógenos à comunidade (como a dinâmica familiar do núcleo estabelecido por Dona Miúda), têm levado a que a dinâmica de ocupação urbana do solo venha se impondo também na área, particularmente no Sítio São Pedro. Esse resultado, que cria novos focos de tensão e angústia Dona Miúda e sua mãe, de forma paradoxal, foi produzido pela intervenção dos organismos governamentais (INCRA, em especial), que levaram à identificação de Moita Verde como comunidade quilombola.

A identificação da área como comunidade quilombola se resolve o problema da posse da terra, dado que estabelece garantias legais para o usufruto do solo, cria complicações para os títulos individuais de propriedade. E os membros da família, especialmente aqueles que não fazem parte do núcleo familiar de Dona Miúda e que, há tempos, haviam saído da área do sítio, agora encontram no novo estatuto (“quilombola”) uma justificativa para uma entrada (“invasão”?) do sítio.

Como abordaremos em outra parte deste trabalho, o processo de construção social da comunidade quilombola, ativamente encaminhado por ONGs, e, no último ano, também assumido pela Prefeitura Municipal de Parnamirim, implica em certo

rebaixamento da capacidade de autodeterminação dos moradores locais. Não deixa de ser uma situação paradoxal. Novas forças intervêm, supostamente “atuando a favor da comunidade”, mas contribuem indiretamente, talvez até contra as vontades individuais, para a diminuição da autonomia das pessoas, conforme pudemos ler nos acontecimentos. Contribuem também para o não reconhecimento das particularidades desse povoado. Isso porque a criação da categoria “quilombola” e sua aplicação prática nas políticas públicas, de certa forma, homogeneíza todo um conjunto populacional com particularidades históricas, políticas, sociais e culturais. Vale lembrar que grupos sociais como foram mantidos, historicamente, socialmente invisíveis e excluídos das políticas do Estado brasileiro.

Exemplo de uma situação em que forças que estão supostamente “a favor” contribuem para a minoridade (e dinamitam o projeto emancipador que, na retórica, anunciam) é o caso a respeito da tentativa de ingerência de uma ONG na gestão da própria Lavanderia Mãe & Filhas. Referimo-nos à sugestão, feita por um dirigente da ONG Quilombo, para que a lavanderia criada por Dona Miúda se tornasse uma “lavanderia coletiva”. A sugestão, rejeitada com veemência por ela, contraria os projetos de evolução do empreendimento desejados por Dona Miúda e suas filhas. E a direção desejada não é outra senão aquela de uma pequena empresa prestadora de serviços. Seria esse mesmo o melhor caminho que a iniciativa da Lavanderia Mãe e filhas deveria tomar? Quem tem legitimidade para fazer tal afirmação?

O mesmo processo se dá com a Prefeitura Municipal de Parnamirim ou, quem sabe, com o próprio governo federal. O reconhecimento do sítio como comunidade quilombola e a criação das chamadas ZEIS (Zona de Especial de Interesse Social) faz com que a prefeitura “acesse” recursos do Governo Federal para a construção de casas em Moita Verde. No jogo de forças entre os órgãos da Prefeitura e a liderança quilombola, o direito à propriedade individual e familiar, assim como a titulação das terras, tem sido sacrificado em nome do coletivo (“comunidade quilombola”). Para a Prefeitura, trata-se de uma situação ideal: feiras podem ser distribuídas, casas podem ser construídas a baixo custo, sem que se tenha que arcar com os custos advindos da resolução dos aspectos legais da titulação dos imóveis.

Uma tradução do que mencionamos acima é um caso que testemunhei quando tive a oportunidade de participar em abril de 2011 de uma das reuniões com os

“quilombolas” e representantes da prefeitura. Assim, estando em minha casa, em um certo dia do mês de abril, eis que ouço o anúncio vindo de um carro que transitava pelas ruas do conjunto, convidando os moradores para uma reunião que aconteceria às sete horas da noite no sítio Santo Antônio. Na oportunidade, seriam discutidas questões referentes às obras de drenagem e lagoa de captação do conjunto Jockey Clube e Moita Verde, estando todos os moradores convidados a participar. Como eu não havia sido convidada para participar de reuniões no quilombo esta seria a minha vez de observar uma reunião.

Nossa primeira observação foi a deque o público era em sua maioria composto por mulheres e crianças, os poucos homens presentes se mantiveram distantes, em posição de observação. Moradores das casas do conjunto Jockey Club, apenas eu. A pauta da reunião foi iniciada com a apresentação de uma representante de uma ONG, que trabalha com micro crédito destinado à criação de pequenos negócios em comunidades quilombolas. O dinheiro para os respectivos empréstimos provém de um banco suíço. A apresentação da proposta, um tanto de modo imperativo, foi esplanada pela representante da ONG, tendo sido referendada por representantes da Caixa Econômica Federal e da prefeitura. Enquanto os “quilombolas” tentavam entender a proposta, apresentada em uma linguagem que gerou dificuldades para quem a ouvia, inclusive a pesquisadora, a representante da ONG se incomodava diante da apatia do público:

Vamos, gente! Quem aqui já tem um pequeno negócio que queira expandir? Quem trabalha com encomenda de docinhos para festa? Atelier de costura, trabalhos manuais, lavanderia de roupas? Vamos, gente! Aqui ninguém trabalha, não? Vocês podem fazer esse empréstimo para comprar material, para poder começar a trabalhar. Por exemplo, se lava roupas, compra sabão. Se a pessoa faz doces e não pode aceitar uma encomenda maior, agora pode comprar farinha, açúcar... São pequenos empréstimos para começar o negócio.

Seguidamente entra em cena uma vassoura feita de garrafa pet. Manipulando a vassoura enquanto falava, a representante da ONG ressaltava que o que eles estavam vendo não era apenas uma vassoura; aquilo era um sonho de uma vida melhor. A vassoura é o resultado de um trabalho desenvolvido em uma das comunidades quilombolas assistidas pelos empréstimos com o banco suíço. A mesma pessoa afirma que eles deveriam querer também aquele sonho para suas vidas. Entre o público da reunião, uma das mulheres, levantando a mão, diz que deseja também montar uma fabrica de vassouras pet.

No término da reunião, toma a fala um dos secretários da prefeitura, com um discurso para enfatizar as ações da prefeitura atual: “Olhem, percebam que em trinta anos nunca Moita Verde foi lembrada e agora vocês estão recebendo uma casa para morar”.

No entanto, mais que uma casa pra morar obedecendo aos moldes do governo, o que incomoda a população de Moita Verde atualmente tem sido mesmo a invasão das águas da chuva, decorrente da pavimentação das ruas do conjunto Jockey Club e conseqüentemente da impermeabilização da área que antes servia de filtro natural dessas águas. E isso explodiu na reunião com os reclamos velados de um ou outro morador. Mas o clima ficou tenso com os gritos de Das Dores, uma das primas de Dona Miúda:

Agente não quer casa, não, a gente não quer reforma, não! E essas águas? Quando é que vão darum jeito nessa água? Estamos vendo a hora de essas águas saírem arrastando as casas e todo mundo junto. Por que não tocam nesse assunto? Que coisa é essa? É um absurdo!

Além da necessidade emergencial de construção de uma lagoa de captação, o saneamento básico tem o mesmo caráter. Isso porque uma vala construída por uma administração anterior, para receber águas pluviais, acabou servindo de escoadouro de águas servidas, depositadas pela própria população do entorno, de modo que todas essas águas servidas estão sendo depositadas no rio que corta a propriedade da família de Dona Miúda. No entanto, de acordo com o que diz o secretário da prefeitura, eles devem ter paciência e aceitar, já que estão recebendo as casas, as reformas e, em um futuro próximo, receberão o benefício da construção de uma lagoa de captação na área do conjunto Jockey Club. Essa construção impediria que as águas entrassem na área do “quilombo”. Nas palavras do secretário, caso vierem a exigir uma obra de maior porte, que seria o caso da drenagem das águas e também do saneamento básico da área do entorno, com certeza isso dificultaria e os prazos se estenderiam enormemente.

Nessas condições de *negociação* – tenho dúvidas se é realmente apropriada a colocação da palavra – ou de *diálogo* ou aproximação com os atores da política local, fica claro a fragilidade em que sempre estiveram a família de nossa personagem, e que a condição de tornarem-se “quilombolas”, embora traga benefícios materiais e reconhecimento simbólico, também implica em perda substantiva de autonomia.

Sobre essa delicada questão, a qual não deixa de atravessar tanto o campo da militância política (especialmente dos atores engajados em ONGs) quanto o acadêmico, vale a pena, embora a citação seja um tanto longa, transcrevermos a apreensão feita por um pesquisador que analisou a construção social das “terras de preto” no estado do Maranhão:

A redefinição conceitual (de “terra de preto” para “quilombo”, AMC) implica também numa adequação aos contextos políticos nos quais as pressões sociais ou o próprio Estado impõem determinados temas como problemas a serem examinados segundo os interesses em disputa. No jogo político, que se reflete em diferentes campos – intelectual, institucional e de mediação – o Estado, ao mesmo tempo em que impõe o objeto de disputa, estrategicamente sugere que dá importância às demandas oriundas desses campos, o que faz com que os atores referidos aos mesmos joguem o jogo posto em funcionamento. (SOUSA FILHO, 2008, p. 27).

Hoje a comunidade ou “quilombo” de Moita Verde faz parte de uma ZEIS. Demarcada pela prefeitura, com o suporte de pesquisadores locais, essa definição serve de critério para o repasse de verbas federais para o município. A ZEIS na qual está a área, no município de Parnamirim, engloba quilombolas e não quilombolas. Essa situação facilita as ações da prefeitura no que diz respeito ao manejo e à aplicação desses recursos, legitimando obras em áreas não “quilombolas”. Essa situação tem feito emergir problemas que anteriormente se resolviam entre as forças de intervenção familiares. Esse é o caso das construções de casas por membros mais novos das famílias agora identificadas como quilombolas, com o apoio da Prefeitura, mas sem o consentimento dos seus familiares mais velhos.

**Ilustração 04:** Representação gráfica, inserida em projeto oficial, da área de Moita Verde.



O que foi escrito mais acima ganha tradução viva quando levamos em conta as percepções e sentimentos dos atores. No trecho mais abaixo, retirado do nosso diário de campo, um pouco dessa realidade é transmitida:

Logo ao atravessar o portal de entrada do sítio, fui surpreendida com a construção de uma casa. Achei estranha a posição em que estava sendo erguida a casa. Fui até a casa de Dona Nazaré. Ela estava meio abatida. Após alguma conversa, contou-me que o seu filho mais novo tinha protagonizado uma briga no sítio porque queria construir a casa para o filho da mulher dele. Para Dona Nazaré, Dona Miúda e suas filhas, o rapaz não teria direito de construir ali, dado que não é neto biológico da matriarca. O rapaz é enteado do filho de Dona Nazaré. Para complicar, o rapaz havia ordenado que construíssem a casa de uma forma que impedia a passagem dos pedestres e carros. Conversando com uma das filhas de Dona Miúda, ela me contou que a briga foi muito grande. E que ela e suas irmãs não conseguiam entender como o seu tio havia conseguido o direito da construção das casas, através de um programa do governo e da prefeitura para as comunidades quilombolas, já que ele tem sua própria casa e o rapaz que iria morar, não vivia ali e nem fazia parte da família. (Diário de Campo, 20/05/2011).

A identificação da área como comunidade quilombola é um processo que tem reações contraditórias. Há rejeições veladas, foi possível perceber. Mas também existe, nos discursos de uma das filhas de Dona Miúda, a clara consciência de que “alguma coisa está vindo pra gente”. A própria Dona Miúda, em uma de nossas entrevistas, referiu-se a essa dimensão:

No ano passado veio uma feira grande para 25 famílias. A feira é só para quem tá passando precisão. Quem trabalha, não recebe. Ficou de ser para todo mundo daqui dos quilombos, mas primeiro é só uns que vão receber. A feira é grande, dá para três meses. É de cinco quilos de cada coisa, e vêm três sacolas, uma quantidade para cada mês. E as casas? Desde 2007, quando teve uma reunião aqui... Veio um monte de gente, prefeito e tudo. Foi antes da eleição. Agora que vieram fazer as casas...

Dadas as questões anteriormente expostas, a interrogação sobre a posse da terra por parte da família de Dona Miúda é importante. Pelo menos era assim que pensávamos durante grande parte do nosso trabalho. Essa foi uma preocupação que não deixou de ser registrada no nosso diário de campo:

Perguntei mais uma vez a respeito da propriedade da terra. Dona Nazaré contou a seguinte história: A filha do Manuel Jorge, França, escondia os documentos da terra. Uma vez, quando precisou comprovar, os documentos haviam enferrujado porque ela o escondia em uma lata enterrada. Quando já estava viúva, apareceram umas pessoas fazendo medição dos terrenos todos da área e disseram que ‘o governo disse que terra que não era cercada não tinha dono’. Enquanto Dona Nazaré falava, dona Miúda fazia referência que essas pessoas seriam ‘o povo do Jockey<sup>3</sup>’.

No texto acima, mais do que uma narrativa sobre o processo de aquisição da propriedade da terra, temos a apresentação de algo que se pode, com alguma condescendência do leitor, denominar de “mito fundador”. Essa compreensão não diminuía a nossa inquietação em relação à posse da terra.

Como foi possível que a família do pai de Dona Miúda tivesse garantido a posse da terra na qual se situa o Sítio São Pedro? O preço que Dona Nazaré, sua mãe, teve que pagar para manter o domínio da propriedade não foi pequeno. Mas isso só não explica essa situação. Durante muito tempo, no desenvolvimento da pesquisa, fomos levados a avançar nesse questionamento. Em determinado momento, percebemos, enfrentamos resistências. O assunto não era confortável para as minhas interlocutoras. Por outro lado, em um exercício de *auto-objetivação*, demo-nos conta do quanto estávamos enveredando por uma investigação quase paralela a respeito do processo de posse da terra. Não seria essa preocupação uma manifestação de etnocentrismo acadêmico? Não estaríamos, de algum modo, dando vazão a uma inquietação típica do universo da classe média a respeito da posse de algo (uma propriedade rural que foi sendo incorporada à dinâmica urbana da Grande Natal e que, em consequência disso, tornou-se valorizada monetariamente?). O desenvolvimento dessa reflexividade nos levou a abandonar tarefas tais como a investigação em cartórios do município, a respeito do processo de

---

<sup>3</sup> Ao falar de “Povo do Jockey”, Dona Miúdas e refere não aos moradores, mas aos grupos de empresários rurais ligados à criação de gado e organização de Jockey existente nas décadas de 50, 60, onde hoje é o conjunto residencial Jockey Club.

transmissão da posse. Até porque essas interrogações suscitaram atitudes de reservas por parte de minhas interlocutoras. Então, em certo momento de autoanálise nos perguntamos o que mesmo estamos procurando? De que vale potencializar em nosso trabalho questões referentes à titulação dessa terra? De que valeria isso para essa pesquisa em especial? O valor de mercado que ela tem hoje? A nossa insistência em tocar nesse tema-tabu poderia comprometer o desenvolvimento de nossa investigação. Então, resolvemos não insistir nessa questão, até para respeitar os limites tácitos que a relação pesquisador e pesquisado pressupõe.

### 1.5. Dona Nazaré, a força do Sítio São Pedro

Se os atores estão em permanente (re) construção, o mesmo ocorre com os lugares. E com o lugar onde se situam as pessoas que tratamos nesta narrativa não é diferente. Moita Verde? Rio dos Negros? Sítio São Pedro? Os nomes emergem nas memórias de Dona Miúda, e, mais amiúde, naquelas de sua mãe, Nazaré dos Santos Moura, Dona Nazaré.

Pode-se dizer que “Rio dos Negros” é a denominação que, segundo nossas interlocutoras, é a mais antiga e corresponde ao nome que identificava o lugar quando Dona Nazaré, então recém-casada com Moisés Crispiniano da Silva, veio morar aí, advinda de *Capoeira dos Negros*, localidade situada no município de Bom Jesus, distante não mais do que 80 km de onde veio morar, mas um lugar que, na sua narrativa, adquire uma distância gigantesca. Como ela nos conta, o que ela encontrou foi como se fosse um “outro mundo”. E efetivamente era, podemos deduzir pela sua fala. Enquanto em Capoeira, já encravada na área de transição entre o Agreste e o Semiárido, as privações eram grandes, no Rio dos Negros do “seu tempo”, havia muitos “refrigérios” e bonança: fruteiras, plantações na margem do Rio, além de um regime de chuvas que permitia pelo menos uma colheita segura no ano.

A situação, até certo ponto singular, de membros de uma população negra possuir a posse de uma faixa de terra situada em uma área de há muito ambicionada pela especulação imobiliária, envolve estórias e histórias. O que podemos asseverar é que, através de um processo de negociação e mobilização de antigas relações de apadrinhamento, as pessoas da comunidade conseguiram a posse de uma extensão de terra, a qual foi repartida entre os filhos da primeira geração que lá chegaram, formando um aglomerado de pequenos sítios.

Vale a pena registrar que esses sítios localizavam-se em uma extensa área de terras que passou a ser propriedade de um português por nome de Manuel Machado, na segunda década do século XX. A região na qual se situa atualmente o Sítio São Pedro é distante da parte central da propriedade, na qual se localizava uma estação da ferrovia que ligava Natal a Nova Cruz, inaugurada na década de 1880. Tal estação, denominada de Cajupyranga, era na verdade localizada na sede da propriedade. Dada a importância desse personagem para a nossa narrativa, já que tanto Dona Nazaré quanto Dona Miúda referem-se a ele como tendo doado (ou autorizado a posse) da terra para os seus ancestrais, vale a pena uma referência maior.

Nessa mesma época, presume-se que tenham chegado à capital potiguar os irmãos portugueses Manuel e Cláudio Machado. Na esquina da rua Chile com a Tavares de Lira, Ribeira, abriram uma loja que vendia de tudo, conhecida pelo sugestivo nome de “Dispensa Natalense”. Os dois enriqueceram no comércio, integrando-se à vida social local. A firma M. Machado & Cia era uma das mais conceituadas no Estado e logo diversificou os negócios. Manuel Machado casou-se, em 1903, com dona Amélia Duarte, filha do proprietário de um hotel na antiga Rua das Virgens, bairro das Rocas, e em 1920 comprou de Jorge Barreto o casarão da praça Dom Vital, ao lado da Igreja do Rosário, Cidade Alta. Em 1927 ele já era o dono das terras do Engenho Pitimbu, que se estendiam dos limites com os Guarapes, Macaíba, ao norte, as terras do Engenho Cajupiranga, ao sul. (PEIXOTO, 2003, p. 29).

Um primeiro fato histórico que redefiniu a dinâmica espacial desse lugar foi o acordo dos governos brasileiro e norte-americano, durante a Segunda Guerra Mundial. Este impactou enormemente a vida da cidade de Natal e seu entorno. Especialmente de Parnamirim, onde foi construída uma base militar norte-americana, a *Parnamirim Field*. Distante não mais do que quatro quilômetros, mesmo se de “mata fechada”, estavam os moradores de Rio dos Negros. E, entre eles, Dona Nazaré, seu esposo e seus quatro filhos pequenos.

Do lugar, relata-nos Dona Nazaré, ouviam-se os ruídos dos aviões em *Parnamirim Field*, mas esses eram acontecimentos complicados para serem incorporados aos esquemas de percepção dos moradores e à dinâmica do então *povoado do Rio dos Negros*. Essa população negra, que não aparece na historiografia oficial do contato dos americanos com a população da cidade, foi impactada, direta ou indiretamente, pela presença desse contingente de militares norte-americanos em seu território. Se para as elites locais, o contato com os americanos significou conhecer novas possibilidades de consumo, seja da goma de mascar ou do vocabulário dos “gringos”, para essa população negra essa situação significou a emergência de uma possibilidade de trabalho remunerado. No caso das mulheres, em especial, visto que se

aproximando das famílias moradoras das vilas dos oficiais puderam ofertar o trabalho de lavagem de roupas.

Naquele momento, Parnamirim ainda era um pequeno município que se estruturava fundamentalmente em torno de atividades agrícolas. Mesmo a relação com Natal não era tão estreita. Basta lembrarmos que a capital do RN, até a instalação dos militares norte-americanos em Parnamirim, não tinha ligação asfáltica com o seu entorno. A fronteira entre os dois municípios era demarcada pela chamada “ponte velha”, referência espacial até hoje mobilizada pela memória das gerações mais velhas. Em Natal, nesse período, chegava-se quase exclusivamente de trem, navio ou avião<sup>4</sup>.

Data dessa época a importância da atividade de lavagem de roupas desenvolvida às margens do Rio Pitimbú, enquanto fonte complementar de renda familiar na comunidade. Tanto que, finda a Guerra e desativada a base norte-americana, as mulheres da comunidade continuaram tentando trabalhar nesse espaço, agora para famílias dos militares brasileiros que assumiram a base. Esta ainda hoje existe e fica anexa ao Aeroporto Internacional Augusto Severo.

Uma das consequências das transformações sócio-espaciais nas quais não apenas o Sítio São Pedro, mas, de forma mais ampla, toda a comunidade de Rio dos Negros, foi envolvida, tem um claro viés ambiental. É que todas as propriedades estão situadas em terrenos que ficam em nível mais baixo do que aquele em que se situa o conjunto Jockey Clube. Assim, a região se transformou em escoadouro das suas águas do conjunto, quando, no período de fortes chuvas, o Sítio São Pedro, em especial, é dividido por um riacho de águas fortes que sai como faca cavando o terreno com profundas fendas erosivas. Essa situação, em si, pode ser tomada como uma metáfora do encontro dessa comunidade com o mundo mais além.

Acima, em linhas gerais, descrevemos o lugar e a sua apreensão por Dona Miúda, trata-se agora de apresentar com cores mais vivas as nossas duas personagens centrais.

---

<sup>4</sup>Encontramos nos trabalhos de Tânia Bacelar uma apreensão consistente dos elementos estruturais subjacentes às mudanças sócio-espaciais acima referidas. Bacelar não se detém exclusivamente sobre a situação da industrialização induzida no Rio Grande do Norte, mas, ao analisar as mudanças econômicas da região Nordeste, ocorridas nas últimas décadas do século XX, aponta os pilares sobre os quais emergiu um “novo Nordeste” na década de 1970. Dentre estes, a autora destaca o novo papel da região “na divisão inter-regional do trabalho” (BACELAR, 1997, p. 07).

Dona Nazaré. Em trabalho anterior a identificamos como a “Matriarca do Rio dos Negros”. (COSTA, 2005). De fato, a própria existência do sítio é fruto de sua tenacidade e luta. Muito cedo, seu esposo, Moisés, faleceu. Sozinha, e com quatro crianças, tomou conta da terra e resistiu às investidas de familiares do marido, e de pessoas estranhas, para que deixasse as terras ou vendesse a terceiros. Para garantir a sua posse, resolveu não se casar mais para não perder a sua legitimidade como herdeira.

**Ilustração 05:** Dona Nazaré, a matriarca.



Dona Nazaré continuou lavrando a terra, com a ajuda dos seus filhos. “Plantava de um tudo”, diz-nos com inconfundível orgulho. “Mas”, complementa, “o que a terra dava nem sempre dava para sustentar todo mundo da casa...”. Daí que quando, como veremos mais adiante, a sua filha mais velha começa a “ajudar” uma tia no trabalho de lavagem de roupas para famílias de Parnamirim e Natal, esse fato será visto como positivo. Os rapazes também desenvolviam atividades complementares, geralmente serviços relacionados à agricultura e à pecuária, para complementar a renda da propriedade.

Aos poucos, Dona Nazaré tornou-se uma das figuras centrais dessa comunidade ou, usando as categorias nativas do lugar, tornou-se “naturalmente” uma “cabeça<sup>5</sup>”, sendo articuladora de uma atividade que reunia até recentemente as pessoas da maioria

---

<sup>5</sup> “Cabeça” é uma categoria nativa, que designa aqueles que ocupam um lugar de importância na vida comunitária. São mais referências morais do que autoridades políticas, em verdade. Isso porque, ao contrário das “lideranças”, geralmente mais jovens e com articulações com pessoas “de fora”, os “cabeças” vivem “para dentro” e é dentro, isto é, na comunidade que têm o seu reconhecimento.

dos sítios vizinhos: as novenas do mês de maio. Dissemos “reunia”, pois, nos últimos anos, com a adesão de membros da família à igrejas evangélicas, essa atividade passou a não ser mais tão unificadora da vida social como antes. Mas os seus aniversários reúnem a todos, como foi o caso daquele em que comemorou os noventa e dois anos e ao qual tivemos a oportunidade de estar presente.

Dona Miúda é a única filha de Dona Nazaré. Tem sessenta e cinco anos, e, há pouco mais de um ano, é viúva. É mãe de nove filhas e avó, até o momento, de 13 netos e netas. Vem assumindo as funções de condutora da família e é a principal responsável pela instalação e funcionamento da *Lavanderia Mãe & Filhas*, empreendimento ao qual nos deteremos mais adiante.

Fiquemos por aqui, no que diz respeito ao espaço no qual se move a personagem de quem estamos pintando o seu retrato sociológico.

## CAPÍTULO II - A LAVADEIRA, A LAVANDERIA E O SEU *HABITUS*

Sabão, um pedacinho assim  
 A água, um pinguinho assim  
 O tanque, um tanquinho assim  
 A roupa, um montão assim  
 Para lavar a roupa da minha sinhá  
 Para lavar a roupa da minha sinhá

Quintal, um quintalzinho assim  
 A corda, uma cordinha assim  
 O sol, um solzinho assim  
 A roupa, um montão assim  
 Para secar a roupa da minha sinhá  
 Para secar a roupa da minha sinhá

A sala, uma salinha assim  
 A mesa, uma mesinha assim  
 O ferro, um ferrinho assim  
 A roupa, um montão assim  
 Para passar a roupa da minha sinhá  
 Para passar a roupa da minha sinhá

Trabalho, um tantão assim  
 Cansaço, é bastante sim  
 A roupa, um montão assim  
 Dinheiro, um tiquinho assim  
 Para lavar a roupa da minha sinhá  
 Para lavar a roupa da minha sinhá.  
 (Monsueto Campos Menezes, O LAMENTO DA LAVADEIRA)

Seguindo o encaminhamento metodológico que orienta o presente trabalho, assentado nas narrativas pessoais de nossa personagem principal, foi possível, no decorrer das nossas entrevistas e trabalho de observação, recompor um conjunto de informações sobre a trajetória de vida de Dona Miúda e de como essa trajetória se manifesta no projeto de criação da lavanderia. Isto implica em uma postura epistemológica que busca romper com a descrição simplista, atentando para a relação entre o modo de ser do ser social e sua existência no campo social. Bourdieu revela que tal busca seria de uma *“história feita corpo e a história feita coisa.”* (BOURDIEU, 2001, p.41). Podemos, então, afirmar que o trabalho de observação feito através de espaços de conversação também nos forneceu referentes para uma análise dos vetores que possibilitaram a redefinição da condição de lavadeira nas diversas situações expressas na trajetória de trabalho de Dona Miúda (sucessivamente, enquanto “lavadeira de rio”, “lavadeira em domicílio” e a prestadora de serviços de lavagens de roupa).

## 2.1. A *in-corporação* das disposições da condição social de lavadeira

Lembra-nos Dona Miúda: “eu comecei a trabalhar com 10 anos, ajudando tia Geralda. Ela pegava as roupas nas casas lá em Parnamirim, nas casas dos sargentos, trazia pra lavar aqui no rio da gente. Quando chegava no rio, separava, eu lavava as minhas, engomava e depois ela olhava.” Essa tia lhe passava calcinhas, guardanapos e pequenos panos. Sua tia lhe dizia: “Miúda, lave essas roupinhas que depois eu dou uma gorjeta pra tu”. Inicialmente, D. Miúda sempre exercia a atividade de lavagem de roupa sob a orientação e a gestão dessa tia. Quando tinha 13 ou 14 anos, dado que havia aumentado a demanda pelo serviço de lavagens de roupas na região, a mesma tia lhe disse: “você agora vai ser responsável por sua roupa.” Para D. Miúda, “Agora ela (sua tia) não era mais a responsável, tudo que houvesse era comigo”. Num primeiro momento, nas primeiras lavagens, o ganho auferido com o trabalho, ela destinava à aquisição de roupas para os períodos festivos. Essa situação será redefinida com a morte do pai. A partir desse momento, que pode ser tomado como um marco, o que era apenas um meio para aquisição de bens secundários passa ser uma atividade fundamental para suprir as necessidades básicas de seu núcleo familiar, composto por uma viúva, sua mãe, e quatro filhos.

Ela continuou na atividade até o momento do casamento. Nos primeiros tempos de casada, Dona Miúda dedicou-se exclusivamente aos cuidados da manutenção da casa e das filhas que foram nascendo, contando sempre com a solidariedade da mãe, D. Nazaré. Com o passar do tempo, ela afirma que se deu conta do fato de que o marido tinha dificuldades de sozinho garantir as condições mínimas para sobrevivência da família. Devemos recordar ainda que o seu esposo devido ao seu trabalho, na área de construção de estradas e pavimentação de ruas, era levado a se ausentar durante longos períodos de casa. Essa situação, segundo D. Miúda, obrigou-a a procurar “casa de família” para oferecer seus serviços de lavagem de roupas.

Durante muito tempo, D. Miúda pegará as roupas nas casas das “freguesas” (essa é uma categoria nativa intercambiável com aquela de “patroa”) e as lavará nas margens do Rio Pitimbu, no fundo da propriedade da família. Quando as suas filhas ficaram maiores e adquiriram as condições de ficar em casa, sozinhas ou com a avó, D. Miúda assumiu a lavagem de roupas em algumas casas de um bairro localizado na cidade satélite de Natal, que era naquele período o lugar mais acessível e que “tava

rolando dinheiro”, como diz D. Miúda. Nesses casos, ela tinha que sair ao raiar do dia do Sítio São Pedro para tentar condução nos veículos que levavam os operários para as fábricas situadas na zona sul da capital do RN.

A condição de “lavar roupa nas casas” redefine a situação da lavadeira. E isso ocorre particularmente quando a lavagem acontece regularmente em dias determinados da semana. Nesses casos, é possível que a lavadeira vá assumindo um conjunto de outras tarefas relacionadas aos cuidados e limpeza da casa. Embora D. Miúda ressalve que as patroas que a contratavam já tinham empregadas domésticas fixas (para as tarefas usuais de cuidado da casa e das crianças da família), muitas vezes, ela era vista e tida como uma auxiliar ocasional dessas empregadas. O que a levava a fazer pequenas compras nas imediações, ou, atendendo os caprichos da patroa, cuidar na elaboração de uma comida especial. Resgatando esse tempo, ela nos diz que a patroa fazia esses tipos de pedidos porque “ela confiava em mim”.

Aos poucos, nos momentos de “pegar roupa” ou mesmo na execução da lavagem em algumas casas, D. Miúda foi levando as filhas mais velhas para a “ajudarem”.

As situações acima descritas apontam para o tortuoso processo de incorporação das disposições que caracterizam um determinado lugar no mundo social. Seja de um operário, de uma lavadeira, de uma empregada doméstica ou de uma professora universitária. Todas essas posições, assumidas pelos agentes como se fossem escolhas livres, quase sempre, funcionam como se fossem opções que já estavam esperando os momentos de escolha dos agentes. Bourdieu nos aponta que “as ‘expectativas coletivas’, positivas ou negativas, tendem a se inscrever nos corpos sob a forma de disposições permanentes” (BOURDIEU, 1999, p. 77). Isso não significa que o ator seja um simples receptáculo das injunções do coletivo. Não raras vezes, ele se insurge, se revolta, contra as “coisas do mundo”. Mas, na maioria das vezes, o ajuste entre as expectativas individuais e as “ofertas” das estruturas sociais é confirmado.

O que dissemos acima se aplica em especial à difícil relação que as filhas de D. Miúda passam a estabelecer com a condição de empregada doméstica. Se a “ajuda” à mãe e à tia, desde muito cedo, vai solidificando as disposições da futura empregada, essa condição não é uma “escolha” feita por agente que olha o mundo com distanciamento e faz as suas opções. Pelo contrário! Essa é uma “escolha” que, algumas vezes, é percebida pelo agente como uma espécie de destino fatal ou uma condenação.

Nesse sentido, lembramo-nos de quando D. Miúda nos falou do dia em que uma de suas filhas foi ser empregada doméstica em uma “casa de família” em Parnamirim. “Ela chorou muito”, disse-nos em tom de risada, que ameniza o pesar.

Antes de avançarmos, faz-se necessário uma apresentação da evolução do processo de lavagem de roupas. Sempre, claro, seguindo a interpretação fornecida pela reconstituição feita por D. Miúda.

## **2.2. Lavagem de roupa: técnica e processo de trabalho**

Uma primeira dimensão a ser ressaltada no que diz respeito ao processo de trabalho de lavagem de roupas é exatamente o controle de sua execução. Há não mais do que três décadas, o processo, quando desenvolvido na casa da “patroa”, implicava um grande controle sobre o tempo e as formas de execução das tarefas. Como isso se dava? Um controle do tempo de execução da tarefa ou de horário de chegada à casa da patroa para receber as roupas e entregá-las engomadas, se assim fosse a lavagem feita na casa da própria lavadeira. Uma constante vigilância sobre a qualidade do trabalho com inúmeras recomendações sobre cada peça. Ou, ainda, o cuidado com a quantidade do sabão ou produto alvejante para não ser gasto em excesso.

Essa situação vai sendo redefinida quando a patroa, ela própria, vai sendo inserida em uma dinâmica social predominantemente urbana e absorvida seja pelo mercado de trabalho ou pelas novas tarefas atribuídas à dona de casa em um contexto social contemporâneo (pegar os filhos na escola, acompanhá-los em atividades extraescolar, fazer as compras no supermercado, estudar, etc.).

Esse quadro reforça um tipo de trabalho de lavagem de roupa que coexistia com aquele descrito mais acima. Referimo-nos ao trabalho executado na própria casa da lavadeira, ou em algum lugar público – lavanderias coletivas, margens de rios e lagoas. Enquadrava-se nessa segunda situação, como já apontamos antes, o tipo de trabalho realizado por D. Miúda durante uma boa parte de sua trajetória de vida como trabalhadora. Nele, embora a personalidade estivesse fortemente presente, havia certa autonomia na execução do trabalho por parte da lavadeira. Mas essa autonomia, ressaltamos, era uma condição a ser conquistada. Essa lavadeira, que havia conquistado a “confiança” de levar as roupas sujas das famílias para lavar em casa, tinha que ter demonstrado (ou alguém de sua família tê-lo feito e afiançá-la) ser merecedora da confiança e responsabilidade.

Nas duas situações acima identificadas (em casa e na casa da patroa), na maioria dos casos, os produtos usados na lavagem eram fornecidos pelas patroas. “Tinha vez que umas (patroas) botavam pouco e tinha vez que outras botavam franco”. O que implicava, no caso das lavadeiras que desenvolviam o seu trabalho em seus próprios domicílios, uma racionalização no uso dos produtos. Dado que o trabalho era executado em seu próprio espaço, essa lavadeira, como era o caso de D. Miúda, tinha a possibilidade de remanejar o uso desses produtos.

No que diz respeito à sequência das tarefas, havia, entretanto, pouca diferença entre as formas assumidas pelo trabalho de lavagem de roupas na casa da patroa e aquele executado nos domínios da lavadeira. Esse era um “trabalho pesado” e extenuante, como assegura-nos D. Miúda. Antes de prosseguir, é importante detalhar um pouco os passos constitutivos da atividade.

Nas duas situações acima identificadas, tínhamos como primeiro passo o recolhimento das roupas sujas, as quais, nas muitas das vezes, estavam dispersas nos cômodos das casas. Após a juntada das roupas, fazia-se a sua separação: roupas, toalhas e lençóis de crianças daqueles dos adultos e as peças brancas das coloridas, além daquelas feitas de tecidos leves das mais grossas. Feito isso, as roupas eram amontoadas e amarradas em “trouxas” e levadas para os locais de lavagem. No caso de D. Miúda, como o seu trabalho, durante um bom tempo, foi desenvolvido nos domínios do Sítio São Pedro, isso implicava em caminhar alguns quilômetros com essas roupas na cabeça. Quando uma de suas filhas ficou maior, em torno dos oito anos de idade, ela começou a levá-la para “ajudá-la” na arrumação e transporte das roupas. Essa participação se repetiria também ao final do trabalho, quando as roupas prontas (“engomadas”) eram levadas para a casa da patroa. Essas recordações compartilhadas durante as entrevistas, entre D. Miúda e suas filhas, carregam um sentimento de um trabalho árduo e ao mesmo tempo de superação.

Trazida a roupa para o Sítio, D. Miúda encaminhava-se para as margens do Rio Pitimbu, que cortava a propriedade rural da família, e lá a lavava e a colocava para “quarar”. Após o “quaramento”<sup>6</sup>, as roupas eram enxaguadas e colocadas para secar “nas moitas” próximas à sua casa. Uma parte das roupas, aquelas que continham

---

<sup>6</sup> Corruptela de “clareamento”. O termo identifica um processo tradicional de garantir a brancura das roupas.

manchas e sujeiras mais evidentes, era fervida em um grande caldeirão. Depois de frias, eram lavadas normalmente. As roupas brancas eram imersas em uma bacia d'água contendo uma pedra de anil amarrada a um pano. A secagem das roupas nas cercas não implicava em descanso para a lavadeira. Durante o período de secagem da roupa, ela, ou uma de suas filhas, assumia a vigilância das roupas para impedir que algum animal doméstico (especialmente caprinos e bovinos) pudesse manchar algumas das peças ou a força do vento levá-las, já que naquele tempo não fazia parte das preocupações do lugar o perigo com roubos ou assaltos.

Após a secagem, as roupas eram dispostas em cima de uma grande mesa para serem engomadas. D. Miúda tinha que ter preparado, com antecedência, carvão para ser usado no “ferro de engomar”. O trabalho de engomar era igualmente cansativo. Passava-se o ferro cuidadosamente por sobre as roupas, para impedir que um deslize pudesse significar a queima e o grande prejuízo (financeiro, social e moral) que seria “botar a perder”, por exemplo, a “calça de linho” do marido da patroa. Goma de mandioca era usada para garantir a perfeição das golas das camisas. Assim, em cima da “mesa de passar”, tinha-se uma pequena tigela contendo esse produto imerso em uma porção d'água. Mas, apesar de todos esses cuidados, acidentes ocorriam. Uma fagulha ou uma brasa pequena poderia escapar pelas brechas do ferro e alojar-se em cima de uma peça de roupa ou mesmo provocar a queimadura de pele. Finalmente, o uso do ferro exigia destreza e habilidade. Era necessário manter as brasas que estavam no seu interior sempre acesas. Para que isso ocorresse, D. Miúda possuía dois ferros. Enquanto estava utilizando um, o outro se encontrava com as brasas perto do fogo.

No que diz respeito aos produtos utilizados na lavagem das roupas, a variedade de produtos disponíveis para a atividade, ao contrário de hoje, era bastante reduzida. Os saponáceos tinham formatos retangulares. Para Dona Miúda, “parecia uma barra de rapadura, preto”. Esses produtos eram produzidos em fabriquetas locais, geralmente tendo como matérias-primas gordura animal. Outros, mais caros, eram feitos à base de gordura vegetal, especialmente extraída da oiticica e do algodão.

### **2.3. Gênero e valor do trabalho**

Dona Miúda, como todas as lavadeiras de Moita Verde, negociava o seu trabalho com as patroas, como já dissemos. A atividade era, portanto, um “negócio de

mulheres”, entre mulheres. Nem a atividade e nem o pagamento diziam respeito aos homens.

Essa situação diz muito do viés de gênero que atravessa todo o trabalho doméstico – e não apenas aquele contratado e executado por lavadeiras ou empregadas domésticas. Este trabalho, assim como tudo que lhe diz respeito, é visto socialmente como inferior, como menor. Logo, não caberia aos homens, os “donos de casa”, a tarefa de negociar “lavagens de roupas”, mas, sim, às suas esposas. Vale a pena reter aqui uma expressiva afirmação de Bourdieu a respeito desse tipo de trabalho:

O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-la, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites (...). (BOURDIEU, 1999, p. 117).

A esse respeito, diga-se de passagem, essa desvalorização social do trabalho doméstico está tão fortemente enraizada nas estruturas de percepção do mundo que mesmo em ambientes acadêmicos, supostamente críticos como aquele das áreas humanísticas, reproduz-se essas considerações pejorativas a respeito do tempo que as mulheres porventura lhe dediquem. Desimportante enquanto atividade, esquecido como objeto de pesquisa. E, em consequência disso, avança-se pouco na compreensão de uma das esferas fundamentais da reprodução da vida social.

Voltando ao nosso enredo, importa ressaltar que essa desvalorização do trabalho doméstico, tão bem apreendida por Bourdieu, é demonstrada por D. Miúda quando ela narra como se dava o pagamento de suas lavagens. Este, no seu caso, ocorria uma vez por mês. Ela preferia assim porque era uma forma de ter um rendimento mensal. Era um sacrifício calculado. Mas, a contrapartida, eram as frustrações advindas do não-reconhecimento de seu trabalho. Algumas patroas sempre regateavam para pagar menos, e o pagamento mensal também fazia com que aquelas se valessem da lavadeira para realizar pequenos intercâmbios entre os membros de sua própria família. Expliquemos: como a lavadeira estava a serviço “dela” (patroa) e esta era a responsável pelo seu pagamento no final do mês, ela se achava no “direito” de “emprestar” a “sua” lavadeira para fazer o trabalho de lavagem de outros familiares, nos dias apazados para as lavagens. Isso significava que D. Miúda sempre tinha muita roupa para lavar, e que estas roupas, nem sempre, eram dos membros do núcleo familiar de sua patroa.

A desvalorização social do trabalho transforma o tempo gasto na sua execução (e produção – já que, por mais óbvio que seja é sempre bom lembrar, lavar roupas exige habilidades e treinamento) mais do que em um tempo diminuído de importância, em um *não-tempo*. E essa é uma apreensão que D. Miúda ressalta lembrando uma de suas patroas: na hora de receber o pagamento era como se a patroa, ao pagar, estivesse fazendo um favor.

Todo mês, quando era dia de me pagar eu tinha que chegar de manhã lembrando, olhe não esqueça, hoje é dia de me pagar. Muitas vezes eu ia trabalhar só com aquele dinheirinho da passagem de ida, esperando receber o dinheiro de voltar pra casa. Dava certa hora, ela dizia: vou ali. Saia, não voltava, não me pagava o mês, e a volta? Como é que eu ficava?

Ao relatar essas situações, D. Miúda aponta-nos como elas lhe davam a sensação de impotência e, diríamos nós, de *diminuição social*.

A própria negociação do pagamento se dava em um espaço que acentuava a desigualdade na relação trabalhadora e patroa: na casa da última, não raro, na frente de parentes e amigos, que sempre podiam contribuir com os argumentos diminuindo a importância do trabalho realizado. Havendo situações em que um desses familiares disse certa vez: “D. Miúda, a senhora ganha mais do que eu, que sou professora formada”.

#### **2.4. Trabalho e reconhecimento: quando a lavadeira era uma pessoa**

Pareceria muito óbvio que o trabalho de lavagem de roupas, quando executado na casa da patroa, limita a autonomia da lavadeira, aumenta o controle sobre as suas tarefas e o tempo gasto, além de comprometê-la com atividades alheias ao seu trabalho, conforme “contratado”. Entretanto, a percepção dos atores nunca segue à risca os esquemas rígidos de interpretação do mundo cultivados pelo que o sociólogo Pierre Bourdieu, em algumas de suas obras, denomina de “senso douto”. E, quando ficamos presos às suas “boas indicações”, o que perdemos é a riqueza da vida social, que é muito mais contraditória e rica do que preveem os “bem pensantes”. Não por expressarem uma suposta “sabedoria popular”, mas porque apontam as teias complexas que as pessoas tecem nas suas existências.

Assim, o que D. Miúda relata-nos, mesmo se levarmos em conta o fato de que as reconstruções do passado tendem, muitas vezes, a idealizá-lo, é que as relações com as patroas expressavam muitos e contraditórios aspectos. O que sobressai, no seu relato, é a exaltação da *pessoalização* das relações. Mesmo considerando-se que, nessas relações,

o seu lugar social era diminuído, havia ali alguns elementos de gratificação, dentre eles o reconhecimento. Reconhecimento de que se trata de uma “pessoa séria”, “trabalhadora”, “cuidadosa”, “honrada” e “dedicada” e acima de tudo de confiança. Esse reconhecimento se transformava, algumas vezes, em pequenas recompensas, como um “extra” (uma pequena gratificação fora do que era esperado pelo trabalho realizado). Ou, ainda, pequenos presentes, como roupas usadas que os membros da família da patroa não mais queriam.

Essa pessoalização traduzia-se para D. Miúda acima de tudo em ser reconhecida como uma pessoa, alguém em quem se podia confiar alguns segredos familiares. Ela lembra que, não poucas vezes, uma patroa desabafava com ela, e, em contrapartida, criava condições para que ela também desabafasse e falasse dos seus problemas pessoais.

No que diz respeito ao trabalho, D. Miúda nos chama a atenção para o fato de que, embora existissem os aspectos negativos acima mencionados (controle e fiscalização do trabalho), havia também uma tolerância que, hoje, nas encomendas feitas à sua Lavanderia, não existe mais. Ela refere-se ao tempo necessário para “aprontar a roupa”. Nas casas, quando chovia, a patroa não tinha como cobrar que o trabalho ficasse concluído. Hoje, quem contrata os serviços da Lavanderia não quer saber e nem se preocupa com as condições do tempo. Quer o serviço pronto. E ponto.

Ao mesmo tempo, D. Miúda relata que existiram relações de trabalho como lavadeira onde essa pessoalização não se traduzia apenas em aspectos positivos. Ela nos fala que, algumas vezes, ia para a casa da patroa com uma expectativa positiva e, quando chegava lá, deparava-se com ela de mau-humor e gratuitamente agressiva. E essa ainda é, segundo ela, o aspecto mais doloroso do trabalho doméstico: “um dia, você vai e a pessoa está com uma cara, lhe trata bem; no outro, parece outra pessoa...”. Não era raro, que, segundo ela, algumas patroas “descarregassem as raivas do marido” nela. Mais doloroso ainda era se imaginar alguém próximo, de confiança, e passar pelo constrangimento de ter sua bolsa aberta na hora da saída.

Essa pessoalização também implicava em um desleixo da patroa com o pagamento. Não era raro, segundo ela, que, no dia apazado para receber o pagamento, tivesse que ficar o dia todo esperando que a patroa fosse pegar o dinheiro para lhe pagar. E ela precisava voltar com esse dinheiro, dado que, “muitas e muitas vezes”, ia

para a casa da patroa apenas com o “dinheirinho contado” para pagar a passagem de ida, “e pra voltar? Como é que eu ficava?”.

## **2.5. Deslocamentos, sociabilidades e habilidades**

O trabalho de lavagem de roupas na Base Militar por parte das mulheres de Rio dos Negros (hoje, Moita Verde), que continuou, conforme vimos, após a saída dos norte-americanos, com o tempo passou a ser não-desejado. Isso porque, mesmo estando próximo espacialmente do lugar onde as lavadeiras moravam, era um espaço que impunha entraves ao trânsito delas. “Era muita burocracia para entrar lá. O pessoal não gostava”, diz-nos D. Miúda. Esse fato, aliado ao crescimento da cidade de Natal em direção ao sul, fez com essas mulheres trocassem o trabalho na Vila dos Oficiais por um trabalho em casas da nova área de ocupação urbana da capital.

Em uma conversa com D. Miúda, na qual algumas de suas filhas participaram, esse deslocamento de espaço de trabalho para Natal foi objeto de discussão. Além daqueles aspectos já ressaltados, há uma dimensão, relacionada à sociabilidade, que vale a pena ressaltar. Segundo elas, nos de 1970, eram poucas as opções de transportes coletivos para Natal. Dado que as patroas não davam dinheiro suficiente para o pagamento dos ônibus das linhas intermunicipais que atravessavam Parnamirim em direção à Natal, restava-lhes tomar os transportes mais baratos (caminhões adaptados), que tinham como passageiros quase exclusivamente os operários das fábricas então existentes na zona sul de Natal. Rindo muito, elas comentaram que os tais transportes eram denominados de “cata cornos”. Mas reclamaram que os homens eram desrespeitosos e que, uma ou outra vez, chegavam a ser inoportunos. “Eles falavam palavrões, contavam piadas sujas e nem sempre tinham muito respeito”. Mas, ressaltaram que também tinham “bons momentos” e que, não raras vezes, D. Miúda se divertia com o comportamento desses companheiros de viagem.

O que importa ressaltar aqui é o fato de que o trabalho de lavagem de roupas permitia, não apenas à D. Miúda e suas filhas, mas também a outras mulheres de Moita Verde, um convívio com outros “mundos”. Algo que se traduzia em encontros que implicavam na necessidade de mobilização de habilidades como o autocontrole e a capacidade de negociação. Dada a forma como as pessoas de Moita Verde eram encaradas pelos moradores do seu entorno, que os consideravam “fechados” e “isolados”, essas idas para a Base Militar, e depois para Natal, seja inicialmente como

lavadeiras, e mais tarde como empregadas domésticas, lhes possibilitou adquirir elementos que as diferenciam. Esses elementos, mesmo se traduzem, para um olhar externo, subalternidade, como é o caso do orgulho de ser uma “boa lavadeira”, contribuiu para reforçar a sua auto-estima.

É importante realçar os aspectos acima, pois, corre-se o risco, ao se analisar trajetórias como a de D. Miúda, de focalizarmos apenas os elementos expressivos da dominação masculina e das discriminações racial e de classe. Nesse sentido, importa ressaltar o fato de que, em que pese todas as percepções de exploração e humilhação, D. Miúda chama a nossa atenção para o seguinte aspecto: o trabalho de lavagem de roupas permitiu às mulheres de sua família a conquista de um lugar social mais positivo no seio da comunidade. Elas tinham algum dinheiro para comprar roupas para os festejos. E, não apenas isso: também puderam mobilizar recursos (materiais e simbólicos) para a instituição do “novenário de Maria” nos meses de maio. Essa atividade, que ocorre todos os anos, implica em gastos (com comidas para os participantes), mas se traduz também em prestígio social (e, não apenas no seio da comunidade de Moita Verde) para essas mulheres.

Há que se destacar também o fato de que, ao trabalharem como lavadeiras ou empregadas domésticas, as mulheres da família de D. Miúda conseguiram um status diferenciado na relação com os seus maridos. Ao complementarem, com os seus ganhos, a renda familiar, elas conquistaram um lugar mais positivo na estrutura familiar. Devemos levar em conta o fato de que essa renda, em Moita Verde, era (e o é cada vez menos) oriunda de uma atividade agrícola e de uma pecuária decadente economicamente e dos trabalhos precários e provisórios dos homens em obras públicas e em serviços domésticos ocasionais.

Foi essa condição alcançada que, de algum modo, foi mobilizada como um capital social pelas mulheres da comunidade para afirmarem positivamente a sua negritude, especialmente nas estratégias matrimoniais. A esse respeito, D. Nazaré, a matriarca da comunidade, pode expressar publicamente sua preferência para que as netas se casem com pessoas negras e caso o casamento seja instituído com alguém de Capoeira dos Negros, esse casamento teria um valor simbólico superior dentro da família.

## 2.6. A criação da lavanderia: a imersão na lógica da moderna economia de serviços

Quando D. Miúda decidiu criar a lavanderia, o maior capital disponível era intangível: habilidade para o desenvolvimento das tarefas e envolvimento em um projeto familiar. A ausência de capital econômico era um obstáculo quase intransponível. Expressivo nesse sentido foi o fato de que a instalação de uma linha telefônica, necessidade básica para que os serviços da lavanderia pudessem ser contratados, só foi possível a partir de um planejamento que envolveu o compromisso de cada uma das filhas de assumir, por um mês, a conta telefônica. Isso porque, nos cálculos de D. Miúda, o “negócio” não iria se “pagar” inicialmente<sup>7</sup>.

Planejamento, perseverança e adiamento dos prazeres imediatos, qualidades que são fundamentais para a navegação social na ordem capitalista, como o demonstra uma ampla literatura nas ciências sociais, são arduamente conquistadas. Leituras, por exemplo, como a de Max Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, nos asseguram tal afirmativa, quando buscou apontar para as consequências não intencionais da identidade religiosa enquanto um dos vetores de impulsão da dinâmica capitalista emergente de sua época (WEBER, 2004). Ao narrar sua trajetória de vida, D. Miúda mostra-nos os tortuosos caminhos de aquisição das *disposições* de uma trabalhadora (ou, como passa a ser o caso aqui, de uma empreendedora) em uma economia regida pela lógica do mercado de venda de serviços.

Essas disposições possibilitaram a que D. Miúda e suas filhas enfrentassem a desconfiança geral em relação à iniciativa empresarial. “No começo, ninguém aparecia. A gente se perguntava se o negócio não ia dar certo. E a gente ficava preocupada, tinha a conta do telefone para pagar...”. Após quase dois meses, os serviços começaram a aparecer. E a necessitar do envolvimento de mais pessoas, o que levou a uma gradativa diminuição do envolvimento de D. Miúda inicialmente, e depois de algumas filhas, em trabalho nas casas das famílias. A lavanderia as ia absorvendo cada vez mais.

O lento processo de consolidação da *Lavanderia Mãe & Filhas*, quando lido a partir da ótica das agentes, fornece novos elementos para pensarmos o peso da divisão do trabalho na emergência da “cultura do dinheiro”, segundo a abordagem feita por

---

<sup>7</sup> Hoje, todas possuem telefones celulares.

Georg Simmel. A esse respeito, vale a pena retermos o seguinte trecho de um dos ensaios deste clássico das ciências sociais:

O pagamento em dinheiro promove a divisão de trabalho, pois, normalmente, só se paga em dinheiro para um desempenho especializado: o equivalente monetário abstrato sem qualidade corresponde exclusivamente ao produto objetivo singular desligado da personalidade do produtor. Não se paga (onde inexistente escravidão) dinheiro para um homem como um todo com toda sua especificidade, mas sim para o seu desempenho na divisão do trabalho. Por causa disso, a formação da divisão de trabalho precisa de ampliação da economia monetária e vice-versa. A partir deste fato, explicam-se as deficiências e contradições da relação moderna com os servidores de casa (as empregadas, etc.); pois aqui se compra com dinheiro, de fato, ainda um homem por inteiro, inclusive a totalidade do seu desempenho. (SIMMEL, 1998, p. 24).

Ora, em certo sentido, o que estamos abordando aqui, tendo como suporte a narrativa de Dona Miúda, é exatamente a passagem da compra de um “homem (mulher) por inteiro” (a lavadeira) para a aquisição de um “desempenho especializado” (a lavagem de roupa através de um serviço agenciado por uma empresa, mesmo pequena). Se a divisão do trabalho está na base dessa redefinição que é a transformação do “desempenho” (ou da “força de trabalho”) em mercadoria, há que se levar em conta outra pré-condição que é a disseminação social da calculabilidade.

Nesse sentido, vale a pena relatarmos aqui uma cena presenciada quando de uma visita ao Sítio São Pedro. Pelo telefone, uma das filhas de D. Miúda, explicava o preço da lavagem com uma “cliente”<sup>8</sup>, como nos explicou mais tarde, já que não conseguimos disfarçar o interesse pela sua conversa. Após explicações sobre a forma de lavagem, ela passou a fazer o cálculo do custo total do serviço. Discriminando as peças que a pessoa do outro lado da linha tinha enviado para que fossem lavadas, ela as agrupou de acordo com uma classificação padronizada pela lavanderia (roupas íntimas, lençóis, jeans, roupa de cama, etc.), e, com o auxílio de uma calculadora e do caderno de anotações, informou o custo total: R\$ 23,00. Após esse anúncio, a pessoa do outro lado da linha ao que parece tentou regatear o valor. Ela, inflexível, respondeu: “olha, o preço é esse. Essa é a nossa tabela! Faça as contas!”. Segundos depois, o contrato estava fechado: “Pronto! Daqui a pouco mando entregar”.

Na sociologia contemporânea há todo um movimento teórico que procura apreender as dimensões culturais e simbólicas implicadas na transação econômica. O

---

<sup>8</sup> A substituição do termo “patroa” pelo “cliente” é significativa. Expressa como as “categorias nativas” traduzem a substituição de uma lógica social tradicional por outra a qual se encontra centrada nas relações de mercado.

que o exemplo acima ilustra é o fato de que a incorporação cotidiana do cálculo, expressão da dominância da lógica mercantil, implica em um conjunto de operações mentais um tanto quanto sofisticadas, além de um conjunto de categorias morais.

Nesse sentido, vale a pena ressaltar um aspecto, já abordado por alguns cientistas sociais, de que o cálculo de um bem (ou, como é o caso, de um serviço) implica um processo de objetivação, de tratar tal bem ou serviço como “coisa”. Essa operação, aparentemente simples, só é possível em um ambiente social no qual a “coisa”, o serviço de lavagem de roupas, por exemplo, ganhou certa autonomia em relação ao seu executante. Trata-se de algo que pode ser avaliado com certo distanciamento. Mas essa avaliação da “coisa” nunca é da “coisa em si”, mas de algo que está não só em relação com outras coisas, mas também com pessoas. Daí essa avaliação ser sempre “relacional”, isto é, tomar como referência outras fontes de valor. Para que isso tenha ocorrido, de algum modo, faz-se necessário que a vida social produza ações nas quais, para usar aqui os termos de Max Weber, a racionalização deixou de ser “parcial” e se espalhou por todas as outras esferas da vida do tecido social (WEBER, 1998, p 419).

Entretanto, já que nos referimos a Weber, vale citar uma importante lição:

Toda relação social, por mais que se limite, de maneira racional, a determinado fim e por mais prosaica que seja (por exemplo, a freguesia), pode criar valores emocionais que ultrapassam o fim primitivamente intencionado. (WEBER, 1998, p. 25).

Essa compreensão, no que diz respeito à prática de cálculo de nossas personagens, traduz-se no fato de que calcular o valor do serviço de lavagem de roupas é um processo de objetivação (e, portanto, de imersão na lógica quantitativa), mas também de *singularização*. Por quê? Ora, porque ao se atribuir um valor ao serviço está-se valorando também o/a trabalhador, o empreendimento (a lavanderia) e até mesmo, neste caso, a família, que o produziu. Calcular, estimar e julgar, de algum modo, estão profundamente entrelaçados.

Dessa forma, podemos dizer, tendo em mente as colocações de Georg Simmel mais acima, que o funcionamento da lavanderia fez com que D. Miúda e suas filhas fossem gradativamente saindo de relações de trabalho marcadas pela *pessoalização*, passando a se colocar na condição de vendedoras de um desempenho específico. O contato com *as*, ou *os*, contratantes (já que, atualmente, homens também assumem a negociação dos contratos de lavagem), que em sua maioria são feito por telefone,

resume-se a receber/pegar, entregar a roupa na casa do *cliente*. Outras vezes, esses clientes, em automóveis, vêm ao Sítio São Pedro entregar as roupas.

## 2.7. O (não) lugar dos homens

O declínio das atividades agrícolas em Moita Verde, agravado pela degradação ambiental do Rio Pitimbu em meados da década de 1990, foi tornando os homens da comunidade mais e mais dependentes dos serviços temporários externos. Alguns poucos conseguiram trabalhos estáveis. Essa situação foi levando a atividade desenvolvida pelas mulheres a passar da condição de complementar para central. Em alguns núcleos familiares, são elas as responsáveis pelos gastos mais importantes da casa.

O que apontamos acima contrasta com o quadro traçado em memorável trabalho etnográfico realizado por Ellen Woortman, no qual o declínio das atividades agrícolas em uma comunidade pesqueira no litoral sul do Rio Grande do Norte fez com que as mulheres saíssem de uma situação de complementaridade para outra de dependência (WOORTMANN, 1991). No nosso caso, entretanto, não se verifica, por outro lado, uma situação de dependência dos homens, mas de contribuição inferior ao orçamento doméstico. Por outro lado, para eles, as atividades agrícolas e pecuárias, embora tenham perdido valor econômico, ainda são fontes de valor simbólico e afirmação da masculinidade. Assim, podemos perceber o esforço que fazem para mostrar a importância das tarefas de carpina ou cuidado dos animais (bois, galinhas e porcos). Em uma de nossas visitas, em um final de tarde, um dos homens desfilava vagorosamente com um boi, o qual, anunciava, iria vender naquele dia.

Do nosso ponto de vista, ao articularmos a obra de Florestan Fernandes com aquela de Bourdieu, como o fez para enfatizar uma discussão mais teórica Sousa (2003), podemos nos acercar melhor dessa “inadaptação” do mundo masculino de Moita Verde à lógica subjacente à economia de serviços. Eles não incorporaram algumas das disposições fundamentais para a navegação social nesta ordem, como, por exemplo, a autodisciplina, a calculabilidade, a pontualidade, receber e cumprir ordens e a capacidade de negociação. Habilidades adquiridas pelas mulheres pelas suas trajetórias como trabalhadoras no novo urbano emergente em Natal e região.

Um fato, relatado por D. Miúda, é ilustrativo daquilo que, em linguagem de Fernandes (1965), seria definido como ausência dos pré-requisitos sócio-psíquicos

necessários para o trânsito em uma ordem competitiva. Segundo ela, no início da lavanderia, tentou-se incluir os homens.

Mas não dava certo, mulher... Veja só: um dia, o marido da minha menina foi pegar a roupa numa casa e pôs-se a demorar. Passou as horas e nada dele voltar. Eu disse: 'vamos atrás!'. E aí encontramos a bicicleta encostada em uma parede de um bar e ele lá dentro, conversando e bebendo. Imagina! A roupa lá, vendo a hora carregarem... Meu D's! E aí eu vi que não dava certo e tomei uma decisão: homem aqui, não! Até porque o nome da Lavanderia é mãe e filhas.

O que transparece ainda da realidade estudada é o quanto a ideia do mercado autorregulado e constituído por agentes anônimos é “utópica”. Na realidade, temos agentes sociais dotados de uma história incorporada. Essa história traduz-se em um *habitus*. Ou, mais precisamente, em “disposições incorporadas”. Mas estas disposições não apenas reafirmam lugares sociais. Elas também possibilitam “leituras” do mundo e expressam habilidades sociais que podem fazer a diferença. Sem captar essa dimensão da vida social, especialmente quando analisamos a inserção de comunidades tradicionais, especialmente ligadas à agricultura de subsistência, na lógica da economia de serviços, podemos incorrer em uma análise empobrecida enviesada e etnocêntrica.

|

### CAPÍTULO III - REALÇANDO O RETRATO: AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NA FRANJA DA ECONOMIA

Neste capítulo, buscaremos explicitar os nexos existentes entre a trajetória de Dona Miúda e as transformações do mundo do trabalho. A nossa ambição é a de apontar como as estruturas sociais mais gerais são incorporadas pela nossa parceira cognitiva. Dessa forma, o retrato sociológico que vimos construindo ganhará tonalidades sociológicas marcadas por traços macros.

Para tanto, buscamos responder às seguintes questões: o que a criação da Lavanderia Mãe & Filhas traduz em termos de modificações das relações de trabalho em nível mais geral? Como a lógica da economia tradicional, centrada na pessoa, tem sido ultrapassada pela lógica da calculabilidade? Tentamos abordar tais indagações a partir do ângulo de análise que orienta o nosso trabalho: os sentidos atribuídos por Dona Miúda e seus familiares às transformações do trabalho de lavagem de roupas expressos na criação da Lavanderia. Para chegar ao quadro atual, traçamos, no primeiro tópico, um esboço da atividade de trabalho mais importante e definidora da identidade de Dona Miúda: a lavagem de roupas. O nosso pressuposto é o de que a criação da Lavanderia Mãe & Filhas é expressiva da tentativa de superação de uma condição social inferiorizada que marca o trabalho doméstico, notadamente o desenvolvido nas casas das patroas, mas também é um indicador das transformações e tensões que marcam o setor de serviços na atualidade.

Para operacionalizar a análise, neste capítulo, mobilizaremos mais os instrumentais fornecidos pelo software *Atlas.ti*. O programa é um CAQDAS (*Computer-aided qualitative data analysis software*) e nos ajuda na análise qualitativa quando o que está em jogo, como é o nosso caso, é a interpretação dos sentidos atribuídos pelos agentes a processos sociais nos quais estão imersos. Antes de prosseguir, faz-se necessário apontar que a opção por esse recurso metodológico não é, como de resto toda escolha, isenta de consequências, ganhos e perdas. A esse respeito vale a pena levar em conta a advertência abaixo:

Segundo Barry (1998), o uso de programas para análise de dados qualitativos apresenta dois aspectos dicotômicos: por um lado, temos as vantagens que se expressam através da economia de tempo e de custos, a possibilidade de explorar de forma acurada o relacionamento entre os dados e, por outro, as vantagens em termos de uma estrutura formal que auxilia na construção conceitual e teórica dos dados. Entretanto, são apontadas

algumas dificuldades em relação ao uso desses programas. Ocorreria um distanciamento entre pesquisadores e dados; dados qualitativos passariam a ser analisados de forma quantitativa e, por fim, ocasionariam uma homogeneidade entre os métodos de análise de dados, inibindo a criatividade do pesquisador.

O *Atlas.ti* nos permitiu construir uma análise mais pormenorizada dos depoimentos de Dona Miúda. A nossa escolha foi a de criar um *corpus* analítico constituído pelas transcrições das conversas que tivemos com a nossa informante e pelas anotações contidas no nosso diário de campo. Dado que cada um desses materiais foi tomado como “documento primário” (*primary document*) isolado, foi possível categorizar isoladamente o conteúdo das entrevistas. Esse material formou a base de nossa “unidade hermenêutica”, a qual foi abordada através de um conjunto de categorias (*codes*), mais abaixo identificadas. Essas categorias codificaram os documentos acima identificados, demarcando citações (*quotations*). Ao mesmo tempo em que íamos marcando os textos, acrescentávamos comentários analíticos (*memos*).

A confecção do retrato sociológico é um recurso eminentemente qualitativo de pesquisa social. Ancorado no discurso do agente e nas observações do pesquisador, é uma aposta metodológica que ainda está sendo testada. Por isso mesmo, a utilização do *Atlas.ti* pode ser de grande valia. Não porque este programa seja exatamente algo excepcionalmente novo; a sua função é mais a de facilitar, por possibilitar uma melhor visualização, o trabalho de categorização do material oriundo de discursos e documentos. Na prática, é apenas uma sofisticação do nosso velho trabalho de ler, fichar e escrever anotações ao lado dos documentos analisados. Obviamente, com um elemento de auxílio a mais, que é a possibilidade de quantificar frequências de termos ou palavras.

Seguindo esse caminho, a partir da leitura do material, criamos categorias de análises intuitivas. Neste primeiro momento, buscamos muito mais abarcar a riqueza de significados contida no *corpus*. Posteriormente, essas categorias, cotejadas com os nossos referenciais teóricos, foram redefinidas e/ou reagrupadas. No quadro abaixo, identificamos as nossas categorias iniciais.

**Quadro 01:** Categorias intuitivas de análise.

|                       |
|-----------------------|
| Amizade               |
| Calculabilidade       |
| Conflito              |
| Criação da lavanderia |
| Dominação Masculina   |

|                 |
|-----------------|
| Economia moral  |
| Etnicidade      |
| Família         |
| Festa           |
| Identidade      |
| Lavando a roupa |
| Meio Ambiente   |
| Memória         |
| Rede            |
| Religião        |
| Resistência     |
| Sociabilidade   |
| Sufrimento      |
| Território      |
| Trabalho        |

Antes de prosseguir, é importante apontar que o *Atlas.ti*, assim como qualquer CAQDAS, não é uma panaceia, uma solução para os problemas operacionais da pesquisa qualitativa. Objetivamente, é apenas um instrumento que nos permite fazer no computador um trabalho que já fazemos manualmente.

### 3.1. Trabalho, identidade e “luta”

Questionada a respeito de como era a vida quando a sua família, no tempo em que ela ainda era solteira, residia na parte da propriedade que fica “depois” do Rio Pitimbu, Dona Miúda, de uma forma um tanto quanto lacônica, respondeu:

**P** - Como era a vida do outro lado do rio? A vida de vocês...

**Dona Miúda** - Lavando roupas. Lavar roupa. Toda a vida, o serviço foi esse: lavar roupa. Ia pegar roupa na rua, aí lavava no riacho e, depois, umas engomava.

Dado que a atividade de lavagem de roupas era tão importante na vida de Dona Miúda e seus familiares ao ponto de ser uma referência para definir como era a vida em um determinado momento de sua trajetória, essa constatação nos leva a confirmar a importância do trabalho na construção da identidade pessoal? Ora, se o que definia a vida era a atividade de lavagem de roupas, então, poder-se-ia dizer que o trabalho fundamentava a identidade das mulheres do Sítio São Pedro?

A nossa aposta analítica, tendo como base tanto os depoimentos de Dona Miúda quanto a observação da vida no seu espaço, é a de que a “lavagem de roupas” era algo mais do que trabalho. E aqui vale a pena realçar o uso do verbo no tempo pretérito, pois, como apontaremos mais adiante neste capítulo, é exatamente essa condição que a criação da Lavanderia vem redefinir, reduzindo-a.

O trabalho como uma das bases definidoras da identidade social, essa é uma temática fortemente enraizada nas ciências sociais, nas suas mais diferentes versões. Mas esse aspecto, tantas vezes discutido, e, por isso, aparentemente trivial, precisa ser lembrado quando estamos nos referindo a uma atividade tão marcada pelos vieses étnicos e de gênero, quanto é a aquela da lavagem de roupas. Nunca é demais lembrar que a “lavadeira”<sup>9</sup> foi referente para toda uma produção discursiva que, quase “naturalmente”, articula gênero e etnicidade. Entretanto, o que é mais significativo do diálogo acima é a forma como a identidade da “lavadeira” é incorporada por Dona Miúda: atividade que quase define a própria vida.

Quando ocorreu a conversa da qual retirei o trecho acima, anotei no “diário de campo” a minha surpresa com a resposta dada. Por quê? Pelo fato de que a minha pergunta era uma tentativa de encontrar elementos que me fornecessem uma apreensão das formas de interação entre os membros da família, entre si e com os moradores mais próximos. Não era, naquele momento, uma incursão sobre a temática do “trabalho”. Não deixa de ser revelador o fato de que, para mim, como pesquisadora, a palavra “vida” remetesse à “interação”, enquanto para Dona Miúda apontasse para o “trabalho”.

Entretanto, ao contrário do que poderia induzir o apontamento acima, o trabalho de lavagem de roupas em moldes tradicionais, às margens de rios ou lagoas, e executado em companhia de outras mulheres, tanto era a base para a construção de uma identidade social (“lavadeira”), quanto tradução de momentos que possibilitavam sociabilidades. Nesse sentido, vale a pena reter o seguinte trecho de uma das conversas que tivemos com Dona Miúda:

Ah! Era bom, viu? Era uma fofoca muito grande, a lavagem de roupas no rio. Era só mulher. Os homens vinham só deixar as roupas e voltavam. Quando era em uma hora como essa hora (mais ou menos 16h30), aí eles vinham pegar as esposas e voltavam.

Mesmo se fazendo o devido desconto de certa idealização que a nossa informante constrói a respeito do passado<sup>10</sup>, não deixa de ser importante chamarmos a atenção para a relação que é possível se estabelecer, com base no discurso de Dona

---

<sup>9</sup> A produção musical é a melhor expressão da confirmação do lugar social da lavadeira como resultante do cruzamento entre gênero e etnicidade. Basta lembramos, por exemplo, da letra da música “Ensaboa (Lamento da Lavadeira)”, de Cartola e Mansueto, e regravada há pouco mais de uma década pela cantora Marisa Monte.

<sup>10</sup> Essa idealização do passado é quase um traço comum a todos as conversações, especialmente aquelas produzidas por sujeitos tomados como informantes em pesquisas sociológicas, dado que a forma como os eventos nos quais a pessoa esteve envolvida são apresentados pesando fortemente na confirmação da imagem de si que a mesma procura apresentar.

Miúda, entre trabalho, identidade, sociabilidade e festa<sup>11</sup>. Na análise de uma trajetória de um sujeito da classe trabalhadora, especialmente de uma mulher, é fundamental que nos atenhamos aos espaços de afirmação positiva da vida. Não porque, como investigadores, necessitemos corroborar construções idealizadas de trajetórias de nossos pesquisados, mas, sim, porque ao levarmos em conta esses “espaços de abertura” a apreensão sociológica do mundo do trabalho é enriquecida.

O trecho transcrito mais abaixo é ilustrativo dessa “abertura de espaço”. Tanto pela reconstrução saudosa de um passado visto retroativamente como superior ao presente, quanto pela ênfase na atividade de lavagem de roupas como propiciadora de momentos de superação dos “fechamentos” cotidianos. Nesse sentido, pouco importa que, em outros momentos de nossas conversas, Dona Miúda tenha enfatizado fortemente as dificuldades e limitações da atividade de lavagem de roupas no passado, em comparação com o seu exercício na atualidade, pois, o que é mais significativo aqui é o sentido que ela atribuía ao trabalho. E este é muito mais do que fonte de ganho monetário.

Uma conversava, uma fumava, outra vai acender um cachimbo, a outra coisa a panela, e ali vai levando e lavando roupa. Umas iam lavando, outras estendendo. Quando dava fé, quando era meio dia, tava tudo lavada... As roupas. Aí... Ficava... Umas dormiam, já saiam de tarde... Bem de tardezinha. Quando a gente vinha de lá, ficava mais elas conversando, mamãe ficava conversando, aí subiam. Só quando tava chovendo era que era um perigo grande...

As colocações anteriores pareceriam fundamentar a seguinte interpretação sociológica: o relato de Dona Miúda indica o quanto o trabalho, mesmo aquele que pareceria marcado por se situar em um dos patamares mais baixo na hierarquia social, como é o caso da lavagem de roupas, é não apenas fonte de identidade social, mas também base propiciadora de momentos de interações sociais horizontais. Mas, ao nos consolarmos com essa proposição, perderíamos uma dimensão do mundo social analisado, talvez mais iluminado pelas lentes da antropologia. Referimo-nos à própria categoria “trabalho”. Esta é uma categoria de análise, mas, também, uma categoria “nativa”, isto é faz parte dos esquemas de classificação do mundo do agente pesquisado.

---

<sup>11</sup> Enquanto os demais termos remetem a construções mais ou menos consensuais no campo das ciências sociais, “festa” exige uma explicação mínima a respeito de sua utilização. Para uma discussão sobre a importância da festa e da sociabilidade na vida social tradicional, especialmente no Brasil, ver Boschi (2006).

Ora, enquanto pesquisadores (as), não é raro que mobilizemos a categoria analítica “trabalho” com as cargas pesadas do nosso inconsciente de classe<sup>12</sup>. Dessa forma, pensamos trabalho como uma “esfera” da vida. Para Dona Miúda, o trabalho é a própria vida. Mas não deixa de ser espantoso, revisando o *corpus* a partir do qual construímos a presente interpretação, que ela quase nunca mencione a palavra “trabalho” para designar a lavagem de roupas. Em resumo: o trabalho, para ela, não é uma esfera distinta, mas intrínseca à própria definição da vida. Muito embora esse “trabalho”, matizada pelas lentes do gênero, seja negado enquanto tal. Por isso, quando se referiu a trabalho, Dona Miúda estava comentando as atividades desenvolvidas ou pelos seus irmãos ou pelo seu marido.

O trecho abaixo é exemplar do que apontamos acima:

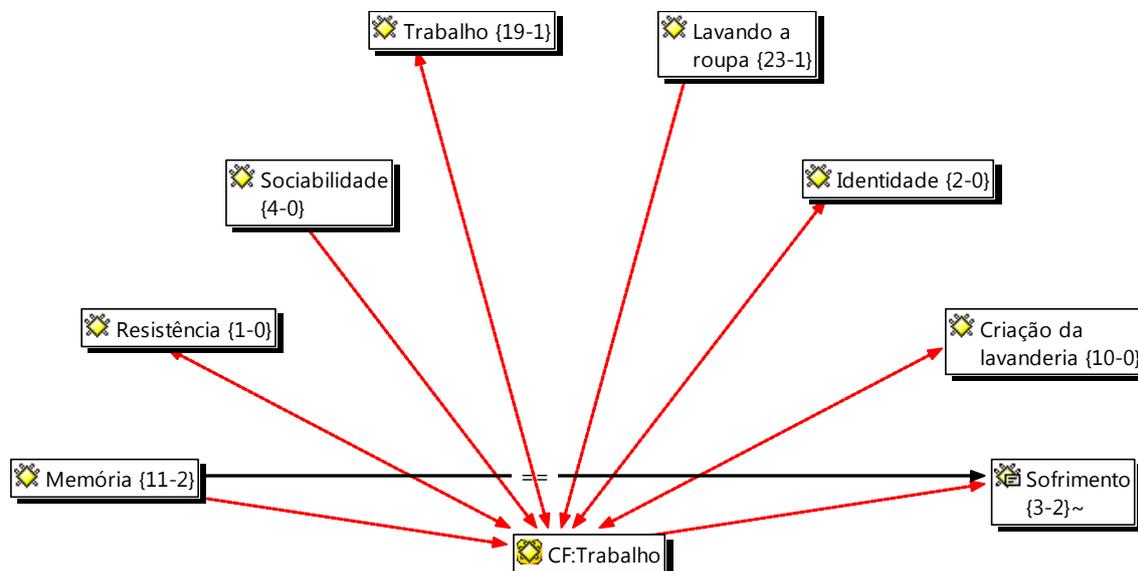
Porque eu nasci e me criei lavando roupa. E é de onde eu, né? Olhe, eu casei... Eu me criei com ele... Com idade de 10 anos, peguei a lavar. Casei, criei essas meninas e ainda hoje estamos na luta de lavar roupa, né?

Assim, a lavagem de roupas, trabalho pesado que se nega enquanto tal, é mais do que uma atividade: é “luta”. E a luta é a vida, poderíamos dizer. Essa apreensão é confirmada pela categorização inicial do *corpus*. Obviamente, o próprio processo de categorização é uma análise prévia. Assim, ao identificar determinado momento da fala de Dona Miúda como remetendo à categoria “trabalho”, estamos partindo dos nossos esquemas analíticos. Na figura abaixo, a nossa apreensão do lugar do trabalho na sua vida. Não é necessário muito esforço para confirmar a sua centralidade.

---

<sup>12</sup> Estamos fazendo aqui um intercâmbio entre “inconsciente de classe” e “inconsciente escolástico”. Para Bourdieu, tal inconsciente é o esquema mental do “etnocentrismo escolástico”. A sua melhor tradução, no campo da pesquisa científica, é o “epistemicídio”, isto é, o desconhecimento ou desconsideração em relação a outras formas de saber que não o saber escolástico, hegemônico no universo acadêmico. Ver a respeito, Bourdieu (2001, pp. 62-63).

**Figura 01:** Categorias referentes ao mundo do trabalho



**Fonte:** Elaboração própria.

Um esclarecimento em relação aos números colocados entre as chaves. O primeiro número se refere ao número de trechos do cópuz que foram identificados com essa categoria analítica e o segundo número identifica o número de outras categorias também utilizadas para marcar esses mesmos trechos.

### 3.2. O trabalho doméstico, a economia moral e a confiança

O trabalho de lavagem de roupas, nas suas duas principais situações em que essa atividade se configurava para Dona Miúda e suas filhas (em casa ou na casa das contratantes), criava uma zona de intersecção entre oferta de um serviço (a lavagem) para pessoas e oferta da pessoa para fazer serviços para Dona Miúda e suas filhas. Mais frequentemente, o que tínhamos era a combinação dessas situações. Assim, Dona Miúda ou uma ou mais de suas oito filhas assumindo serviços de lavagem em concomitância com o trabalho como doméstica fixa ou diarista.

Dessa forma, elas puderam vivenciar formas de trabalho inseridas tanto em contratos regidos pela lógica monetária quanto em contratos que poderíamos identificar como regidos por uma “economia moral”. Com esse termo, buscamos nos referir a um universo de transações no qual as regras e valores morais se sobrepõem à lógica monetária. É no campo da análise histórica que tal conceito emergiu inicialmente. Esse é o caso de E. P. Thompson, que o utilizou para demarcar com visões reducionistas da

história das revoltas operárias inglesas, as quais explicavam as ações dos trabalhadores tendo como referência os constrangimentos econômicos (salários, preços, necessidades, etc.), como se estes, em si mesmos, fossem fatores explicativos suficientes. Em sua obra, Thompson aponta como essas revoltas eram moduladas por uma “economia moral”, isto é, por um esquema de leitura do mundo pelos trabalhadores britânicos sobre as obrigações morais que deveriam reger as relações entre empregados e patrões<sup>13</sup>.

Na nossa perspectiva de análise, a “economia moral” refere-se a situações de intercâmbios econômicos que são modulados por dois fatores: a) quem compra a força de trabalho não tem como fim último o lucro; e b) mapas morais rígidos (expectativas, regras e valores) formatam as relações entre patrões e empregados. Com essa caracterização, podemos afirmar que a “economia moral” não é um traço característico apenas das sociedades tradicionais ou pré-capitalistas<sup>14</sup>. Mesmo no capitalismo avançado, a “economia moral” abarca um conjunto grande de relações<sup>15</sup>. Em consonância com essa proposição, compreendemos que o trabalho doméstico pago, seja o da empregada doméstica, da babá ou dos acompanhantes de idosos, está imerso em uma “economia moral”. Não por acaso, como mostraremos mais adiante, a regulação destas atividades pelo Estado tem sido sempre objeto de grandes controvérsias<sup>16</sup>.

A confiança é um aspecto decisivo para o desenvolvimento do trabalho doméstico pago. “Confiar” e “ser merecedora de confiança” são condições demarcadoras diante das quais se debate cotidianamente com uma empregada doméstica. Para Dona Miúda, a conquista da confiança da patroa, seja para lavar a roupa ou para tomar conta da casa, é algo que merece ser destacado. De alguma forma, essa confiança traduz uma forma de reconhecimento. Nesse sentido, é ilustrativo o trecho abaixo, no qual ela relata a forma como foi admitida como diarista por uma família residente em um conjunto habitacional da zona sul de Natal:

---

<sup>13</sup> Ver a respeito, em especial, Thompson (1987).

<sup>14</sup> Temos consciência de que o uso do termo, na maioria das situações, está relacionado a apreensão das mobilizações coletivas de trabalhadores em sociedades que passam por processos de transição para o capitalismo. Esse é o caso da análise feita por James Scott a respeito das lutas dos trabalhadores do sudeste asiático (SCOTT, 2002).

<sup>15</sup> Existem autores contemporâneos, como é o caso de Andrew Sayer, que defendem um uso mais extensivo do conceito de “economia moral” (SAYER, 2004). Para esse autor, em certo sentido, todas as ações econômicas são estruturadas por regras e valores morais.

<sup>16</sup> Lembremo-nos, apenas para exemplificar, que o pagamento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para os empregados domésticos é opcional. Somente neste momento, 2012, discute-se a sua obrigatoriedade.

Foi assim... Tinha uma mulher daqui que ia ganhar nenê. Então, ela me deu a roupa pra eu ficar tomando de conta até ela acabar o resguardo. Quando ela acabasse o resguardo, ela retomava. Ela morava por aqui. Agora ela não mora mais, não. É uma comadre de mamãe. Ela veio de Recife e morava aqui. Ela disse: “Oh! Miúda, vou ganhar nenê. Tu queres ficar com minhas lavagens?”.

Porque a gente era assim: quando uma tava gestante repassava a lavagem para outra e aí quando passava o tempo, dois ou três meses, voltava a pegar aquela lavagem, não é? Aí, nós já íamos procurar outra. Ela tava de resguardo e me deu a lavagem. Eu sustentei uns três meses essa roupa. Era uma casa lá no Satélite.

Quando ela retornou, eu fui procurar por lá mesmo. Quando eu saí, cheguei lá... Fui batendo nas portas e dei com essa mulher. Ela se chamava Idinha, lavava uma vez por semana. Quando cheguei... Ela é até professora, ela saía... Era professora, mas também vendia negócio de tapawere. Eu cheguei lá, bati na porta; ela tava precisando. Ela disse: “Tô. Mas você é de onde?”. Eu disse: “Sou de Parnamirim”. Aí, ela ficou assim... Aí eu disse que lavava roupa de uma mulher da outra rua. Ela ficou assim, né? Meio desconfiada... Aí disse: “Será o que D's quiser. A senhora topa?”. Eu respondi: “Topo, sim”. “Mas eu não vivo em casa. Eu deixo as coisas aí e só chego... Tem vez que eu chego ao meio dia, de tarde...” Eu disse: “Está certo!” Ela disse: “A confiança é sua...” Ela tinha dois meninos e uma menina. Eles iam para o colégio. Eu só lavava roupa. Os meninos ficavam em casa. Quando chegava a hora deles irem para o colégio, saíam todos três. Eu ficava sozinha. Eu não ajudava a eles, não. Eles mesmos se cuidavam... Tinha uma de 9 anos, um de 7, um de 8 e um de 10, parecia uma escadinha. A mais velha parecia uma mocinha, era ela quem arrumava e levava os dois. Eu ficava. Quando eu terminava a roupa, deixava a chave na casa da vizinha.

Quando ela chegou no colégio, ela disse assim pras colegas dela: “Mulher, eu tava com tanta roupa, parece que foi D's que mandou uma mulher que estava batendo nas portas atrás de roupa pra lavar, e eu... A mulher foi lá em casa e eu deixei...”. Aí as amigas delas: ‘Mulher!!! Tu tem muita confiança! Gente da rua, tu não sabe nem quem é aquela pessoa, tu deixa na tua casa sem ninguém reparar?’ E ela me disse que respondeu: “Será o que D's quiser”

Quando ela chegou de noite, tava tudo ajeitadinho. A roupa, eu lavei e deixei arrumadinha. Quando foi na outra semana, eu fui. Ela disse: “Se eu gostar, na próxima semana, a senhora vem de novo; se eu não gostar, eu despacho”. Quando foi na outra semana, eu fui. Fiquei lá dezoito anos. Uma vez por semana...

Se o acaso (ou “sorte”, como ela dirá em outro momento) marca esse primeiro contrato de trabalho doméstico conseguido por Dona Miúda, isso não significa que a conquista da confiança seja algo fácil. Pelo contrário, é algo a ser cotidianamente conquistado, pois, nessas condições, o trabalhador é cotidianamente testado de acordo com um código de condutas e valores morais vastíssimo. Em tal código, geralmente, o trabalhador doméstico deve se esforçar para mostrar que não existem fundamentos para as suspeitas veladas que pesam sobre ele. Assim, a empregada doméstica tem que se esforçar para demonstrar que é zelosa, respeitosa, honesta, obediente, atenciosa e agradecida. O ajustamento a tal código por uma mulher que, em outros momentos, participava dos eventos de uma vida comunitária intensa possibilitou a Dona Miúda a incorporação de disposições que seriam mobilizadas posteriormente na criação e gerenciamento da lavanderia.

O primeiro contrato de Dona Miúda como diarista, na casa da professora, abriu-lhe uma rede familiar:

Aí ela falou pra sogra dela, e eu fiquei também com a sogra dela. Eu lavei pra sogra dela, pros cunhados dela... Aí ela fez uma amizade, uma rua assim... Todo dia era uma casa, de segunda a sexta, toda semana. É tanto que ainda hoje tendo o retrato da velha. Essa daqui era igual a mamãe!(mostra o retrato).

Qual o sentido atribuído por Dona Miúda ao que denominamos de “conquista da confiança”? Para ela, é como se fosse natural que a empregada devesse se esforçar para ser merecedora da confiança. Essa é a sua obrigação moral.

Embora muito se tenha escrito, nas ciências sociais, na literatura, no jornalismo e nos livros de viagens, sobre o quanto há de violento em si mesmo na existência social da empregada doméstica no Brasil, vale a pena uma pequena digressão, sem perdermos de vista os nossos objetivos de análise, a respeito do quanto há de violência simbólica no “contrato moral” subjacente ao trabalho doméstico, a partir da experiência de Dona Miúda. Não é nenhuma novidade lembrarmos o quanto o trabalho doméstico é expressivo das relações de classe no Brasil. Neste “país de senhoritos” (DAMATTA, 2011), onde carregar a própria mala é sinônimo de desonra, o trabalho doméstico é percebido como algo natural, quase parte da paisagem.

Em um estudo comparativo a respeito do trabalho doméstico no Brasil e nos Estados Unidos, Harris (2007) elaborou proposições que, embora expressem sentimentos e posições comuns entre as pessoas mais críticas, geralmente são pouco formalizadas. Iremos nos deter um pouco nas suas considerações, pois, mesmo que indiretamente, as mesmas ajuntam elementos que nos auxiliam na interpretação da violência simbólica contida no esforço pela conquista da confiança no trabalho doméstico. Imediatamente abaixo, o autor aponta a desigualdade do contrato, quase sempre naturalizada, que caracteriza as relações entre empregada e empregador:

Convivendo juntos diariamente, às vezes morando na mesma residência, e recebendo salários drasticamente assimétricos, a empregada doméstica e o empregador experimentam e negociam constantemente essa desigualdade que está presente também em outros setores da sociedade, escondida atrás das cadeias de produção ou nos encontros breves entre o “consumidor” de classe média ou alta e o trabalhador desqualificado. A empregada doméstica, apesar de o simples fato de ela estar trabalhando sugerir que ela ocupa uma posição econômica mais favorável do que os cinco ou dez por cento de pessoas tipicamente desempregadas nos dois países estudados em anos recentes, ela efetivamente ocupa um lugar extremamente baixo na hierarquia dos empregos. Frequentemente caracterizado como uma última opção de recurso, o emprego doméstico também se distingue por exigir tanto um trabalho braçal pesado – um dia de trabalho que frequentemente ultrapassa os padrões legais – quanto um trabalho “emocional” intenso – no caso não só de babás e babysitters,

mas também de faxineiras, arrumadeiras e outras empregadas de quem se exige um afeto de servidão quase constante durante o serviço. (HARRIS, 2007, p. 23).

No trecho a seguir, o autor aponta como as relações estabelecidas no trabalho doméstico expressam cartografias morais. A argumentação seguida reforça a nossa proposição, mas acima esboçada, a respeito de como o trabalho doméstico pago se encontra inserido em uma economia moral.

É também um emprego com condições peculiares: em muitas situações, o empregador não encara o seu empregado como tal, e mesmo o trabalho não é visto como trabalho propriamente dito. (HARRIS, 2007, p. 34).

Voltando à questão apenas insinuada mais acima, nesse contexto, a busca pelo reconhecimento de que se é uma boa empregada é um típico exemplo de violência simbólica, segundo os termos da sociologia bourdieusiana. Isso porque ser reconhecida como “empregada” – o que não deixa de ser uma forma, mesmo que diminuída, de reconhecimento – é se ajustar ao modelo propugnado pelo empregador. Por outro lado, para apontar aqui outra dimensão da violência simbólica, as obrigações morais da empregada são aquelas esperadas dela; já o patrão ou patroa, quando cumpre com as suas, torna-se “bom” (ou “boa”).

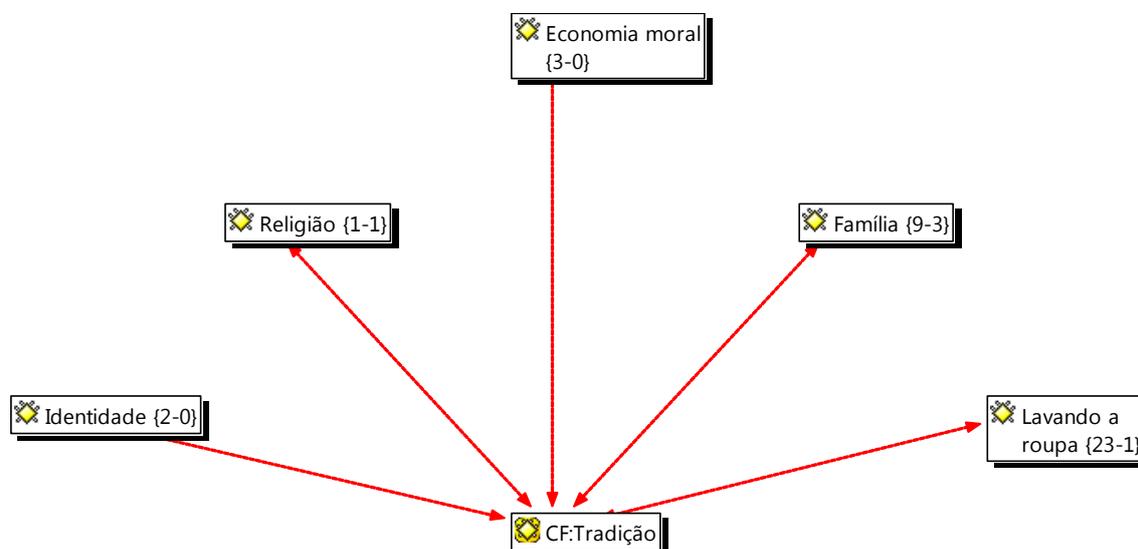
De certa forma, a “boa empregada doméstica”, que é “merecedora de confiança”, recoloca, no espaço urbano, a questão das relações trabalhistas embebidas em códigos de honra. Nesse sentido, é possível se fazer um paralelo com a situação dos contratos entre trabalhadores rurais e donos de engenho, segundo a análise exemplar de Lúcia Sigaud, conforme pode ser aferido no trecho abaixo:

Mas para o trabalhador apenas as suas obrigações eram percebidas enquanto tais. As do patrão ele as representava como dons, como sinais de sua bondade, e sentia-se, portanto, endividado. De sua parte, o patrão concebia-se como um doador: a casa de morada, a terra para cultivar, os presentes ao longo do ano atestavam apenas a sua generosidade. Ser generoso era um valor, e o prestígio dos patrões se media pelos sinais exteriores de sua magnanimidade. (SIGAUD, 2004, p. 135)

A busca pelo ajustamento ao modelo de boa empregada, fundamental para a sobrevivência no trabalho, vai, no entanto, além da violência simbólica. Como veremos no próximo capítulo, em alguns momentos traduz uma consciência aguda das regras do jogo.

No que diz respeito à contextualização dessa economia moral na qual a busca de ser merecedora de confiança tem tanta força, na figura abaixo apontamos a rede de interações das categorias intuitivas de análises com a mesma. O eixo articulador, ou “nó” na rede de significados, é a tradição.

**Figura 02:** A rede de categorias analíticas intuitivas da economia moral



**Fonte:** Elaboração própria.

Embora a tradição pese na conformação da economia moral, a mesma não deixa de estar presente, conforme já apontamos no contexto das transações econômicas da moderna economia de serviços. É o caso em que a aparente impessoalidade das relações de mercado é, quando apreendida a partir de um olhar etnográfico, substituída por um emaranhado de redes pessoais de confiança que tornam as trocas de bens e serviços possíveis. No momento, importa ressaltar o quanto essa busca por ser “merecedora de confiança” implicou na aquisição de disposições que serão posteriormente mobilizadas por Dona Miúda para a criação da Lavanderia.

### 3.3. Trabalho doméstico e precarização: a emergência da diarista

A criação da Lavanderia foi para Dona Miúda e suas filhas a abertura de uma fresta de saída do mundo do trabalho doméstico. Embora essa ainda seja mais uma possibilidade do que uma realidade efetiva, dado que a Lavanderia, no momento em que concluímos a nossa pesquisa, ainda não lhes permitia ganhos suficientes para abandonar os trabalhos domésticos. Entretanto, essa mudança, mesmo que pequena, é importante e, talvez, expresse uma tendência mais geral de lentas modificações no trabalho doméstico no Brasil.

Um dos fatores que têm pesado na redefinição do trabalho doméstico está o alargamento das políticas de inclusão social ocorrido na primeira década deste século.

Embora tímidas e limitadas, essas políticas têm permitido a liberação de parcelas de mulheres das classes populares de situações de trabalho doméstico que se situam próximo a relações escravistas. Este é o caso do emprego doméstico em troca de comida e roupa, prática não incomum, em diversas regiões do Brasil, especialmente no vasto interior nordestino, até duas décadas atrás.

Por isso mesmo, não por acaso, uma das filhas de Dona Miúda, que participa do trabalho da lavanderia, afirmou-nos que está resistindo em aceitar propostas de trabalho em casas. A sua justificativa, além do ganho financeiro ser pouco, foi o de que recebia auxílio do Programa Bolsa-Família. Outra filha indicou os aportes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) como “uma ajuda” que a faz pensar duas vezes antes de querer “trabalhar na casa dos outros”.

Além de as políticas sociais dos últimos anos, como um efeito, talvez, não tanto intencional contribuírem para uma redefinição do trabalho doméstico, temos também a própria reconfiguração do tipo de relação contratual. O aumento das demandas trabalhistas das trabalhadoras domésticas e a contínua elevação do salário-mínimo têm contribuído para a disseminação da contratação de empregadas domésticas como diaristas.

Nesse sentido, é significativo que o DIEESE, em trabalho justamente destinado a captar a dinâmica do trabalho doméstico no Brasil, tenha conseguido captar com precisão essa tendência:

A pesquisa vem registrando a redução da trabalhadora doméstica mensalista (com e sem carteira assinada), entre os anos 2000 e 2010 e a elevação das diaristas. Mesmo assim, em 2010, a maior parte das trabalhadoras domésticas exerceu seu trabalho como mensalista. As mensalistas representaram proporções acima de 67,4% (Porto Alegre) em todas as regiões metropolitanas analisadas”. (...)

As diaristas possuem uma situação mais instável e precária, pois são remuneradas pelo dia de trabalho. Caso entrem de férias ou fiquem doentes, deixam de receber seus salários. Também é mais intenso o ritmo de trabalho, uma vez que precisam “dar conta” do trabalho na sua jornada diária. Estas trabalhadoras, cuja participação nos Serviços Domésticos vem aumentando desde 2000, representaram, em 2010, um percentual que variou de 21,6%, em Salvador a 31,3% em São Paulo e coloca um desafio de inclusão dentro da contratação formal e no acesso a benefícios garantidos em lei. (DIEESE, 2011, p. 08).

Essa situação aponta para uma realidade que necessita de maior problematização por parte da sociologia brasileira. Tanto aponta para a importância da discussão sobre a precarização das relações de trabalho quanto indica tópicos para uma discussão sobre a subjetividade dos trabalhadores (e trabalhadoras) submetidos a esses contratos de trabalho. As investigações sociológicas sobre a precarização das relações de trabalho no

Brasil, na maioria das vezes, ainda têm como objeto a situação dos trabalhadores da indústria, o que justifica o esforço de compreender sociologicamente as mudanças no mundo do trabalho doméstico.

Nesse sentido, vale a pena lembrar os significados das análises sobre a precarização do trabalho nas ciências sociais brasileiras. Na figura abaixo, elaborada com base em texto de uma estudiosa do mundo do trabalho no Brasil, traduzimos essa rede de significados.

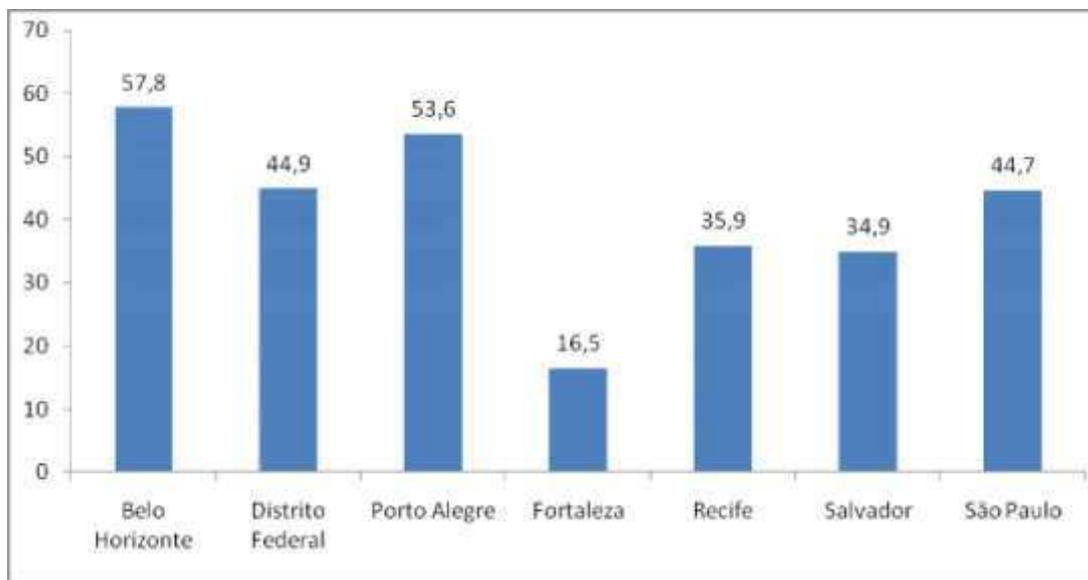
**Figura 03:**Significados da discussão sociológica brasileira sobre precarização



Fonte: Druck (2010).

Ao se observar mais atentamente a figura, damos-nos conta do quanto é necessário relativizar a discussão sobre a precarização quando tomamos como objeto o trabalho doméstico. Isso porque “perda de direitos”, “degradação das condições de trabalho e saúde” e “fragilização dos coletivos” foram realidades sempre presentes para os trabalhadores domésticos no Brasil. Por outro lado, na medida em que a empregada doméstica não tem o direito ao FGTS garantido, é importante tomarmos como referência (como medida para aferirmos à sua “segurança”) dados relativos ao recolhimento da contribuição à Previdência Social pelas empregadas domésticas. No gráfico abaixo, transcrito do documento elaborado pelo DIEESE já mencionado, temos um desenho desse quadro.

**Gráfico 01:** A contribuição de trabalhadoras domésticas para a Previdência Social por Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2010 (%)



Fonte: DIEESE (2011).

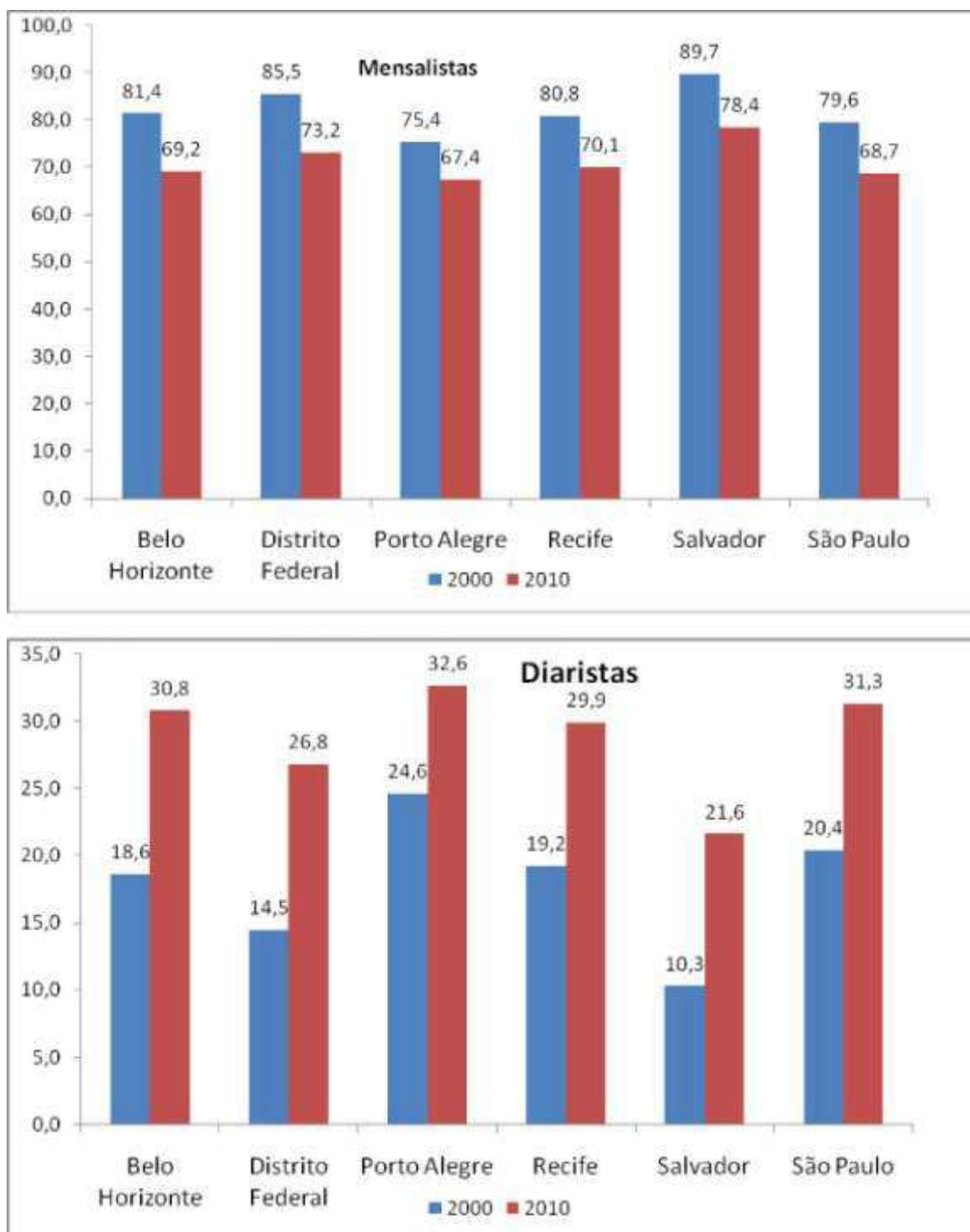
Deve-se destacar, em primeiro lugar, o fato de serem metrópoles situadas no Nordeste do Brasil aquelas com menor percentual de empregadas domésticas que contribuem para a Previdência Social. Se levarmos em conta todo o país, o percentual de trabalhadoras domésticas fora do sistema previdenciário, em média, chega a quase 60%. Sem dúvidas, é correto se afirmar que “uma das grandes fragilidades do emprego doméstico é a baixa proporção de mulheres que contribuem para a previdência social” (DIEESE, 2011, p. 12), entretanto, é necessário ajuntar outros elementos a essa discussão. Para isso, é importante levarmos em conta que a precariedade é uma marca do trabalho doméstico no Brasil, não uma consequência da “flexibilidade”.

A nossa aposta analítica é a de que a perscrutação das condições de trabalho e a subjetividade dessas trabalhadoras poderiam nos fornecer importantes elementos para uma compreensão mais complexa do universo cultural das classes populares no Brasil. Para puxar apenas um fio dessa meada, pode-se chamar a atenção para o peso do pentecostalismo na formação do que poderíamos afirmar, talvez forçando um pouco o uso do termo, de “ethos emergente” de fração da classe trabalhadora brasileira<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Temos em mente, neste quesito, os aportes fornecidos pela antropologia da religião desenvolvida por Clara Mafra. Sobre esse tópico, em particular, ver Mafra, 2009.

A diarista redefine a relação tradicional da empregada doméstica. Para balizarmos a comparação, basta pensarmos na condição da mensalista que reside na casa do seu empregador, tendo a sua vida particular encerrada (e devassada) nessa forma arquitetônica reprodutora da antiga senzala, que é o “quarto da empregada”. A diarista, embora limitada nos seus direitos, tem maior possibilidade de deslocamentos. Por trabalhar em casas diversas, convivendo com muitos universos familiares, também tem a possibilidade de desenvolver uma análise comparativa das diversas relações de trabalho às quais está submetida. Antes de prosseguir, reforçemos essa discussão com a reprodução do gráfico abaixo, contido no trabalho produzido pelo DIEESE, anteriormente citado.

**Gráfico 02:** Mensalistas e diaristas nas regiões metropolitanas brasileiras: a evolução do quadro em uma década. (%)



**Fonte:** DIEESE, 2011.

Nota explicativa do gráfico: “Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Obs.: Não há dados para

Fortaleza para o ano de 2010. Por isso, a capital não está representada neste gráfico”. (DIEESE, 2011).

Voltando à nossa discussão, vale a pena ressaltar que, por trabalhar em casas diversas, convivendo com muitos universos familiares, também tem a possibilidade de desenvolver uma análise comparativa das diversas relações de trabalho às quais está submetida<sup>18</sup>. E essa condição a fez observadora aguda de vidas familiares distintas. Nas nossas conversas, não raramente, ela mobilizava observações sobre o ambiente familiar de suas antigas patroas para, por exemplo, reafirmar a correção de suas escolhas pessoais.

### **3.4. Do trabalho doméstico ao serviço para pessoas: relações afetivas e de mercado**

O aumento do contingente de diarista é apenas uma das expressões das mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho doméstico pago. Traduz, em verdade, a redefinição dos serviços para pessoas e a subordinação dessas atividades a uma lógica muito mais marcada por um processo que poderíamos denominar, seguindo de perto as indicações analíticas de Karl Polanyi<sup>19</sup>, como “mercadorização do trabalho”. Com esse termo, buscamos conceituar o processo de subjugação de uma dimensão definidora do ser humano (o trabalho) aos ditames da produção de mercadorias.

Os sentidos dados por Dona Miúda a esse processo são, e não poderiam deixar de o ser, não raras vezes, contraditórios. Como já salientamos no capítulo anterior, ela não deixa de lamentar a perda da “proximidade” com as patroas que o trabalho doméstico lhe possibilitava. Essa relação, que definimos anteriormente como “pessoalizada”, começa a ser alterada com a emergência de empreendimentos como as lavanderias e as agências de intermediação do trabalho das diaristas.

Entretanto, as transações econômicas nas quais se traduzem, cada vez, as compras de serviços para pessoas (dentre estes, muitas das atividades identificadas sob a rubrica de “trabalho doméstico”) nunca implicam em uma completa impessoalidade nas relações. Poderíamos dizer que esse é um processo com marchas e contramarchas. E isso ocorre porque o trabalho doméstico, assim como todo o conjunto de serviços que se traduzem em cuidados do/para/com o outro implicam em “pagamentos” e “deveres” que

---

<sup>18</sup> Dona Miúda, embora recebesse o seu pagamento mensalmente, trabalhava um ou dois dias por semana em cada casa.

<sup>19</sup> Ver Polanyi (1980).

vão além do dinheiro e de um conjunto de obrigações estabelecidas de antemão, na contratação do/a trabalhador/a.

O que apontamos acima, no que diz respeito à Dona Miúda, traduz-se em avaliações sempre ambíguas de suas ex-patroas. Mesmo daquelas que ela considerava “ruins”. Assim, em uma de nossas conversas, após relatar alguns tratamentos negativos recebidos de uma empregadora, ela mesma formula a pergunta: “por que eu ficava lá? Bom, não era o dinheiro...” Após meditar um pouco, como que falando mais para ela do que para mim, quase em tom de justificativa, afirmou:

Acho que eu não deixava era por que... Eu gostava muito dela e dos meninos. Quando eu peguei a lavar roupas lá, a menina dela tava com um ano. Era bem novinha. Aí nós passamos lá pro Campus, não é? Nesse tempo, nasceram mais dois. As meninas<sup>20</sup> aqui ficavam reclamando: “Mãe, deixe...”. E eu continuando lavando lá, eu gostava... Eu gostava muito dela e do marido dela. Tinha semana que era até mais roupa do que na casa de E. Em E, não, era melhor, a barra era limpa. Mas, mesmo ela sendo meio assim, não é? Eu peguei afeição. Acho que pelas crianças...

Essa relação quase familiar aponta para um importante elemento de avaliação do trabalho doméstico: a sua imbricação na trama familiar. Não é raro que uma trabalhadora doméstica funcione, algumas vezes, como uma espécie de ligação entre distintos membros da família. Por outro lado, também não se pode deixar de lado o peso dos laços afetivos, como é o caso dos laços com as crianças das famílias nas casas em que se trabalha.

A afetividade que marca a maior parte dos serviços para as pessoas torna sempre problemática a sua monetização. Não podemos esquecer certo discurso, ainda recorrente em alguns setores de classe média no Brasil, algumas vezes incorporado pelas próprias trabalhadoras domésticas, de que a empregada “é como se fosse da família”.

Ao fazer o balanço de seu trabalho em uma das casas (de uma senhora idosa, já falecida), Dona Miúda o avalia como expressando uma relação de amizade:

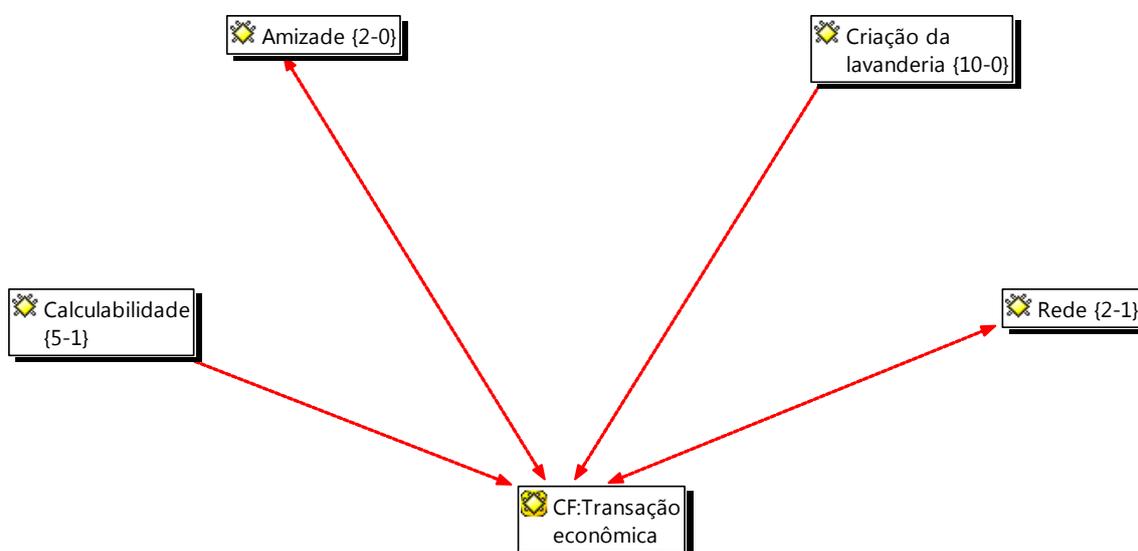
Quando ela faleceu, as meninas vieram me buscar pro velório dela. Ela foi sepultada ali no Morada da Paz. Vieram... Gostavam muito de mim. Ela não comia um negócio que não fosse comigo. Eu fazia compras pra ela. Tinha dia que ela dizia: “Dona Iêda, vamos comer um pirão hoje?”. E eu: “Vamos!”. As meninas dela diziam assim: “Mamãe faz de D. Iêda como fosse uma filha dela.” Ela ria e dizia: “Olha a besteira! É roedeira, não é D. Iêda?”. Eu ia para o supermercado, ela me dava o dinheiro e eu fazia as compras. Dava o troco. Ela já pegava: “Tá aqui, D. Iêda, a sua passagem”. “Ela era muito boa, que seja a alma dela pra D”s.

---

<sup>20</sup> Refere-se às filhas.

O fragmento acima citado traduz uma interpretação das relações de Dona Miúda com o trabalho que se estende ao momento no qual a atividade de lavagem de roupas, porque desenvolvida em moldes empresariais, torna-se mais “racional” e “objetiva”. Na categorização do *corpus* resultante de suas narrativas, essa interpretação não deixou de ser confirmada. Assim, ao construirmos a categoria analítica “transação econômica”, foi-nos possível perceber a vinculação da mesma com categorias de análises intuitivas que remetiam ao campo da personalidade, conforme é possível depreender da figura abaixo.

**Figura 04:** A transação econômica e suas conexões.



**Fonte:** Elaboração própria.

Essa não é uma apreensão da realidade que tenha ficado despercebida pela teoria social. Uma estudiosa contemporânea, apoiada nos escritos de Karl Polanyi e Pierre Bourdieu, questiona causticamente a “separação de mundos” que está presente em muitos estudos a respeito do mercado, não apenas no campo dos estudos econômicos, mas também em disciplinas como a sociologia, a psicologia e a ciência política. Afirma ela:

Os economistas, na verdade, frequentemente dicotomizaram o mundo em mercado e não-mercado, racional e pessoal, eficiente e sentimental, macho e fêmea. Essas dicotomias tornam mais fácil desvalorizar a atenção cuidadosa, a produção doméstica e o trabalho das mulheres em geral. Este artigo vai tratar de três temas proximamente relacionados: 1) O fato de que, enquanto descrições e explicações sobre como o mundo econômico opera, esses esquemas (e/ou) são mais enganadores do que úteis; 2) Na verdade, a vida econômica rotineira e o comportamento organizacional encontram caminhos para a criação de relações sociais que ultrapassam essas fronteiras sem destruir a integridade da vida social; e 3) Contudo, as pessoas que usam tais dicotomias estão realizando um sério trabalho social: elas estão imprimindo distinções morais na paisagem social. (ZELIZER, 2009, p. 237).

O argumento desenvolvido por Zelizer reforça a necessidade de superarmos visões dicotômicas a respeito da mercadorização do trabalho doméstico. Nesse sentido, vale a pena citarmos mais um trecho dessa autora, pois, as suas proposições abrem chaves de interpretação para o entendimento das transformações que ocorrem no mundo do trabalho no qual Dona Miúda e suas filhas estão envolvidas.

(...) Desde o século XIX, os analistas sociais repetidamente assumiram que o mundo social se organiza em torno de princípios incompatíveis e que competem entre si: *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, atribuição e realização, sentimento e racionalidade, solidariedade e interesse próprio.

Dois argumentos complementares e parcialmente independentes estão andando juntos aqui. Podemos chamá-los de teorias das esferas separadas e dos mundos hostis (...). A teoria das esferas separadas diz que há dois domínios distintos que operam segundo diferentes princípios: racionalidade, eficiência e planejamento, de um lado, e solidariedade, sentimento e impulso, do outro. Deveríamos, prosseguir a teoria, esperar que diferentes resultados e compensações emergam destes dois tipos de organização.

Sobre os mundos hostis, a teoria diz algo diferente: quando tais esferas entram em contato, contaminam uma à outra. Sua mistura, atesta a teoria, corrompe ambas; a invasão do mundo sentimental pela racionalidade instrumental resseca aquele mundo, enquanto a introdução do sentimento nas transações racionais produz ineficiência, favoritismo, proteção aos amigos e outras formas de corrupção. Nesta perspectiva, existe uma aguda divisão entre as relações sociais íntimas e as transações econômicas, tornando qualquer contato entre as duas esferas moralmente contaminado. Dessa forma, a intimidade só prospera se as pessoas erigem barreiras eficazes em torno dela. Assim, continua o raciocínio, sistemas sociais bem ordenados mantêm os domínios separados. (ZELIZER, 2009, p. 238).

De certa forma, ao problematizarmos as redefinições porque passam as atividades de serviços para as pessoas, estamos problematizando não apenas a percepção do senso comum a respeito do trabalho doméstico pago. De algum modo, estamos colocando em questão o viés de gênero subjacente aos pressupostos analíticos que constroem, mesmo no mundo acadêmico, visões dualistas que opõem o mundo acolhedor da casa ao mundo anônimo e impessoal do mercado. Como assim, “viés de gênero”? Ora, este se encontra presente na ideia de que o cuidado (de pessoas e da casa) é um atributo feminino. E, em decorrência, algo a ser “dado”, não “vendido”.

Obviamente, é necessário que a mobilização da crítica à ideia dos “mundos hostis” (ZELIZER, 2009) seja feita com cuidado, pois, do contrário, a análise sobre as transações econômicas que significam envolvimento pessoais terminaria por jogar águas no moinho da “análise econômica convencional”.

Ao contrário, a visão que estou defendendo insiste, em primeiro lugar, no fato de que nenhuma relação de mercado, de qualquer tipo, existe sem a infraestrutura de instituições ou sem a presença de compreensões compartilhadas. Mais importante ainda, para nossos fins, é o reconhecimento de que as pessoas estão constantemente criando circuitos distintos de transações econômicas, meios de pagamento e relações sociais. Elas conectam esses circuitos por meio de símbolos, práticas e ideologias, incluindo a ideologia dos mundos hostis. À medida que constroem esses circuitos, as pessoas na verdade constroem distinções

morais e de poder. Não importa se olhamos para as esferas da produção, do consumo ou da distribuição, pois sempre encontramos pessoas criando diferentes circuitos de relações sociais significativas. Isto se aplica tanto a corporações, empresas, famílias, microcréditos e envios de dinheiro para o país natal, quanto a moedas locais e cuidados pessoais. (ZELIZER, 2009, p. 252).

### 3.5. Sujeira e limpeza na economia de serviços

O filme “Coisas belas e sujas” (*Dirty Pretty Things*, Inglaterra, 2002), dirigido por Stephen Frears, pode ser visto como um retrato sociológico da experiência social dos trabalhadores do setor de serviços em uma economia global. É uma obra que nos ajuda a pensar sobre a invisibilidade dos que limpam as sujeiras nas grandes cidades. As marcas étnicas desses trabalhadores (são imigrantes africanos ou turcos que limpam as sujeiras de uma Londres asséptica e desumana) são realçadas e dão força dramática ao ângulo classista do filme. Frears reproduz, em parte, o esquema de interpretação da situação dos trabalhadores de limpeza feito anteriormente no filme “Pão & Rosas” (*Bread and Roses*, Inglaterra, 2000), dirigido pelo seu compatriota Ken Loach, e que retratava a situação das trabalhadoras mexicanas em Los Angeles. Mais duro e amargo, embora também abordando a temática da invisibilidade social dos que fazem o trabalho de limpeza na moderna economia capitalista, Frears impõe aos seus personagens diálogos cortantes. Esse o caso da cena final do filme, quando o improvável grupo de heróis (um imigrante ilegal nigeriano, uma camareira turca e uma prostituta inglesa), aparecem como negociando um rim com um comerciante de órgãos espanhol. Este último, a bordo de um automóvel de luxo, questiona: “*Por que eu nunca vi vocês?*”. O personagem nigeriano (interpretado pelo ator Chiwetel Ejiofor) responde: “Porque nós somos aqueles que nunca aparecem. Nós somos aqueles que dirigem seus carros, limpam sua sujeira e chupam seus paus”.

Como a invisibilidade social que nega existência e reconhecimento aos trabalhadores da limpeza na moderna economia de serviços afeta o conjunto de trabalhadores dos serviços para pessoas? Obviamente, dado a âncora comunitária da maioria dos seus vínculos fortes, essa questão se coloca muito tenuamente para Dona Miúda e suas filhas. A despessoalização, sabemos bem, não é sinônimo de invisibilidade social<sup>21</sup>. Na verdade, parece ocorrer o contrário em algumas atividades. Mas isso não é o que se dá na maioria das atividades desenvolvidas no setor de serviços

<sup>21</sup> Essa não é exatamente uma temática nova para a sociologia. Basta lembrarmos que Georg Simmel, no início do século XX, já assinalava essa característica da vida social moderna. Ver, em especial, a sua discussão sobre o conceito de “sociabilidade”. (SIMMEL, 2006, pp. 59-82).

para pessoas. De alguma forma, esse é um desenrolar quase esperado daquilo que em um texto seminal Georg Simmel definiria como expressão da “vida mental nas grandes cidades” (SIMMEL, 2005 [1903]), entretanto, essa apreensão não elimina a questão sociologicamente decisiva do impacto dessa despersonalização sobre a subjetividade dos trabalhadores<sup>22</sup>.

A apreensão desse impacto é percebida melhor quando levamos em conta a interpretação que esses trabalhadores e trabalhadoras dão aos atos dos seus empregadores e clientes (diretos ou indiretos). Não é que esses trabalhadores desconsiderem os gestos reveladores de reconhecimento (cumprimentos, por exemplo), mas que, treinados para o anonimato e a despersonalização, para eles o reconhecimento vem menos da visibilização de si enquanto trabalhadores (ou pessoas) e mais da atenção dispensada às tarefas que desenvolvem. O que pode se traduzir em atitudes que as tornem menos penosas.

Embora fazendo uma incursão paralela ao nosso objeto, vale a pena citarmos um exemplo aqui que não está diretamente relacionado ao mundo de Dona Miúda: uma trabalhadora da limpeza de um shopping center de uma de nossas grandes cidades. A moça que faz a limpeza nas mesas da praça de alimentação não tem muita expectativa de que o seu trabalho possa resultar em alguma relação mais duradoura com os clientes que frequentam o espaço. Mas ela não deixará de analisar, e tomar positivamente em consideração, a forma como as pessoas lidam com as sobras de sua alimentação e com os pratos e talheres usados. A sua grade de análise sobre o comportamento dos frequentadores poderá ser moral ou não, mas, com frequência, ela verá, além de “boa educação”, algum naco de reconhecimento naquela pessoa que teve o cuidado de deixar a sua mesa arrumada.

Quanto a Dona Miúda e filhas, envolvidas em uma transição do trabalho doméstico em casas para o trabalho em casa (ou em um espaço próximo e próprio) para pessoas, não encontramos referentes que autorizem uma tematização sobre invisibilidade social, mas, sim, sobre as consequências da despersonalização. E estas são sentidas nos momentos de contratação do trabalho de lavagem de roupas.

---

<sup>22</sup> A discussão sobre a subjetividade no trabalho ganha especial importância com a entrada em pauta nas discussões sobre saúde mental e a questão dos sofrimentos psíquicos sofridos pelos trabalhadores “invisíveis” ou em situações de extrema precariedade. (SZNELWAR, UCHIDA & LANCMAN, 2011).

Hoje é assim, não é? A gente não sabe de nada, de quem é a roupa... O jeito é enfrentar... Porque se aqui é uma lavanderia, tem que receber toda qualidade de roupa, não é mesmo? Antigamente, não, as pessoas diziam assim: “olha, a filha de fulano de tal está doente, a filha de sicrano...” Elas tinham cuidado e não misturavam roupa com roupa... Mas, aqui, olhe... (mostra montes de roupas para serem lavadas). A gente não sabe se é de uma pessoa doente. Se a roupa é de uma pessoa sadia; vem tudo misturado. A gente encontra pano de chão misturado com pano de prato! É tudo misturado... Toalha molhada? Virgem! A gente aqui é quem pega quando vem nas trouxas e faz a separação devida, não é? Bota toalha num canto, pano de prato no outro... Quando a gente engoma, não mistura; tudo é separado num saco.

Quando o trabalho implicava uma maior pessoalização, isso resultava em um maior cuidado com a forma de encaminhar a roupa para levagem, pois, de algum modo, a imagem do contratante também estava em jogo, ao contrário do que ocorre agora. A interpretação que Dona Miuda faz sobre essa situação, como em relação a muitas questões, toma como referência uma grade narrativa, baseada na oposição “passado” *versus* “presente”. Essa oposição binária, muitas vezes, assume uma clara conotação moral nas suas elaborações, assim como as oposições entre “limpeza” e “sujeira”

### 3.6. Do rio à pia e da pia ao rio imaginário: a lavagem de roupa como trabalho flexível

Da lavagem de roupas nas margens do Rio Pitumbu passando pelo desenvolvimento da atividade nas casas dos contratantes até o trabalho na própria lavanderia, há toda uma trajetória que se transmuda em disposições incorporadas pela lavadeira. E essa trajetória, no que diz respeito às transformações mais gerais do trabalho, se traduz, no que diz respeito às atividades desenvolvidas por Dona Miuda e suas filhas, em uma tradução local da flexibilidade do trabalho<sup>23</sup>.

Refiromo-nos tanto à distribuição das tarefas e dos ganhos entre Dona Miúda e suas filhas quanto à dinâmica do trabalho na lavanderia. Nesse sentido, podemos observar que a execução das tarefas encontra-se subordinada às suas possibilidades de trabalho. Essa é uma forma de compatibilizar o trabalho na lavanderia com os serviços como diarista ou trabalhadoras domésticas de uma ou outra filha. Essa flexibilidade de horários e do envolvimento de cada uma delas corresponde também a uma necessidade de diminuir as tensões resultantes do trabalho conjunto. Então, nem todas, mesmo quando estão livres das suas outras atividades ou dos afazeres domésticas, envolvem-se

<sup>23</sup> A flexibilidade de empreendimentos situados nas franjas entre o rural e o urbano marca um conjunto de atividades, redefinidas pelas mudanças socioeconômicas das últimas décadas. No Nordeste do Brasil, essa situação se apresenta até em redes produtivas de alcances translocais, como é o caso da produção e comércio da “sulanca”, no Agreste Pernambucano. Uma análise sociológica dessa atividade foi realizada por Vêras de Oliveira (2011).

ao mesmo tempo nas atividades de lavagem. Por outro lado, as tarefas distribuídas não são segmentadas. Assim, ao contrário de grandes lavanderias, o empreendimento aqui em foco não se expressa em uma divisão do trabalho, com uma trabalhadora lavando, outra cuidando da secagem e outra envolvida com o trabalho de engomar. Embora isso ocorra, é mais normal que Dona Miúda atribua encomendas de lavagens específicas para as filhas. Dessa forma, o envolvimento das filhas das filhas (netas de Dona Miúda) fica mais tranquilo (estão subordinadas às suas mães...).

A flexibilização do trabalho de lavagem de roupas, uma atividade desenvolvida, cada vez mais, sob a lógica da economia de serviços, aproxima-se, no que diz respeito ao seu fazer concreto, do passado, da forma tradicional de se lavar roupas no rio. No nosso diário de campo não deixamos de registrar essa constatação:

Hoje cheguei ao sítio por volta de 14h00. A visita já havia sido combinada antecipadamente com Dona Miúda. Quando cheguei, uma de suas filhas estava lavando roupa em cima de uma lavanderia improvisada embaixo de uma das árvores do sítio. Estavam presentes Dona Nazaré, Dona Miúda, três de suas filhas e várias crianças.

Observando o trabalho, perguntei-lhes quantos tanques de lavagem ela contava para o trabalho e elas me responderam que existiam três. Aquele que estava sendo usado e mais dois existentes em uma área recém-construída. Esses são equipamentos, chamados por elas de “lavanderias”, de uso coletivo. Entretanto, duas das filhas de Dona Miúda (F. e D.), que também trabalham lavando roupas encomendadas ao empreendimento, desenvolvem a atividade em suas casas. Dona Miúda me disse: “eu e D2. gostamos mais de usar essa daí. Porque a gente fica mais à vontade. Parece que está lavando no rio.” No momento, a situação me pareceu desconfortável, pois, a água empoçava e se transformava em lama, ao lado do tanque, junto aos pés de quem estava lavando. Logo após registrar mentalmente essa observação, dei-me conta do meu viés etnocêntrico, dado que prisioneira a uma ideia de higiene muito característica do ambiente da classe média urbana brasileira... Por que diabos aquela lama seria tão negativa ou incômoda? Incômodo, se havia ali, era o meu. Para elas, a lama remetia a algo bom, lembrava um rio que lhes foi tirado. (Diário de Campo, 10 de junho de 2011).

Algo que é possível afirmar, após a observação mais detida do envolvimento no empreendimento de uma filha de Dona Miúda, é que a flexibilidade no desenvolvimento do processo de trabalho também funciona como um amortecedor dos possíveis conflitos intrafamiliares. O fato de a filha mais velha de Dona Miúda, a primeira pessoa com que tive contatos no Sítio São Pedro, ter se convertido a uma igreja evangélica, cria tensões visíveis no relacionamento. Daí a sua ausência no cotidiano do espaço mais coletivo da lavanderia.

O desenvolvimento do trabalho de lavagem de roupas em um molde que poderíamos denominar, sem ferir o canône estabelecido na sociologia do trabalho contemporânea, de “flexível” possibilita uma reativação de laços imaginários com o

passado (o rio e suas boas lembranças), explicita a inesgotável capacidade de recriação do social, mesmo quando todas as condições parecem conspirar contra.

A constatação acima nos possibilita a formulação de uma proposição um tanto quanto provocadora. Na elaboração clássica de Karl Marx<sup>24</sup>, a passagem da manufatura para a maquinofatura implicava, com o avanço da industrialização no modo de produção capitalista, não apenas na acentuação da exploração do trabalhador, mas também na separação entre este e o resultado final do produto que cristalizava a participação do seu trabalho individual. Daí a relação de estranhamento entre o SER (trabalhador) e o seu FAZER (ou, melhor, o produto do seu trabalho). A citação, tantas vezes feita, é incontornável:

A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que exista independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil. (MARX, 2010 [1844], online).

Ora, no caso do trabalho dispendido pela trabalhadora doméstica, como de resto o trabalho de muitos outros trabalhadores do moderno setor de serviços, o trabalho não resulta em um produto, mas em algo que é consumido e rapidamente descartado pelo contratante (a limpeza do chão, a roupa engomada, a mesa limpa...). Esse “trabalho” não é simplesmente alienado, mas “invisível”. E, como vimos neste capítulo, torna socialmente invisível quem o executa. Mais ainda quando inserido em uma sociedade marcada pelos resquícios da escravatura. Nesse contexto, a flexibilidade possibilitada pelos pequenos empreendimentos imersos no mar de informalidade do setor de serviços, em que pese toda a sua precariedade em relação aos direitos sociais, possibilita a emergência de uma situação na qual o (a) trabalhador (a) se reconhece não exatamente como trabalhador (a), mas, sim, como “gente”. Homem ou mulher, que limpa a sujeira, mas no “seu” horário e até com o pé em uma lama... Lama que pode ser sonhada como um rio. Que no passado alimentou sociabilidades e sonhos.

### 3.7. O segundo sexo da agricultura

Nenhum dos maridos das filhas de Dona Miúda desenvolve atividades agrícolas e pecuárias. Essas atividades, embora residuais (já quase não se pratica a agricultura no Sítio São Pedro), no caso das novas gerações, resumem-se a criações de pequenos animais, ao cuidado de fruteiras e ao cultivo de pequenas hortas. O declínio da atividade

---

<sup>24</sup> A nossa apreciação no parágrafo se apoia, indireta e livremente, na leitura de Marx (2010 [1844]).

agrícola é o outro lado do envolvimento da família de Dona Miúda com as atividades comumente identificadas como constitutivas do setor de serviços. Expressivo dessa nova realidade é a situação do irmão de Dona Miúda, Seu Pedro, um senhor de mais de 60 anos de idade, que também reside no Sítio. O registro de uma entrevista que fizemos com ele, de certo modo, é ilustrativo dessa mudança. Por isso, embora a mesma seja um tanto longa, vale a pena sua transcrição na íntegra<sup>25</sup>, inclusive o seu contexto.

Depois de ter conversado com Dona Miúda e Dona Nazaré, hoje eu me aproximei de seu Pedro, um dos irmãos de Dona Miúda. Perguntei se era possível a gente conversar. Tentei entabular uma entrevista perguntando como era Parnamirim antigamente, e quais possibilidades existiam na cidade para conseguir trabalho. Abaixo, transcrevo partes de nosso diálogo.

Seu Pedro: O primeiro trabalho que eu tive com carteira assinada foi na fábrica de papel Empasa, lá na BR. Trabalhei dois anos. Comecei carregando bagaço de cana, depois fui aprendiz de 'telitas', uma máquina que faz papel. Depois trabalhei na ESPERN. Quando eu fui trabalhar nas fábricas, eu deixei de plantar. Antes de trabalhar nas fábricas, eu trabalhava plantando batata, mandioca, banana... Eu plantava só para o sustento mesmo.

Depois eu fui trabalhar na construtora Azevedo, como servente de pedreiro. Depois, trabalhei na Pepsi, aqui em Parnamirim, como operador de máquina. Trabalhava 8 horas, almoçava lá e só vinha pra casa de uma vez. Depois, eu fui demitido.

Entrevistadora: Porque o senhor foi demitido?

Seu Pedro: Fui demitido porque lá tinha um cara que gostava de uma brincadeira, era metido... Esse cara era de Macaíba. Gostava de tirar uma brincadeira, dizia as coisas, uma lorota. Ele andava com um revólver. Um dia, eu vi ele entregando a arma ao vigia. Porque lá, para entrar, você entregava tudo ao vigia na portaria. Eu disse: você gosta de uma brincadeira, mas você anda armado. A gerência me chamou. O cara disse que era mentira. Aí, eu disse: então, pergunte na portaria! E lá estavam as balas. Então, se ele anda armado, ele tá com má intenção. O gerente disse que ia botar ele pra fora. Ai, eu disse: "Não!!! Não bote ele não que foi eu que vi. Bote eu pra fora. Se ele sai, ele vai ficar com raiva de mim. Não, bote eu... Ai, me demitiram eu e ele. Depois de 3 meses me chamaram de novo. Mas, aí, eu não quis mais não.

Entrevistadora: O senhor já é aposentado?

Seu Pedro: Não. Eu tenho mais de 20 anos que tive de carteira assinada pela primeira vez. Eu tô esperando me aposentar por idade.

Entrevistadora: Depois disso, o que o senhor fez pra conseguir dinheiro para sustentar a família?

Seu Pedro: Comecei a limpar quintal, fazer frete com a carroça, cortar um pé de pau...

Entrevistadora: Com esses serviços o senhor consegue ganhar a mesma coisa que ganhava na fábrica?

Seu Pedro: Nada! Não, consegue não. Se aparecesse pelo menos uns quatro fretes por semana... Mas não aparece, não. Tem semana, que não aparece nada.

Entrevistadora: Tem alguma coisa boa de trabalhar assim?

<sup>25</sup> Esse é um registro importante devido à dinâmica de nossa pesquisa etnográfica. Em algum momento da investigação, demo-nos conta de que a teia de relações que havíamos estabelecido com as mulheres da família dificultavam a nossa aproximação com os irmãos de Dona Miúda. Esse é um exercício de reflexividade do qual um pesquisador não pode fugir, por um dever de honestidade. Muito embora, obviamente, essa confissão seja reveladora das limitações impostas pela técnica de pesquisa escolhida.

Seu Pedro: O que é bom é o horário. O horário é meu. A pessoa não trabalha obrigada, não é? Vai se quiser; se não quiser, não vai. Também se quiser trabalhar para aquela pessoa, trabalha; se não quiser, não trabalha.

Entrevistadora: E a sua esposa? Ela trabalha com as frutas, não é?

Seu Pedro: É. Ela trabalha vendendo frutas. Vende as frutas dela, e vende também frutas de outras pessoas. A pessoa dá as fruta pra ela vender. Também ela vende fiado. Aí não dá certo. Mas ela recebe uma bolsa do governo, eu não sei de que é.

(...)

Entrevistadora: O senhor ainda planta?

Seu Pedro: Esse ano, eu plantei um feijão e não saiu nada. Mas, se esse ano não deu, no outro, dá.

Entrevistadora: E a criação de porcos? O senhor ajuda?

Seu Pedro: Não! Eu não! Eu faço só comprar a comida na carroça. Eu não cuido, não! As meninas que cuidam.

A agricultura de subsistência tradicional, gravemente atingida tanto pela poluição do Rio Pitimbu quanto pela vulnerabilidade do Sítio São Pedro diante de ações de roubos ou vandalismos, foi tornando o cotidiano do lugar cada vez mais marcado pela presença feminina. Os homens da comunidade, tanto o irmão de Dona Miúda, os seus sobrinhos e os maridos de suas filhas, são trabalhadores da construção civil, do setor de serviços e nos pequenos trabalhos em casas (limpeza de terrenos e fretes em veículo de tração animal). Muitos deles se encontram submetidos a regimes de trabalho marcados pela precariedade.

Retomando os trechos da entrevista de “Seu Pedro”, transcrita mais acima, temos referentes para corroborar a proposição de que a atividade agrícola reproduz, assim como as feiras nas pequenas cidades do interior analisadas exemplarmente por Garcia (1992), uma hierarquia econômica e simbólica. Por que esse traço de realidade merece ser destacado na elaboração do retrato sociológico de Dona Miúda? E, mais pragmaticamente, como se insere nas discussões a respeito das transformações do trabalho que emolduram esse retrato? Porque, talvez como uma consequência indireta de um maior domínio sobre o seu próprio tempo, possibilitado pela flexibilidade que caracteriza o trabalho na lavanderia, ela começou, durante o ano de 2010, a se dedicar, de forma entusiasmada, à criação de porcos.

É certo que essa iniciativa de Dona Miúda se deve, em parte, ao estímulo suscitado pelo sucesso conquistado pela criação de porcos conduzida por um filho de Das Dores, em uma pequena propriedade adjacente ao Sítio São Pedro. Deve-se ressaltar que embora a criação seja nominada como “dele” (filho), quem cuida dos

animais e recolhe sobras de comida para alimentá-los, em casas do vizinho Conjunto Jockey Clube, é a mãe.

Em uma de nossas visitas, Dona Miúda, orgulhosa, mostrou-nos a criação de porcos que ela e as filhas estavam organizando. Afirmou-nos, na ocasião, que esse tipo de atividade pode ser uma “saída” em um futuro próximo. Lembrou-nos o sucesso do filho de Das Dores: “ele já comprou moto e carro e vive disso...”. Na verdade, a criação também é fruto do investimento feito por sua mãe, Dona Nazaré, de parte dos recursos de sua aposentadoria.

A forma como Dona Nazaré investe na criação de porcos e distribui os seus resultados entre os parentes é expressiva da forma como os vínculos familiares são construídos no universo familiar que pesquisamos. Vejamos! Dona Nazaré compra filhotes de porcos e Dona Miúda e suas filhas tomam de conta da criação. Quando as porcas crescem e se reproduzem, Dona Nazaré reparte os novos filhotes entre os parentes, garantindo maior parte para Dona Miúda e “doando” a cada bisneto um porquinho novo. Estes continuam sob os cuidados de Dona Miúda, mas pertencem à casa da criança presenteada. Com essa prática, Dona Nazaré (chamada de “Baé” pelos netos e bisnetos) afirma evitar dissensões familiares motivadas pelos recursos financeiros de sua aposentadoria como trabalhadora rural:

Antes, falavam que alguém estava ficando com o meu dinheiro. Agora, não, eu pego o dinheiro e transformo em bicho. Táí meu dinheiro. Agora, todo mundo tá vendo. Quando eu morrer, tem um porco, uma vaca... Ninguém mais fala.

A criação de porcos e a coleta de frutas<sup>26</sup> são os traços mais visíveis das atividades agrícolas ainda em desenvolvimento no Sítio São Pedro. Traduzidas em tarefas exaustivas, essas atividades são executadas quase exclusivamente pelas mulheres. Os homens participam da atividade de forma distanciada. Gerenciando a atividade, como o sobrinho de Das Dores, ou adquirindo e transportando a alimentação dos animais.

As considerações acima são reveladoras de como as atividades agrícolas<sup>27</sup> desenvolvidas no Sítio São Pedro reproduzem uma hierarquia econômica e simbólica

---

<sup>26</sup> As frutas são negociadas pela cunhada de Dona Miúda junto a donos de pequenas mercearias e feirantes de Parnamirim. Para as entregas, apesar de ter mais de sessenta anos, ela mesma conduz, às vezes para longas distâncias, um carro de mão.

<sup>27</sup> Condensamos no termo *atividades agrícolas* tanto as atividades efetivamente agrícolas (semear, colher, arar, etc.) quanto atividades mais identificadas com a pecuária, como a criação de porcos.

que têm no gênero o seu vetor estruturante. Por outro lado, explicitam o quanto a chamada “agricultura familiar”<sup>28</sup>, mesmo (ou, quem sabe, especialmente) aquela praticada em áreas fortemente polarizadas pela dinâmica urbana, reproduz sob novas roupagens as relações de gênero.

Em outra parte deste trabalho expusemos a importância, mais simbólica do que econômica, das atividades agrícolas na vida comunitária do Sítio São Pedro. Por isso, mesmo se levando em conta o seu declínio como fonte de recursos materiais, é importante perscrutarmos um pouco mais sobre como essas atividades, redefinidas pelas transformações do trabalho que envolveu os trabalhadores e trabalhadoras locais, rebatem tanto sobre a própria identidade social local quanto sobre a autoestima das mulheres.

No caso da criação de porcos, podemos afirmar que a atividade também tem sido impulsionada simbolicamente pela sua significação em termos de revelação da capacidade das mulheres da comunidade. Dona Nazaré a vincula claramente à sua história de vida e ao lugar de onde veio (Capoeira).

Papai criava porco. Eram tantos que parecia galinhas... Eles vinham assim... (aponta para o chão) Para perto da gente. Mas papai não sabia matar. O povo dizia para ele matar, pra vender, mas ele não sabia matar. Um dia, eu disse assim para o meu o irmão: João, vamos matar um porco desses? Tu penduras, eu sangro. Pois é, menina, eu tinha força e coragem pra matar porco! Nós matamos, e no outro dia papai foi vender na feira. Na outra semana, nós já matamos dois porcos. Tá vendo como são as coisas? E se eu não tivesse me atrevido? E pra dá de comer pros porcos? A gente tinha que plantar o milho. Eu tinha umas mil covas... Eu mesma cuidava com a enxada. Pegava aquele milho, botava de molho e cozinhava. Fazia aquele cozido de milho e botava pros porco comer. Era muito trabalho...

Eu mesma quem engordei o porco do meu casamento. Era um porcão assim... Aí quando eu vim aqui para o agreste, meu irmão já sabia matar porco. Tá vendo?

Uma direção analítica nos levaria a propor que a criação da Lavanderia, o gradual abandono do trabalho doméstico por parte das filhas de Dona Miúda e a tênue segurança aportada pelas políticas sociais (tanto as de renda mínima quanto aquelas especificamente relacionadas à condição quilombola da comunidade) criaram as condições para um inusitado retorno às atividades agropecuárias na região. Daí a explicação para o ressurgimento da pecuária no Sítio São Pedro, mesmo que em uma atividade que possa ser considerada “menor”, dado que executada por mulheres. Mas essa abordagem, por demais macro, deixa escapar a seguinte apreensão sociológica: as

---

<sup>28</sup> O processo político e ideológico subjacente à formulação do termo “agricultura familiar”, um lugar-comum nas discussões públicas da última década, não passa despercebida na análise de Garcia Jr. (2003).

atividades agrícolas, não importando muito o seu significado econômico e simbólico, permitem o desenvolvimento de um trabalho que proporciona reatar laços comunitários e identidades familiares.

Sob a nossa ótica, essas atividades também devem ser apreendidas como de “resistência”. E isso no sentido mais estrito do termo. Resistência para manter um lugar social (centrado na vida comunitária e nas trocas não monetárias), que é continuamente torpedeado seja pelo mercado<sup>29</sup>, pelo Estado<sup>30</sup> ou até mesmo por atores que se pensam como situados ao lado da comunidade<sup>31</sup>. Por outro lado, essas atividades agrícolas, incorporadas ao fluxo das atividades cotidianas de cuidado da casa e dos filhos, possibilitam, em diversos momentos, a religação entre o trabalho, o lúdico e o prazeroso.

Essa digressão aponta para uma reflexão a respeito do lugar da resistência no esboço do retrato sociológico que estamos construindo neste trabalho. Dada a sua importância para a nossa narrativa, esse será o eixo articulador do nosso próximo e último capítulo.

---

<sup>29</sup> A lógica do mercado se apresenta camuflada em incitações de vizinhos ou familiares para que as moradoras locais obtenham um “ganho fixo”, mesmo que isso signifique a recondução à condição de domésticas.

<sup>30</sup> Pensemos aqui nas contrapartidas simbólicas exigidas pelo INCRA e pela prefeitura municipal para aportar “benefícios” para a localidade.

<sup>31</sup> Pensamos aqui nas ONGs que, amparadas por recursos públicos, tentam envolver as moradoras locais em cursos de “formação profissional” que as condena a posições subalternas na moderna economia de serviços.

## QUARTO CAPÍTULO - O PLURAL NO SINGULAR

A carne mais barata do mercado é a carne negra  
 Que vai de graça pro presídio  
 E para debaixo de plástico  
 Que vai de graça pro subemprego  
 E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado é a carne negra  
 Que fez e faz história  
 Segurando esse país no braço  
 O cabra aqui não se sente revoltado  
 Porque o revólver já está engatilhado  
 E o vingador é lento  
 Mas muito bem intencionado  
 E esse país  
 Vai deixando todo mundo preto  
 E o cabelo esticado

Mas mesmo assim  
 Ainda guardo o direito  
 De algum antepassado da cor  
 Brigar sutilmente por respeito  
 Brigar bravamente por respeito  
 Brigar por justiça e por respeito  
 De algum antepassado da cor  
 Brigar, brigar, brigar.  
 (Elza Soares, A CARNE)

Neste capítulo, buscamos analisar a dimensão do sujeito diante das forças globalizantes. Trata-se de tornar substantivas e sociologicamente consistentes algumas das questões que nos assaltaram durante o desenvolvimento de nosso trabalho. Inquietou-nos, em especial, a interrogação sobre as possibilidades de afirmação do sujeito em um momento histórico como o nosso, que é marcado pelo alisamento dos territórios pelas forças colonizadoras do mercado. Essa interrogação balizou o nosso exercício de reflexividade sobre a interpretação não apenas da criação da Lavanderia, mas de toda a trajetória de vida e trabalho de Dona Miúda. Acreditamos ter demonstrado nos capítulos precedentes que a análise que construímos a partir dos relatos de Dona Miúda e de nossas observações do cotidiano no Sítio São Pedro não se traduziu em uma narrativa sociológica que faz concessões à vitimização (de gênero ou étnica) e nem resvala para o culto ingênuo do “sujeito popular”. Neste capítulo, embora reafirmemos essa direção de análise, iremos destacar mais os elementos de resistência que se traduziram na incorporação do que poderíamos identificar como disposições múltiplas e nem sempre harmônicas por Dona Miúda. A nossa aposta, já insinuada em partes anteriores, é a de que tais disposições podem ser tomadas como elementos-chaves

para o entendimento das escolhas<sup>32</sup> e decisões que levaram à criação da Lavanderia Mãe & Filhas.

Antes de prosseguir, esclareçamos melhor a nossa apreensão da onipresente questão sociológica sobre a relação ator ou agente<sup>33</sup>/estrutura. O agente atua no mundo porque o mundo está no agente, aponta-nos Pierre Bourdieu<sup>34</sup>. Ou seja, os esquemas de percepção das “coisas” desse mundo, além da héxis corporal que modela o “jeito de caminhar” do agente, são *in-corporados* imperceptivelmente pelo agente na sua trajetória de vida. Ora, mas o mundo, embora “vasto”, não é tão “vasto” quanto o coração do agente, nos ensina em um magnífico poema Carlos Drumond de Andrade<sup>35</sup>. Essa apreensão amplia o nosso campo de visão (e de questionamento da produção do mundo pelos agentes) para além do esquema interpretativo da sociologia bourdieusiana. Daí porque encontramos nos questionamentos de Bernard Lahire balizas para a nossa navegação na presente investigação:

Como é que a realidade exterior, mais ou menos heterogênea, se faz corpo? Como é que as experiências socializadoras múltiplas podem (co) habitar (n) o mesmo corpo? Como é que tais experiências se instalam de modo mais ou menos duradouro em cada corpo e como é que elas intervêm nos diferentes momentos da vida social ou da biografia de um indivíduo?(LAHIRE, 2005, p. 12).

As respostas às interrogações acima, quando tomamos como referência a trajetória de vida de Dona Miúda e suas filhas, levam-nos a buscar outros aportes para apreendermos o plural (e aqui não nos referimos apenas às macroestruturas sociais, mas também aos coletivos construídos de formas mais horizontalizadas) que permeia o individual. Para tal incursão, apoiamo-nos, em parte, nas contribuições seminais de James Scott.

#### 4.1. As dores do casamento e as disposições de gênero

Não é raro que se universalize a separação entre o tempo do trabalho e aquele dedicado ao lazer. Em realidade, essa distinção, acentuada pelo processo de

---

<sup>32</sup> Temos consciência, e isso se manifestará mais claramente neste capítulo, sobre o quanto essa linguagem (“escolhas”, “decisões”) confronta-se com o universo interpretativo da sociologia proposta por Pierre Bourdieu, que, em muitos momentos desta investigação, nos ajudou a entender o(s) mundo(s) de Dona Miúda.

<sup>33</sup> Há implicações consideráveis nos usos desses termos. O uso do conceito de ator implica, quase como suposto, em “cenário” e “palco”. Já quando se mobiliza “agente” tem-se em mente, logicamente, alguém que atua em nome de algo maior que o engloba. Obviamente, essa formulação tem algo de caricatural, mas, neste momento do trabalho, trata-se de deixar claro que, quando intercambiamos os dois termos, temos consciência das implicações dos seus usos.

<sup>34</sup> Ver, em especial, Bourdieu (2001).

<sup>35</sup> Referimo-nos ao “Poema de sete faces”.

disciplinarização da classe trabalhadora durante a Revolução Industrial, obedece a ritmos diferenciados. Em alguns universos sociais, como é o caso de sociedades camponesas, a ausência de fronteiras rígidas, até bem recentemente, foi bem mais a regra do que a exceção. Esse distanciamento em relação ao olhar dos patrões implicava uma margem de liberdade a ser manobrada pelos trabalhadores. No caso das mulheres das classes populares, como é o caso em análise neste trabalho, essa situação se expressa também em momentos de relativa autonomia em relação ao mundo masculino.

Como apontamos no capítulo anterior, o trabalho de lavagem de roupas no rio permitia, na época da juventude de Dona Miúda, a emergência de um espaço de sociabilidade das mulheres de Moita Verde. O fato de passarem o dia lavando roupas às margens de um rio, na propriedade da família, lhes dava alguma segurança para aí demarcarem um “lugar das mulheres”. Um espaço de trocas mais horizontais, já que distantes dos olhares e do controle das patroas, dos pais e maridos.

Esse era o espaço, segundo Dona Miúda, das “fofocas”, das “brincadeiras” e nos quais as mulheres faziam as “coisas” (comidas) para elas mesmas. A irreverência, mesmo se cultivada nos “bastidores” da vida social comunitária, possibilitou à Dona Miúda a incorporação de disposições como a comunhão e a parceria com outras mulheres, não tão facilmente possíveis em outros ambientes de trabalhadoras domésticas.

Obviamente, o fato de pertencer a uma família que era proprietária da terra em que habitava possibilitava a Dona Miúda alguma segurança para se movimentar em um mundo social no qual as mulheres, e as negras mais ainda, eram excluídas de grande parte da vida social. Particularmente das transações econômicas, conforme nos aponta, com bastante propriedade Marie-France Garcia (1992). Essa situação criou condições para que Dona Miúda pudesse participar de experiências que colocavam em suspensão, mesmo que em momentos fortuitos, a brutalidade das relações étnicas e de gênero nas quais ela esteve imersa.

Ao se casar, com 16 anos de idade, em 1965, Dona Miúda passa a enfrentar a crueza da dominação masculina imposta às mulheres em uma sociedade na qual o *ethos* camponês começava a erodir. Como já apontamos antes, essa situação se traduz na pouca responsabilidade do seu marido para com o sustento da família. De alguma forma, em outro universo social, temos aqui, reafirmada, uma postura masculina já

encontrada na investigação social desenvolvida por Florestan Fernandes em “A integração do negro na sociedade de classes” (FERNANDES, 1965). Nesse momento, a sociabilidade do espaço feminino criado pelo trabalho de lavagem de roupas às margens do rio passa a ser expressa por um sentimento de anteparo às dores de uma vida conjugal marcada pelo abandono do lar após cada nova gestação. Ou, ainda, ante as angústias da esposa que recebe notícias de que o seu marido passou a noite em bares, na companhia de amigos, ou o que lhe doía mais ainda, na companhia de outras mulheres.

Mas, ao contrário de outras companheiras de infortúnio conjugal, Dona Miúda teve forças (tenacidade, poderíamos dizer) para enfrentar o sofrimento e cuidar da família. Obviamente, o apoio da mãe e dos irmãos foi de fundamental importância, mas a sua disposição para o enfrentamento contou decisivamente. As longas ausências do marido, que, como já dissemos, passava até meio ano trabalhando em municípios da região sem voltar para casa, não a arrefeceram. Não foram raras as vezes em que, com uma das filhas no colo, saiu à procura do marido para cobrar, às vezes em público, que ele cumprisse com os seus deveres e “desse alguma coisa em casa”.

Rememorando a relação que teve com o seu esposo, que faleceu um pouco antes do início da nossa pesquisa, Dona Miúda toma o nascimento das filhas como momentos definidores da vida conjugal. Não sem uma dose de amargura, ela nos contou que o “resguardo de D<sup>36</sup>. foi o único bom. Depois, só D’s e a misericórdia me ajudaram”. “E nos outros?”, perguntamos. Ela responde a interrogação com dureza:

Passava fome, minha filha! Passava fome. Necessidade grande! Grande mesmo! Muitas e muitas vezes, essa minha cunhada<sup>37</sup> era quem sustentava a gente. Porque nessa época, mamãe não era aposentada ainda. Ela rodou pra se aposentar. Quando mamãe veio se aposentar, ela tinha quase trinta anos que era viúva. Quem dava as coisas, pra gente, era José. Os meninos foram crescendo e foram trabalhar fora. Foi Assis, foi José, foi Pedro. Nós morávamos lá do outro lado...

A ausência do marido na vida familiar reforçava os laços com os irmãos, cunhados e a mãe. O relato de Dona Miúda corrobora essa apreensão:

Ele era assim... Quando ele me embuchava, andava no meio do mundo. Quando ele vinha aparecer, as meninas já tinham nascido. Tinha vez que mamãe saia atrás dele. Ele não mandava nada. Ele trabalhava em negócio de calçamento, sabe?

Ao mesmo tempo em que ressalta essa relação conjugal marcada pelo sofrimento, Dona Miúda, assim como o fez Dona Nazaré em algumas de nossas

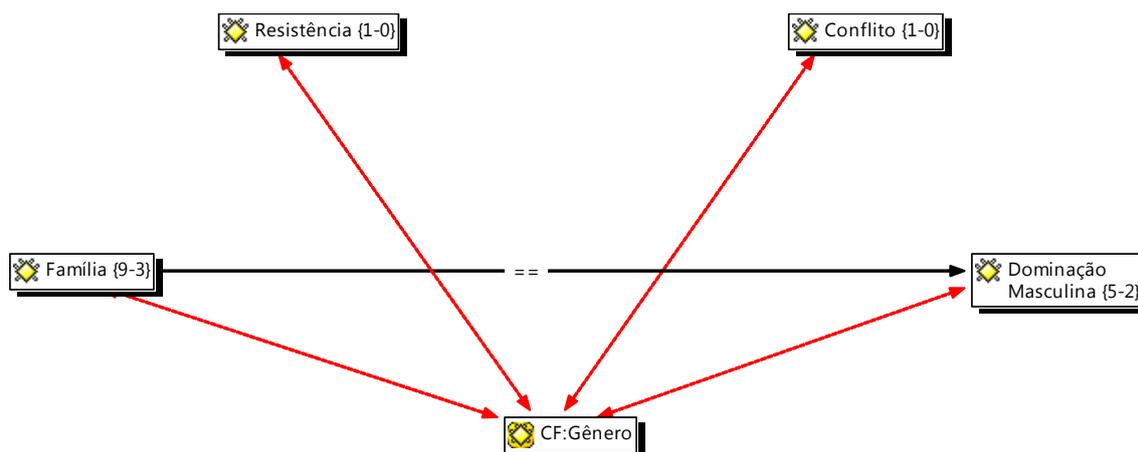
<sup>36</sup> Primeira filha, nascida quando ela ainda tinha 16 anos, em 1966.

<sup>37</sup> Casada com o irmão mais velho.

conversas, ressalva o seu distanciamento (de sua mãe e de suas filhas) em relação ao comportamento de outras mulheres da região, que deixariam outros homens “entrar em casa” quando da ausência dos maridos. Um dos elementos marcantes das disposições do gênero em Dona Miúda é a defesa da “honra”. A mesma honra também foi transformada em trincheira por Dona Nazaré para manter-se proprietária<sup>38</sup> do Sítio São Pedro.

A manutenção do casamento era, para Dona Miúda, também uma forma de defesa da “honra da casa” (sua família). Essa situação poderia tê-la transformada em uma pessoa resignada e conformista. Não foi o que ocorreu com ela, podemos asseverar. A palavra “resistência” combina melhor com a sua trajetória. Essa apreensão é reforçada quando enquadramos o *corpus* formado pela narrativa de Dona Miúda nas nossas categorias analíticas, conforme a figura abaixo.

**Figura 05:** As categorias inter-relacionadas ao gênero na narrativa de Dona Miúda



Fonte: Elaboração própria.

Vale a pena ressaltar, no que diz respeito às disposições incorporadas que reproduzem esquemas de percepção de mundo confirmadoras do lugar social inferiorizado da mulher, a relação estreita entre as categorias “família” e “dominação masculina” que encontramos nas narrativas de Dona Miúda. Ou seja, ao mesmo tempo em que a família possibilitou sociabilidades alternativas, foi também a instituição legitimadora da violência de gênero que se abateu sobre a vida de Dona Miúda.

<sup>38</sup> Enfrentando, conforme apontamos anteriormente, as investidas e ambições de familiares que queriam lhe tomar o controle da terra.

Antes de prosseguir, por uma imposição da “auto-análise”<sup>39</sup> sobre a prática de pesquisa que desenvolvemos, devemos registrar que a abordagem das questões acima somente foi possível pela cumplicidade alcançada entre pesquisadora e pesquisada. Essa cumplicidade se traduziu, em muitos momentos, especialmente quando tratávamos de questões sensíveis e delicadas, em uma verdadeira fusão de horizontes. Dona Miúda, nesses momentos, encaminhava, ela mesma, a conversação, fazendo as perguntas que ela mesma queria enfrentar. Essa situação, característica do que Bourdieu denominou de “socioanálise” (BOURDIEU, 1998, pp.693-722), leva a pesquisada a ser pesquisadora de sua própria trajetória.

#### **4.2. A resistência no cotidiano e a violência simbólica**

Em uma de nossas conversas no espaço de encontros no centro da área onde se situam as casas e a Lavanderia, conversávamos com Dona Miúda e três de suas filhas, e o tema em pauta eram as “dificuldades” encontradas em suas atividades nas casas. Nesse dia, emergiu a sempre retomada questão do significado do trabalho nas casas das pessoas, como domésticas. N., uma das filhas de Dona Miúda, afirmou que, hoje, elas se negam a aceitar determinados serviços em casas, dado que já “sofreram” muito.

Essa resistência tem algo de similar àquela encontrada por Scott (2002) no universo do campesinato asiático por ele pesquisado: silenciosa e camuflada em formas que não se traduzem em enfrentamentos diretos com os dominantes. Assim, foi-nos possível observar que as filhas de Dona Miúda, quando recebem propostas de trabalhos domésticos que elas consideram socialmente diminuidores, elas não os negam explicitamente, mas recorriam a outros mecanismos, que não deixavam de conter, ao menos nas expressões corporais, certa dose de sarcasmo: “ah, mulher, é que eu não tenho tempo nesta semana” ou, então, “não, não dá, agora eu tenho criança pra cuidar”. Após a saída da frustrada contratante (geralmente, eram mulheres), elas riam cúmplices e diziam coisas como “eu, hein! Vou lá limpar casa de sinhá fulana. D. foi engomar uma vez lá e só de calça eram 30 calça. Outra menina foi trabalhar lá, só passou um mês. Ela não dava nem o café e a pessoa tinha que ir almoçar em casa e voltar depois do almoço”.

---

<sup>39</sup> Ver Bourdieu (1989), em especial o capítulo II, “Introdução a uma sociologia reflexiva”.

De volta ao relato da conversa, registramos uma fala de N. que é significativa da forma como elas relacionam o trabalho pesado com o passado e como algo a ser superado.

Quando a gente era pequena, saía no meio dia, viu? Aquelas negrinhas todas... Com a trouxa na cabeça, no meio do sol quente. E quando a gente voltava, mãe mandava a gente pegar lenha, coisa que a gente odiava. É... A gente já sofreu muito, menina.

Scott (1990) aponta que os dominados, em situações nas quais estão submetidos a relações de força extremamente desiguais e limitadoras de si mesmos como sujeitos, recorrem a um “discurso oculto”, no qual se descarrega a “bílis” contra o opressor. Esse discurso não se expressa somente na linguagem verbal, mas, sobretudo, em práticas veladas de vingança, mesmo que simbólicas contra os inimigos de classe. Para Scott, é bom que se deixe claro, o “discurso oculto” é o reverso do “discurso público”, oficial, através do qual os atores encenam os seus “encontros” nos espaços socialmente legítimos. Essa proposição analítica nos ajuda a compreender a forma de resistência, velada e cotidiana, empreendida pelas filhas de Dona Miúda ante as pessoas e situações que as congelam em um lugar social que elas buscam rejeitar: aquele de mulheres que são “boas” para o trabalho doméstico.

Há que se ter em mente que essas resistências são mais surdas e indiretas do que formalizadas em protestos claros e objetivos. Registramos não poucos diálogos, nas rodas de conversa que ocorriam nas tardes do Sítio São Pedro, em que, ao se comentar cobranças de patroas, antigas e atuais, uma das presentes demonstrava irritação e ressentimento contra determinadas cobranças feitas atualmente às empregadas domésticas. Abaixo, alguns exemplos:

Ora, ela quer alguém que a pessoa faça tudo e lá tem até dois meninos, tão danados, minha filha! Um dia ela ficou desesperada porque os meninos saíram correndo pelo meio da rua, em ais de um carro pegar e ela gritando no meio da rua pra pegar os meninos.

Eu trabalhei lá seis anos. Os meninos da mulher davam muito trabalho. O menino mais velho... Eu tinha que limpar ele. Ele tinha sete anos e mesmo assim... Eu ainda lembro. O menino ia pro banheiro aí gritava, - Terminei!

E no sábado, que era o dia que a mulher tava em casa, ainda tinha que ajudar ela a limpar o jardim. E o jardim era grande. Tinha que varrer, cortar as plantas e jogar fora os vasculhos.

Ela é exigeente! Quer que a gente faça comida de receita, bolo e tudo. Um dia eu quis agradar fiz um bolo. Aí ela perguntou: que bolo é esse? Eu disse: é de caixinha. Aí ela disse: ah, mulher, de caixinha não vale, até eu faço.

Lá na casa que essa minha prima trabalha tem que chegar cedo pra fazer o café e tem que ter tapioca. Ela odeia fazer tapioca porque suja muito o fogão.

Uma colega me disse que a patroa dela reclama. Acha que ela deveria ser mais bem cuidada. E bota ela pra usa umas roupas brancas...

Nas frases acima, é possível perceber o quanto o discurso oculto dos trabalhadores domésticos é carregado de ressentimento. Esse sentimento, o oposto simétrico do reconhecimento, é articulado em gestos e palavras. Expressões que mostram desagrado e tristeza acompanhavam, era possível dar conta, os comentários acima elencados.

Não se pode deixar de repetir, uma vez mais, a crueza que marca a dominação presente nas relações entre patroas e empregadas domésticas. Pode-se perceber, dentre outros aspectos, o quanto há, na reclamação das patroas, um exacerbado etnocentrismo de classe média. E isso as faz agentes competentes da violência simbólica que se exerce, na sociedade brasileira, sobre os corpos e a linguagem dos trabalhadores situados nos estratos mais baixos da hierarquia do mundo do trabalho.

Violência simbólica? Sim, pois, os modelos de corpo e de fala cobrados pelas patroas *não podem* deixar de serem reconhecidos pelas empregadas como os “corretos”. O fato de alcançar tais modelos é uma impossibilidade prática para elas, uma vez que não elimina, mas, ao contrário, acentua as dores da alma diante das cobranças das patroas, pois, de algum modo, elas “entendem” que esses são os modelos “corretos”, “chiques”, “melhores” ou “mais bonitos” do que os seus. Por isso mesmo, sem concessão aos ditames do politicamente correto, podemos afirmar que essa violência simbólica, sentida cotidianamente pelas empregadas, é o que fermenta não só de sofrimento social, mas também das revanches cegas e das pequenas vilanias<sup>40</sup>, algumas das quais, trágicas e dramáticas, assomam as nossas páginas policiais.

Encontramos em provocativa obra de Bourdieu, uma elaboração que corrobora o acima escrito:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser é produto. (BOURDIEU, 1999, p. 47).

---

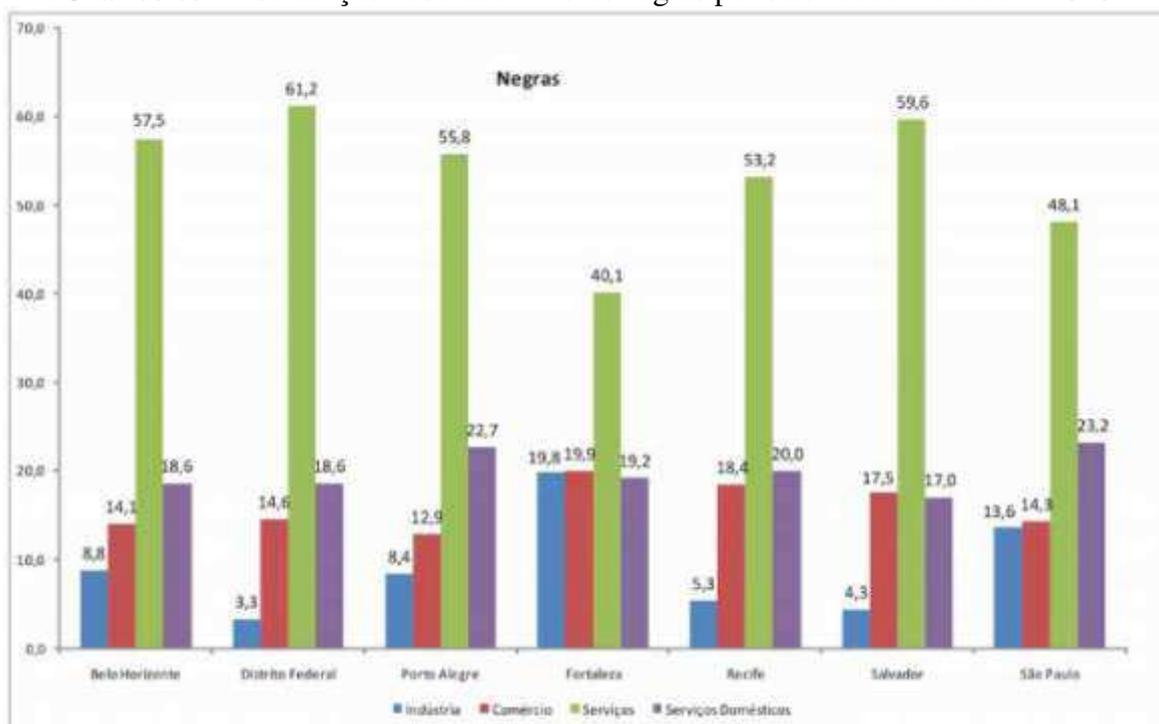
<sup>40</sup> Estão aí catalogados os “esquecimentos” (de recados e de tarefas agendadas), os descuidos que causam prejuízos materiais (a comida estragada, a roupa perdida, os produtos de limpeza desperdiçados...) e o fomento às intrigas interfamiliares, mesmo que em forma de brincadeira.

### 4.3. Dona Miúda e a infrapolítica dos trabalhadores domésticos

Levando em conta as considerações expostas no tópico anterior, temos o desafio de pensar não nas configurações do trabalho doméstico no Brasil. Pois, de algum modo, essa tarefa foi cumprida no capítulo 3. Trata-se, isso sim, de buscarmos apreender as estruturas e disposições que restringem, canalizam ou direcionam as formas de resistência das trabalhadoras domésticas no país. Isso porque, ao analisarmos tais formas, encontramos elementos que realçam o retrato sociológico que intentamos construir ao longo deste trabalho.

Um dado que não pode ser escamoteado a respeito do trabalho doméstico no Brasil, conforme já apontamos antes, é o seu claro viés étnico. Esse dado de realidade pode ser aferido no gráfico abaixo, produzido e inserido em trabalho anteriormente citado, o qual está focado na distribuição das trabalhadoras por setor de atividade conforme a cor.

**Gráfico 03:** Distribuição das trabalhadoras negras por setor de atividade em 2010.



Fonte: DIEESE (2010)

Conforme podemos perceber, as mulheres negras se concentram nos setores de serviços e serviços domésticos. Se levarmos em conta que sob a rubrica de “serviços” estão atividades como limpeza e “serviços para pessoas”, as quais são geralmente

marcadas pelo pouco capital social dos trabalhadores<sup>41</sup> aí empregados, então o quadro da subalternidade da população negra no mundo do trabalho do Brasil fica mais nuançado.

No quadro de subalternidade que marca o setor de serviços, especialmente o doméstico, a humilhação, o não reconhecimento e o desrespeito aos direitos trabalhistas (além da pouca extensão destes, como é o caso da não obrigatoriedade do FGTS para as empregadas domésticas) criam dificuldades quase intransponíveis para a mobilização coletiva desses trabalhadores. Não por acaso, muitas vezes, os sindicatos, como é o caso daqueles das empregadas domésticas, acabam funcionando mais como agências de regulação dos contratos de trabalho e de prestação de serviços advocatícios a essas trabalhadoras.

Obviamente, a própria “busca pelos direitos”, empreendida por muitas empregadas domésticas, que as leva para disputas jurídicas com suas patroas, não podem deixar de ser apreendidas como formas de resistência. Ou, se quisermos, ainda seguindo Scott (1990), uma “infrapolítica<sup>42</sup>”, aquela que é possível em condições de subalternidade e grande isolamento. Situam-se aí casos relatados por Dona Miúda em que, nos encontros nas paradas de ônibus, diante de relatos a respeito do não pagamento do salário-mínimo ou da contribuição previdenciária, “uma colega aconselhava a outra: ‘mulher, procure os seus direitos!’”. Aí, segundo ela, a “gente ficava pensando naquilo, não é”?

Essas formas de resistência que, de alguma forma, implicam em uma entrada em cena como litigante no espaço público têm um alto custo pessoal para a empregada doméstica. Uma das filhas de Dona Miúda, após o término de um período de trabalhos domésticos em uma casa, disse-nos que “não gosta de fazer confusão”. “Tem gente (empregada) que gosta, acrescentou ela, mas aí, nesse caso, a pessoa fica marcada”.

No cotidiano da empregada doméstica, essa infrapolítica da resistência se traduz em pequenas imposições de sua presença de um espaço de trabalho (a casa de outrem) no qual a sua individualidade não encontra normalmente legitimidade. Assim, ouvir o rádio, cantar ou mesmo atender constantemente o telefone celular funcionam como

---

<sup>41</sup> Traduzido nessa fórmula aparentemente inodora, mas semanticamente carregada, que é “trabalhador sem qualificação”.

<sup>42</sup> Essa infrapolítica, diz-nos o autor, traduz-se em uma “variedade de formas de resistência muito discretas que recorrem a formas indiretas de expressão” (Scott, 1990, p. 44).

formas primárias de marcar a presença em um espaço que lhes é relativamente hostil. As conversas com as colegas e outros trabalhadores do setor de serviços (porteiros, entregadores, zeladores, etc.), no caso das trabalhadoras de apartamentos em grandes cidades, alimentam essas resistências e as redes sociais nelas mobilizadas, como a troca de informações cruciais (oferta de empregos, vendas de produtos a prestações, contatos com advogados, etc.).

Dona Miúda, mesmo que trabalhando como diarista, teve contato com essa infrapolítica das empregadas domésticas. Essa convivência a fez mais crítica das patroas e lhe forneceu elementos para avaliações comparativas de suas patroas. Por outro lado, essas convivências reforçaram nela a premência de construir alternativas para que as filhas não viessem a se tornar dependentes dos serviços domésticos.

#### **4.4. A resistência no lugar: o Sítio São Pedro como local do “discurso oculto” de Dona Miúda**

James Scott, em obra anteriormente referida, complementa a discussão sobre o discurso oculto com uma análise instigante sobre os espaços nos quais esse discurso se desenvolve de forma mais aberta. Diz-nos o autor:

Os espaços sociais do discurso oculto são aqueles lugares onde já não é necessário deixar de emitir réplicas, reprimir a cólera, morder-se a língua e onde, fora das relações de dominação, pode-se falar com veemência, com todas as palavras. Por outro lado, o discurso oculto aparecerá completamente desinibido se se cumprem as seguintes condições: a primeira é que se enuncie em um espaço social apartado, onde não possa chegar nem o controle, nem a vigilância e nem a repressão dos dominadores; a segunda, é que esse ambiente social apartado esteja integrado por confidentes próximos que compartilhem experiências similares de dominação. A primeira condição é o que permite que os dominados falem simplesmente com liberdade; a segunda permite que tenham, em sua dominação compartilhada, algo do que falar. (SCOTT, 1999, p. 149).

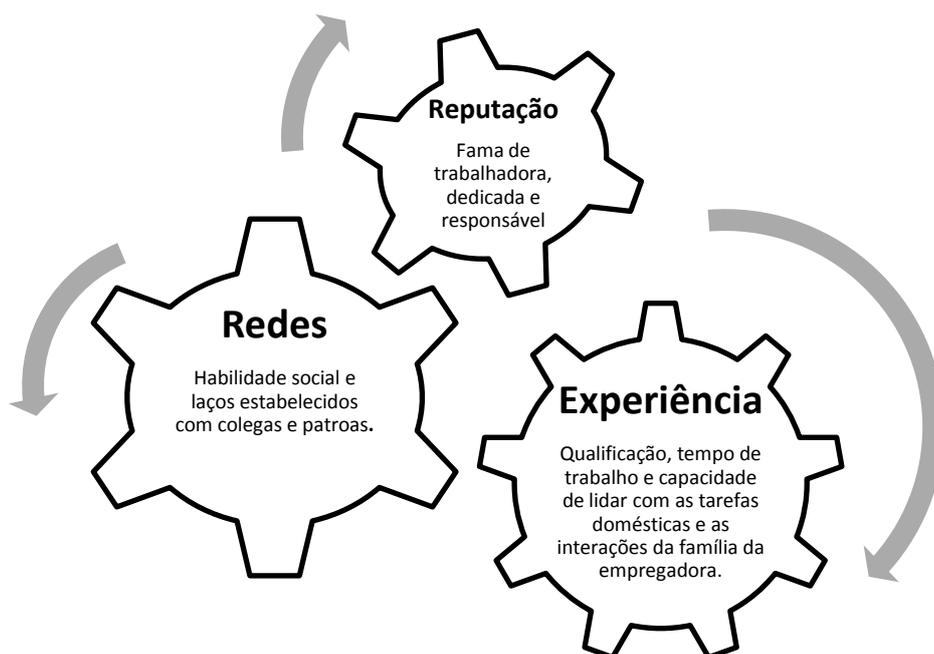
O Sítio São Pedro, desde os tempos em que Dona Miúda, ainda recém-casada, lavava roupas nas margens do Rio Pitimbu na companhia de mulheres da família e vizinhas, foi um lócus para o discurso oculto. E esse discurso oculto tanto tinha, em primeiro lugar, como alvo a dominação masculina, traduzida localmente no descaso masculino para com as mulheres e crianças. Em segundo lugar, era a elaboração discursiva irreverente e crítica em relação às patroas e suas vidas familiares.

A vida cotidiana no Sítio São Pedro, conforme nos foi possível perceber em nosso trabalho de campo, é o espaço onde Dona Miúda e suas filhas conversam de forma desabrida sobre as suas vidas e o trabalho. Partilham experiências e conectam as atividades de trabalho com os momentos de lazer.

Para além da dimensão política do Sítio São Pedro como lócus do discurso oculto, há que se ressaltar o fato de que essa característica também fortalece os laços com as mulheres dos sítios vizinhos, algumas delas até recentemente empregadas domésticas em Parnamirim e Natal. Essa situação potencializa o capital social<sup>43</sup> de Dona Miúda, na medida em que, independente dos seus esforços, passa a ser vista como uma pessoa “destacada”, que conseguiu levar adiante a *honra* da família (da “casa”), pioneiramente iniciada com sua mãe, Dona Nazaré.

Complementarmente, o discurso oculto, ao fomentar capital social, fortalece os dispositivos mobilizados pelas trabalhadoras no mercado de serviços domésticos. Nesse mercado, como em muitos outros, a confiança depositada na pessoa do trabalhador é decisiva. E essa confiança não é um resultado do acaso, mas o produto de interações repetidas, as quais se condensam nos elementos da figura abaixo.

**Figura 06:** Dispositivos de confiança mobilizados nos contratos de serviços domésticos



Fonte: Elaboração própria.

<sup>43</sup>Conceito com múltiplos e contraditórios usos, a definição de capital social mais apropriada para dar conta da situação que estamos analisando é aquela formulada por Pierre Bourdieu, na qual este é identificado como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”. (Bourdieu *apud* PORTES, 2000, p. 134).

#### 4.5. As experiências diferenciais e as disposições plurais: como os mundos de Dona Miúda se traduziram na criação da Lavanderia

Ao incorporarmos, não na sua totalidade, o esquema analítico proposto por Bernard Lahire, ao contrário deste autor, não buscamos nunca uma ruptura radical com o universo da sociologia da prática proposta por Pierre Bourdieu. Se está implícita na mobilização da perspectiva metodológica do “retrato sociológico” um olhar crítico em relação ao *habitus* como esquema “gerador” das práticas, isso não significa, por outro lado, um abandono de todo o potencial heurístico que aquela noção traz para a análise do social. Do nosso ponto de vista, e aqui, até certo ponto, colocamo-nos contra as posições de Lahire (2004), a ideia de que as “influências” variadas que o ator recebe devem ser mobilizadas para compreender escolhas e decisões é perfeitamente compatível com a proposição bourdieusiana de que uma “trajetória” expressa uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo um grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Os “mundos” (espaços sociais) nos quais os agentes estão imersos são tão diversos quanto as posições ocupadas por estes. Não é contraditório, portanto, afirmarmos que o *habitus* da lavadeira ou da empregada doméstica, em muitas oportunidades, pode vir a ter a sua capacidade “gerativa de práticas” reprimida por influências advindas de posições outras ocupadas pelo agente.

A singularidade de ser filha de uma “casa” que manteve a sua “honra”, pela mobilização de grande força moral e sacrifício pessoal por parte de sua mãe, forneceu a Dona Miúda disposições de tenacidade. Por outro lado, o reconhecimento social, esse recurso tão escasso quanto mais se desce na estrutura de classes sociais, não foi, para Dona Miúda, algo que dependesse unicamente da confirmação de suas empregadoras. Ela o conquistava (e, para sermos honestas, herdava) no seu lugar de resistência, o Sítio São Pedro.

A honra, capital simbólico por excelência, nem sempre pode ser contrabandeado para os espaços sociais da moderna economia de serviços. Entretanto, produz influências que possibilitam a subversão das disposições produtoras de subalternidade como aquelas constitutivas do *habitus* dos trabalhadores domésticos.

Mesmo nos momentos de maior necessidade material, quando saiu, como nos disse, “pelas ruas do Satélite” à procura de serviço, Dona Miúda não deixou de ter o anteparo da segurança da vida comunitária do Sítio São Pedro. E, nessa vida, era ela nada menos do que a herdeira, e logo condutora, dos encontros religiosos que ainda hoje se realizam (“as novenas de maio”, iniciadas por sua mãe). Assim, após um dia de trabalho, lavando roupas em uma casa de família, onde poderia ser submetida a tratamentos que, explícita ou implicitamente, implicavam em menoridade social, Dona Miúda, ao se aproximar do portão de seu Sítio poderia ser positivamente reverenciada por um vizinho ou parente distante.

A conquista da honra implica em jogos e armadilhas. Há uma vasta e consistente literatura antropológica sobre a temática, não se faz necessário, e nem é a nossa intenção, abordar essa questão neste momento. Trata-se apenas de realçar que a sua conquista, que se traduz em acúmulo de capital simbólico, raramente é fruto de ações calculadas, como ocorre com o capital econômico.

Levando em conta as considerações acima, podemos dizer que a mobilização de recursos materiais e simbólicos necessários para a criação da Lavanderia Mãe & Filhas foi potencializada pelas influências recebidas por Dona Miúda nos diversos mundos que participou. Isso, se o *habitus* da trabalhadora doméstica forneceu à Dona Miúda os pré-requisitos sociais psicológicos para a navegação na economia de serviços. Que pré-requisitos são esses? Disciplina e capacidade de jogar o jogo da busca de um lugar ao sol em um mundo do trabalho marcado pela precariedade. Adicionem-se ainda qualidades pessoais, dentre elas a paciência, a dedicação e a perseverança. Ressalve-se, por fim, que os ganhos simbólicos advindos do acúmulo de capital simbólico lhe garantiram a respeitabilidade e confiança exigidas para a liderança da sua pequena empresa de serviços.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *homo academicus* gosta do acabado. Como os pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e retoques: foi com certa ansiedade que descobri que pintores como Couture, o mestre de Manet, tinham deixado esboços magníficos, muito próximos da pintura impressionista – que se faz contra eles – e tinham muitas vezes estragado obras julgando dar-lhes os últimos retoques, exigidos pela moral do trabalho bem feito, bem acabado, de que a estética acadêmica era a expressão. (BOURDIEU, 1989, p. 19).

A epígrafe acima nos orienta no término de nossa tarefa. O retrato sociológico que buscamos traçar não terá nunca um último retouque. A trajetória de Dona Miúda, alvo de nossa investida analítica com este retrato que agora tem as suas últimas pinceladas, possui recantos, meandros e riquezas impossíveis de captação pelas lentes. Sejam estas das máquinas fotográficas ou aquelas aqui mobilizadas, fruto de aportes teóricos múltiplos.

Por meio do retrato aqui esboçado, buscamos interpretar os sentidos atribuídos por Dona Miúda às transformações sociais, especialmente no mundo do trabalho, que as envolveram e redefiniram suas vidas. Algumas vezes, como ficou claro em alguns tópicos dos capítulos 3 e 4, fomos levados a percebê-las como “joguete(s) de constrições externas” (BOURDIEU, 2001, p. 272). Em outros, nos quais a mobilização de capital simbólico por parte de Dona Miúda ficou evidenciada, apontamos, com o apoio das contribuições de James Scott e Bernard Lahire, tanto a base de apoio (o “discurso oculto”) quanto as possibilidades (experiências e influências múltiplas) de reinvenção do si do indivíduo. Mesmo quando esse indivíduo, situado nas franjas da economia, marcado por posições sociais subalternas, é uma mulher, negra e lavadeira de roupas.

Tanto em Lahire (2004) quanto em Bourdieu (1996) encontramos alertas contra a tentação de buscar, como se estivéssemos a elaborar uma biografia, uma análise sociológica da vida de Dona Miúda. Ao final, o que nos foi possível elaborar, neste

retrato ainda carente de tantos retoques, foi um esboço não apenas dos mundos nos quais Dona Miúda vagou, mas também das várias Donas Miúdas que voltaram desses mundos.

Não é provável que Pierre Bourdieu, Bernard Lahire ou James Scott tenham lido uma poeta chamada Cecília Meireles. Com a riqueza de significados que somente a arte proporciona, a brasileira lhes indicaria uma fórmula objetiva e irrefutável para a compreensão do lugar do ator no mundo social, redefinindo com simplicidade a nunca resolvida controvérsia sociológica *ator* V.S. *estrutura*: “a vida só é possível reinventada”.

Ao focar nas rotas e desvios da trajetória de Dona Miúda, percebemos não apenas a sua capacidade de “reinvenção da vida”, mas também a força estruturante das transformações do mundo do trabalho contemporâneo. Neste quesito, especial destaque foi dado à forma como questões candentes da sociologia do trabalho contemporânea, como a *precariedade* e a *flexibilização*, vêm se manifestando no mundo do trabalho doméstico. Abordadas no terceiro capítulo, essas questões estruturam a oposição que estabelecemos entre *serviço pessoal* e *serviço para pessoas*.

Os dois primeiros capítulos foram a base sobre a qual pintamos o retrato. Neles, apresentamos os contornos gerais do território de Dona Miúda e de sua família. Por isso mesmo, em alguns momentos, penderam para o descritivo. O possível déficit analítico porventura encontrável nessas partes, acreditamos, foi superado pelas observações (com pretensões) etnográficas registradas.

Toda interpretação sociológica é uma interpretação de segunda ordem, dado que se alicerça sempre nas interpretações já elaboradas pelos atores que analisamos. A apreensão das categorias analíticas dos atores que pesquisamos (identificadas, algumas vezes, como “categorias nativas”) é o primeiro passo para qualquer análise substantiva do mundo social. No nosso caso, essa compreensão nos levou a identificação do que denominamos “categorias intuitivas de análise”, conforme o que expusemos no início do capítulo terceiro. A partir dessa primeira aproximação interpretativa, condensamos em uma rede de categorias mais claramente sociológicas, conforme a figura abaixo.



dissertação de mestrado, não deve ser o espaço para alimentar disputas teóricas, algumas mais *démodés* que exóticas.

Vale a pena ressaltar ainda, dado que esta observação pode servir de orientação para quem deseje, no futuro, fazer a mesma escolha metodológica aqui realizada, o fato de que trabalhar com o “retrato” significa ganhos, mas também enormes riscos. A relação com o retratado, mais que de parceria, é também de cumplicidade. E isso, por motivos óbvios, traz implicações no que diz respeito à cobrada objetividade do pesquisador. Há ainda o risco de que toda uma empreitada de pesquisa seja ameaçada porque o exercício de objetivação das práticas do pesquisado, em algum momento, seja-lhe algo tão indesejado que este decida, com legitimidade, suspender a relação.

Por fim, um exercício de auto-objetivação, complementar àquele realizado nas partes iniciais deste trabalho, faz-se necessário. A investigação sociológica sobre um ator, no nosso caso, não é algo descolado da busca pelo entendimento da própria vida em sentido largo. Lendo Clarice Lispector, encontramos um pouco de “felicidade clandestina” no exercício, gratuito e fantasioso, de imaginar que vidas são aquelas vividas pelas pessoas com quem cruzamos. Mas, com a autora, somos levados a pensar se o que ela denomina de “encarnação involuntária” não seria uma das manifestações do *habitus* de quem tomou as ciências sociais como caminho para a realização profissional e existencial:

Às vezes, quando vejo uma pessoa que nunca vi, e tenho algum tempo para observá-la, eu me encarno nela e assim dou um grande passo para conhecê-la. E essa intrusão numa pessoa, qualquer que seja ela, nunca termina pela sua própria auto-acusação: ao nela me encarnar, compreendo-lhe os motivos e perdôo. Preciso é prestar atenção para não me encarnar numa vida perigosa e atraente, e que por isso mesmo eu não queira o retorno a mim mesmo. (LISPECTOR, 1998 [1971], p. 151).

## BIBLIOGRAFIA

- ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.
- BACELAR, Tânia. “Herança de diferenciação e futuro de fragmentação”. *Estudos Avançados*, vol. 11, nº 29, 1997.
- BOSCHI, Caio C. “Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea”. *Varia História*, vol. 22, nº 36, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa (Port)/Rio de Janeiro (Brasil): DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas (SP): Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Compreender”. In: Pierre Bourdieu *et ali* (orgs.), *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- COSTA, Andréa Monteiro. *Dona Nazaré: A Matriarca do Rio dos Negros: Um ensaio sobre matriarcado e resistência a uma comunidade afro-descendente de Parnamirim(RN)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) Natal (RN): UFRN. 2005.
- COX, Rosie. *The servant problem: domestic employment in a Global Economy*. Londres: Tauris, 2006.
- DAMATTA, Roberto. *Fé em Deus e Pé na Tábua: ou Como e Por Que o Trânsito Enlouquece o Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- DIEESE. *As características do trabalho doméstico remunerado nos mercados de trabalho metropolitanos*. São Paulo: Dieese, 2011.
- DRUCK, Graça. “Precaridade e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro” In: Oliveira, R. V. de; Gomes, Darcilene & Targino, Ivan (orgs). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1965.
- GARCIA, Marie-France. “O segundo sexo do comércio: camponesas e negócios no Nordeste do Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 19, 1992.
- GARCIA Jr., Afrânio. “A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro”. *Sociologias*, nº 10, 2003.
- HARRIS, David E. *'Você vai me servir': desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do Equador*. Dissertação de Mestrado (Sociologia) - FFLCH – USP, 2007.
- IBGE. *Nota Técnica 02/2003*. Disponível no site: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/notatecnica022003.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/notatecnica022003.shtm). Acesso em 20/01/2012.

- LAHIRE, Bernard. *A cultura dos indivíduos*. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia em escala individual”. *Sociologias, Problemas e Práticas*, nº 49, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Retratos sociológicos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998 [1971].
- MAFRA, Clara C. J. “A carne do feijão - segregação e conversão pentecostal”. Rio de Janeiro: *Inteligência/Insight*, vol.01, jun. 2009.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. [1844]. Disponível no site: [http://www.ufg.br/uploads/files/Trabalho alienado - Karl Marx.pdf](http://www.ufg.br/uploads/files/Trabalho_alienado_-_Karl_Marx.pdf). Acesso em julho de 2010.
- MORAES, Roque. “Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva”. *Ciência & Educação*, vol. 9, nº 2, 2003.
- PEIXOTO, Carlos. *A História de Parnamirim*. Natal (RN): Z Comunicação, 2003.
- PINTO, Louis. “Não multiplicar o indivíduo inutilmente”. *Lua Nova*, nº 77, 2009.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTES, Alejandro. “Capital Social: origens a aplicações na sociologia contemporânea”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, 2000.
- SAHLINS, Marshall. “O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I)”. *Mana*, vol. 3, nº 1, 1997.
- SAYER, Andrew. *Moral Economy*. Department of Sociology, Lancaster University. Disponível no site: <http://www.lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/sayer-moral-economy.pdf>. Acesso em 20/12/2011.
- SCNELWAR, L. I, UCHIDA, S. & LANCMAN, S. “A subjetividade no trabalho em questão”. *Tempo Social*, vol. 23, nº 1, 2011.
- SCOTT, J. C. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 1990.
- \_\_\_\_\_. “Formas cotidianas da resistência camponesa”. *Raízes*, vol. 21, nº 1, 2002.
- SIGAUD, Lígia. “As armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana”. *Mana*, vol. 10, nº 1, 2004.
- SIMMEL, Georg. “O dinheiro na cultura moderna”. In: Jessé Souza e B. Oélze, orgs. *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora da UNB, 1998.
- \_\_\_\_\_. “As grandes cidades e a vida do espírito”. *Mana*, vol. 11, nº 2, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Questões fundamentais de sociologia da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SOUSA FILHO, Benedito. *Os Pretos de Bom Sucesso: Terra de preto, Terra de Santo, Terra Comum*. São Luís (MA): EdUFMA, 2008.
- SOUSA, Jessé. “(Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"? *Lua Nova*, nº 59, 2003.

TEIXEIRA, A. N. & BECKER, F. “Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS”. *Sociologias*, nº 5, 2001.

THOMPSON, E. P. “As Fortalezas de Satanás”. In: *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. “Dinâmicas constitutivas do Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco”. In: *Anais do XII Encontro Nacional da Abet: Cenários da Crise e a Organização do Trabalho: Permanências, Mudanças e Perspectivas*. João Pessoa: ABET, 2011.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Gramond, 2009.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília (DF): Editora da UNB, 1998.

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOORTMANN, Ellen. “DA COMPLEMENTARIDADE À DEPENDÊNCIA: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste”. *Série Antropológica*, nº 111, 1991.

ZELIZER, Viviana. “Dualidades perigosas”. *Mana*, Vol. 15, nº 01, 2009.